

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, ARTES E LETRAS - CCEAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROBERTO HENRIQUE WOLTER

MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
UM OLHAR FOUCAULTIANO

BLUMENAU

2019

ROBERTO HENRIQUE WOLTER

**MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
UM OLHAR FOUCAULTIANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras – CCEAL da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Celso Kraemer

BLUMENAU

2019

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da FURB
Everaldo Nunes - CRB 14/1199

W868m

Wolter, Roberto Henrique, 1985-

Mulheres nos livros didáticos de história: um olhar Foucaultiano / Roberto Henrique

Wolter. - Blumenau, 2019.

137 f. : il.

Orientador: Celso Kraemer.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

Bibliografia: p. 103-113.

1. Educação. 2. Ensino fundamental. 3. Livros didáticos. 4. Mulheres. 5. Análise do discurso. 6. Genealogia. 7. Foucault, Michel, 1926-1984. I. Kraemer, Celso, 1965-. II. Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 371.32

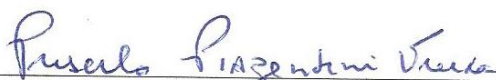
ROBERTO HENRIQUE WOLTER

**MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UM OLHAR
FOUCAULTIANO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no PPGE/ME - Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação na Universidade Regional de Blumenau - FURB, pela comissão formada pelos professores:



*Prof(a). Dr(a). Celso Kraemer/FURB
Orientador(a)*



*Prof(a). Dr(a). Priscila Piazzentini Vieira/UFPR
Examinador(a)*



*Prof(a). Dr(a). Andrea Soares Wuo/FURB
Examinador(a)*

Blumenau, 04 de julho de 2019.

Às minhas alunas.

Meus agradecimentos,

À minha família. Sou agradecido principalmente à minha mãe, Maria Clara Wolter, ao meu pai, Renaldo Wolter, à minha companheira, Julia Graciela Slomp, à minha sogra, Jurema Perini Slomp e ao meu sogro, Arlindo Slomp.

Às/aos amigas/os da turma do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE Mestrado em Educação da FURB iniciada em 2017, por compartilharem tantos aprendizados e bons momentos.

Ao professor, orientador e amigo Celso Kraemer, que me aceitou como orientando no mestrado. Com ele aprendi a admirar o pensamento de Michel Foucault, o qual modestamente venho tentando compreender. Ao ser aluno e orientando do professor Celso, diversas das minhas convicções foram abaladas, algumas caíram. O impacto da vivência com este professor é visível na minha atuação como professor e pesquisador. O agradeço pelas orientações, provocações, correções, recomendações e risadas. Penso que cada linha desta dissertação tem um pouco, ou muito de Celso Kraemer. Também o agradeço pela compreensão das minhas dificuldades e por acreditar na minha pesquisa.

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU, pelo auxílio financeiro, o qual foi imprescindível para a minha permanência no mestrado.

À Editora Moderna, por disponibilizar a coleção *Projeto Araribá - História*.

À banca de qualificação, professora Rita de Cássia Marchi, professora Andrea Soares Wuo e professor Celso Kraemer, pelo olhar atento e pelas contribuições na qualificação desta pesquisa.

À banca de defesa, professora Andrea Soares Wuo, professor Celso Kraemer, e professora Priscila Piazentini Vieira, examinadora externa, que prontamente atendeu ao nosso convite para participar da banca.

Ao professor Tiago Ribeiro Santos, por ter aceito ser suplente na qualificação e na defesa desta dissertação.

À Margareth Rago, pela inspiração.

Às/aos professoras/es com as/os quais trabalho/ei, por dividirem comigo seus saberes e a paixão pela profissão. Agradeço em especial ao professor e amigo Jean Carlos Morell, por ter me apresentado ao professor Celso Kraemer, e pelo apoio ao longo da minha trajetória no mestrado.

Às/aos professoras/es das disciplinas e dos seminários no PPGE, professor Adolfo Ramos Lamar, professor Antônio José Müller, professor Celso Kraemer, professora Daniela Tomio, professora Marcia Regina Selpa Heinzle, professora Rita de Cássia Marchi, professor

Tiago Ribeiro Santos e professor Osmar de Souza. Estendo este agradecimento às/aos demais professoras/es e aos profissionais da Secretaria do PPGE.

Às minhas alunas e aos meus alunos, por elas/eles busco ser um professor melhor.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para esta pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida junto à linha de pesquisa Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais e ao grupo de pesquisa Saberes de Si, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). A pesquisa conta com o suporte financeiro, na forma de bolsa de estudo, do Programa UNIEDU e tem como objetivo geral compreender o discurso sobre as mulheres presente nos livros didáticos de História dos anos finais do ensino fundamental, a partir da análise de enunciados. Apoiada nas ferramentas metodológicas arqueologia e genealogia, de Michel Foucault, a pesquisa analisa as duas coleções de livros didáticos de História mais escolhidas pelas/os professoras/es dos anos finais do ensino fundamental, no triênio 2017-2019, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017. A geração dos dados da pesquisa se deu pela identificação de passagens em que os livros abordam assuntos relativos às mulheres na história do Brasil. A análise das duas coleções possibilitou a identificação de dois grupos de enunciados no discurso historiográfico sobre as mulheres: Enunciado econômico do trabalho e Enunciados Políticos - cidadania. Os enunciados que tratam das mulheres na história do Brasil são compreendidos em seu sentido acontecimental, perpassados por disputas e pela vontade de verdade. A análise evidenciou que as mulheres são construídas como objeto de saber a partir de suas ocupações produtivas e que, na medida em que o capitalismo avança e vê nelas uma fonte produtora de riquezas e de consumo para o mercado, as leis civis vão assegurando seus direitos, como forma de incluí-las no âmbito econômico. Neste sentido, o econômico e o político se entrecruzam e se apoiam mutuamente. Este é o viés da produção discursiva, não só nos livros didáticos, mas também em outros domínios de discurso, tais como o discurso econômico, jurídico, político, midiático, literário, artístico e das ciências humanas. Portanto, os enunciados que tratam das mulheres na história do Brasil são compreendidos por meio de suas dispersões na formação discursiva de nosso tempo.

Palavras-chave: Mulheres. Livro didático de História. Análise arqueológica do discurso. Enunciado. Genealogia. Michel Foucault.

ABSTRACT

This dissertation was developed in the line of research called “Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais” and in the group of research called “Saberes de Si”, in “Programa de Pós-Graduação em Educação” (PPGE) from “Fundação Universidade Regional de Blumenau” (FURB). The research has the financial support, which is UNIEDU Program scholarship, and its general objective is, through the analysis of statements, to understand the discourse about women that is constituted in the history textbooks of the final years of elementary school. Supported by Michel Foucault's archeology and genealogy methodological tools, this study analyzes the two collections of history textbooks most chosen by the teachers who work in the final years of elementary school, triennium of 2017-2019 of “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD) of 2017. The research data were generated by identifying passages in which books approaches issues related to women in the history of Brazil. The analysis of the two collections allowed the identification of two groups of statements in the historiographical discourse about women: Economic statement of work and Political statement - citizenship. The statements that address issues related to women in the history of Brazil are understood in their eventual sense, permeated by disputes and the will to truth. The analysis showed that women are built as an object of knowledge from their productive occupations and that, as capitalism advances and sees them as a production source of wealth and of consumption for the market, civil laws are ensuring their rights, as a way of including them in the economic scope. In this sense, the economic and the political intersect and support each other. This is the bias of discursive production, not only in textbooks, but also in other domains of discourse, such as economic, legal, political, media, literary, artistic and human sciences discourse. Therefore, the statements that address issues related to with women in the history of Brazil are understood through their dispersions in the discursive formation of our time.

Keywords: Women. History textbook. Archaeological analysis of discourse. Statement. Genealogy. Michel Foucault.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Coleções mais escolhidas/distribuídas no PNLD 2017 - História	16
Quadro 2 - Mulheres em livros biográficos.....	77
Quadro 3 - Mulheres nos livros didáticos analisados	78
Quadro 4 - Excertos sobre o trabalho das mulheres brasileiras nos PCN de História.....	82
Quadro 5 - Excertos que falam das mulheres nos livros didáticos de História	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Razão (%) do rendimento médio habitual de todos os trabalhos de mulheres em relação ao de homens de 25 a 49 anos de idade ocupados da semana de referência, segundo os grupos de idade - Brasil – 4º trimestre 2012-2018	79
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quitandeiras de diversas qualidades, pintura de Jean-Baptiste Debret, 1826	72
Figura 2 - Vendas em Recife, de Johann Moritz Rugendas	73
Figura 3 - Negras vendedoras, de Carlos Julião, século XVIII	73
Figura 4 - Meninas em desfile Integralista	92
Figura 5 - Prefeita Alzira Soriano e membros de seu gabinete	94
Figura 6 - Carlota Pereira de Queirós, única mulher na Assembleia Nacional Constituinte ...	95
Figura 7 - Almerinda Gama votando na Assembleia Constituinte de 1933	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O DISCURSO EM FOUCAULT	21
2.1 ARQUEOLOGIA E DISCURSO	21
2.2 GENEALOGIA E DISCURSO	25
2.3 RELAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DA GENEALOGIA COM ESTA PESQUISA	27
2.3.1 Relação da arqueologia com esta pesquisa	28
2.3.2 Relação da genealogia com esta pesquisa	28
2.4 O TEMA DESTA PESQUISA E OS ESCRITOS DE MICHEL FOUCAULT	30
3 GÊNERO E HISTORIOGRAFIA	32
3.1 AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA	33
3.2 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA	48
4 MULHERES E LIVRO DIDÁTICO	59
4.1 LIVRO DIDÁTICO	60
4.2 OS ENUNCIADOS DO DISCURSO SOBRE AS MULHERES EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	64
4.2.1 Enunciado econômico do trabalho	65
4.2.2 Enunciados Políticos - cidadania	83
5 FINALIZANDO - ACHADOS DA PESQUISA.....	100
REFERÊNCIAS	103
A) MATERIAL EMPÍRICO DE ANÁLISE NA PESQUISA	103
B) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE A – Quadro de excertos	114

1 INTRODUÇÃO

A inspiração para esta pesquisa surgiu da minha experiência como professor de História para os anos finais do ensino fundamental. Numa análise retrospectiva, constatei que uma considerável parcela das minhas alunas possuía interesse na disciplina, embora as narrativas históricas presentes nos livros didáticos não privilegiassem as diferentes formas de existência das mulheres ao longo da história.

Perceber o interesse das alunas na disciplina de História e a maneira como os livros didáticos de História abordam o tema das mulheres não se deu de forma espontânea. Meu gosto pela disciplina de História sempre foi motivado pelos grandes eventos e pelos grandes personagens que, na minha perspectiva, a fizeram. A conversão do meu olhar para outra leitura em História se deu pela introdução ao pensamento de Michel Foucault, no Grupo de Pesquisa Saberes de Si, no qual se gestou e se desenvolveu esta dissertação. Indispensáveis também foram as disciplinas do mestrado, as discussões em sala de aula e com os colegas do *Saberes de si*. A confluência de motivações não me permite estabelecer *a razão* pelo qual escolhi o tema, visto que a experiência no mestrado desnaturalizou muitas das minhas convicções.

Entrei no mestrado sabendo exatamente qual era a função do professor, da escola, da História, da sociedade etc. Hoje sei que aquilo que eu via era apenas a superfície. Esta transição foi lenta e, algumas vezes, desconfortável. As leituras e discussões no mestrado foram, para mim, momentos de contestação e transformação de conhecimentos. Entre tantas leituras relevantes, retomei o pensamento de Friedrich Nietzsche e conheci o de Michel Foucault. A diligência demonstrada por meu orientador pela obra de Foucault foi, sem dúvida, o que despertou em mim a vontade de conhecê-la. A complexidade e profundidade do pensamento foucaultiano fizeram com que eu buscasse me aprofundar em alguns conceitos de Michel Foucault em minha dissertação.

Ao escolher estudar as mulheres nos livros didáticos de História, utilizando ferramentas da caixa foucaultiana, rumei para campos do saber até então desconhecidos por mim. Mesmo depois de iniciar as leituras em Foucault, minha noção referente aos estudos de gênero eram guiadas pelo senso comum. A história das mulheres não havia despertado o meu interesse até aquele momento, e pouco conhecia sobre a política dos livros didáticos. Após várias horas de orientação com o professor Celso, chegamos à definição do tema para esta dissertação: *O discurso sobre as mulheres nos livros didáticos de História utilizados nos anos finais do ensino fundamental*.

Como critério de seleção de livros para esta pesquisa fixamos o maior índice de escolhas por parte das/os professoras/es no pedido dos livros didáticos da disciplina de História para o triênio 2017-2019. Assim, esta pesquisa analisa as duas coleções mais escolhidas pelas/os professoras/es no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017, indicadas para anos finais do ensino fundamental. Em consulta ao site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), identificou-se que as duas coleções mais escolhidas pelas/os professoras/es foram: *História Sociedade & Cidadania* (2015), de autoria de Alfredo Boulos Júnior da Editora FTD, e *Projeto Araribá - História* (2014), coleção da Editora Moderna, a qual teve a professora de História Maria Raquel Apolinário como editora executiva. O Quadro 1 traz as informações sobre cada uma das coleções e as respectivas quantidades de exemplares distribuídos.

Quadro 1 - Coleções mais escolhidas/distribuídas no PNLD 2017 - História

Item	Nome da Coleção	Nome do Título	Tipo	Qtde de Exemplares	Qtde de Exemplares
1º	História Sociedade & Cidadania	História Sociedade & Cidadania	Livro do aluno	923.792	3.387.161
		História Sociedade & Cidadania	Manual do professor	19.274	
		História Sociedade & Cidadania	Livro do aluno	860.997	
		História Sociedade & Cidadania	Manual do professor	18.687	
		História Sociedade & Cidadania	Livro do aluno	798.121	
		História Sociedade & Cidadania	Manual do professor	18.157	
		História Sociedade & Cidadania	Livro do aluno	730.539	
		História Sociedade & Cidadania	Manual do professor	17.594	
2º	Projeto Araribá - História	Projeto Araribá - História	Livro do aluno	478.724	1.781.362
		Projeto Araribá - História	Manual do professor	10.356	
		Projeto Araribá - História	Livro do aluno	450.295	
		Projeto Araribá - História	Manual do professor	10.047	
		Projeto Araribá - História	Livro do aluno	423.984	
		Projeto Araribá - História	Manual do professor	9.818	
		Projeto Araribá - História	Livro do aluno	388.596	
		Projeto Araribá - História	Manual do professor	9.542	

Fonte: FNDE, 2017.

Com o tema definido, constituímos a pergunta/problema da pesquisa: *Quais são os enunciados utilizados pela historiografia nos livros didáticos de História, para falar das*

mulheres na história do Brasil? A partir desta pergunta, definimos o objetivo geral da pesquisa, que é compreender o discurso sobre as mulheres presente nos livros didáticos de História dos anos finais do ensino fundamental a partir da análise dos enunciados. Para a consecução deste objetivo geral foram definidos três objetivos específicos: Identificar os enunciados com os quais os livros didáticos analisados se referem às mulheres; evidenciar a produção de verdade sobre as mulheres presentes nestes livros didáticos; relacionar os enunciados presentes nos livros didáticos com os enunciados sobre as mulheres presentes em outros espaços discursivos, tais como livros que abordam a história das mulheres, artigos de jornais, documentos governamentais, etc.

A pesquisa utiliza a arqueologia, ferramenta metodológica foucaultiana, na identificação e na discussão dos enunciados que falam das mulheres nas duas coleções escolhidas. A identificação dos enunciados se deu após a leitura dos livros didáticos e na seleção das passagens em que estes abordam o tema das mulheres na história do Brasil. Tais passagens foram transcritas e estes excertos foram organizados em um quadro (Apêndice A) para facilitar sua análise. O discurso historiográfico sobre as mulheres presente nos livros didáticos é atravessado por enunciações que constroem verdades sobre as mulheres. A materialidade dos enunciados que falam das mulheres não está circunscrita apenas ao discurso historiográfico, estando presente em discursos de diferentes campos do saber. Neste sentido, a discussão dos enunciados se deu pela análise de produções historiográficas, documentos oficiais do Estado, textos literários e jornalísticos, entre outros, que falam sobre as mulheres na história do Brasil.

A genealogia foucaultiana é utilizada para relacionar os elementos discursivos às práticas, nas relações de poder. Estas são entendidas como produtoras de normatização e de subjetivação. Neste sentido, o que se diz sobre as mulheres nos livros didáticos analisados engendra efeitos de verdade, que podem produzir um modelo de mulher. É através da análise genealógica que a emergência do discurso sobre as mulheres na história do Brasil mostrou que ela foi construída enquanto sujeito, simultaneamente econômico e político, ou político a partir de sua utilidade para a economia.

As duas coleções foram obtidas de maneiras diferentes. A coleção *História Sociedade & Cidadania* consegui junto a uma Escola de Educação Básica do município de Pomerode, Santa Catarina. A coleção *Projeto Araribá – História* consegui junto à Editora Moderna, a qual enviou a coleção pelos correios. Com as duas coleções disponíveis, iniciei a leitura dos livros buscando passagens que falassem sobre as mulheres na história do Brasil. Ao encontrar uma passagem, esta era transcrita para um quadro de fichamento. Neste fichamento, as obras

não foram identificadas pelos seus nomes, e sim como LIVRO 1 (Araribá plus: História 6º Ano), LIVRO 2 (Araribá plus: História 7º Ano), LIVRO 3 (Araribá plus: História 8º Ano), LIVRO 4 (Araribá plus: História 9º Ano), LIVRO 5 (História Sociedade & Cidadania: 6º Ano), LIVRO 6 (História Sociedade & Cidadania: 7º Ano), LIVRO 7 (História Sociedade & Cidadania: 8º Ano), LIVRO 8 (História Sociedade & Cidadania: 9º Ano).

Ao terminar o fichamento, foi realizada a separação dos excertos, de acordo com os enunciados específicos identificados. A noção de enunciado segue as análises arqueológicas do discurso de Michel Foucault. Os enunciados, entendidos como uma função reguladora no interior de uma prática discursiva, regulam o que é dito, falado, reproduzido, disseminado. Desta forma, a separação dos excertos em enunciados foi orientada pela função do enunciado no discurso historiográfico que fala sobre as mulheres nos livros didáticos de História. Os enunciados com maior recorrência (a quase totalidade) foram por nós organizados em dois grupos. Um primeiro grupo de enunciações referindo-se a aspectos econômicos, de trabalho, e um segundo grupo em torno de questões políticas, proteções legais, direito ao voto, abarcando a temática da cidadania.

Foram também analisados outros *locus* do discurso, tais como textos da área política, econômica, jurídica, institutos de pesquisa, documentos governamentais, livros sobre as mulheres, buscando identificar a maneira como estes abordam a temática das mulheres em nossas formações discursivas. Verificou-se nestes a recorrência dos mesmos grupos de enunciados identificados nos livros didáticos. Isto possibilita pensar a formação discursiva da atualidade acerca das mulheres, estabelecendo conexões entre o discurso presente nos livros didáticos e dos discursos em circulação em outros espaços. Não havendo um/a autor/a, sujeito soberano/a, do discurso, segundo o olhar foucaultiano, se supõe que as/os autoras/es dos livros didáticos estão abarcados pelas condições de possibilidade em geral do discurso sobre as mulheres, em nossa formação discursiva.

Neste contexto, no discurso que fala das mulheres na história do Brasil, independentemente do período histórico abordado ou do/a autor/a que escreve, os grupos de enunciados estão presentes nos livros didáticos de História analisados. Tais enunciados são colocados em circulação através da disseminação dos livros didáticos pelo PNLD para o Ensino Fundamental. É possível localizar, em tais produções editoriais, certas táticas de poder que têm como principais agentes o Estado, os governos, as editoras, os alunos, a família, as/os professoras/es e a escola.

Na organização desta dissertação, após esta Introdução, o Capítulo 2, intitulado *O discurso em Foucault*, está dividido em quatro subcapítulos: *Arqueologia e discurso*,

Genealogia e discurso, Relação da arqueologia e da genealogia com esta pesquisa e O tema desta pesquisa e os escritos de Michel Foucault. No primeiro subcapítulo, *Arqueologia e discurso*, são apresentados os principais conceitos foucaultianos relacionados à análise arqueológica do discurso, tais como os conceitos de enunciado, formação discursiva, práticas discursivas, descontinuidade, episteme e subjetivação. No segundo subcapítulo, *Genealogia e discurso*, a relação entre saber e poder recebe destaque, visto que na genealogia a análise do discursivo se integra a elementos não-discursivos, bem como seus efeitos de subjetividade. No terceiro subcapítulo, os métodos arqueológico e genealógico são relacionados ao tema desta pesquisa e, no quarto subcapítulo são perscrutados os trabalhos de Michel Foucault que, de alguma forma, se relacionam com o tema desta pesquisa. Na construção deste capítulo foram essenciais as contribuições teóricas de Michel Foucault (2008; 2014a; 2017a), Alfredo Veiga-Neto (2007), Michelle Perrot (2005), Johanna Oksala (2011) e Edgardo Castro (2015; 2016).

O Capítulo 3 é denominado *Gênero e historiografia* e está dividido em dois subcapítulos: *As mulheres na historiografia* e *Epistemologia feminista*. No primeiro subcapítulo são investigados os embates que cercaram a inserção das mulheres como sujeitos na historiografia. Na sequência deste subcapítulo é discutida a utilização da categoria *gênero* nas pesquisas historiográficas. Também são apontadas/os as/os principais historiadoras/es que utilizam o gênero como categoria de análise em suas pesquisas. As historiadoras Rachel Soihet (1997; 1998), Michelle Perrot (1995; 2007) e Margareth Rago (1995; 2011) compõe parte do aporte teórico deste subcapítulo. O segundo subcapítulo aborda as problemáticas envolvendo a constituição de epistemologias feministas, bem como as principais perspectivas feministas que buscam formas de contrapor as conceituações universalizantes do patriarcado. As principais pesquisadoras utilizadas para esta abordagem são Margareth Rago (1998), Guacira Lopes Louro (2003) e Sandra Harding (1993). Ao longo de todo o Capítulo 3 são abordados conceitos e livros de Michel Foucault, com destaque para *A arqueologia do saber* (2008).

O Capítulo 4, intitulado *Mulheres e livro didático* está dividido em dois subcapítulos: *Livro didático* e *Os enunciados do discurso sobre as mulheres em livros didáticos de História*. No primeiro subcapítulo são abordados os processos que permearam a utilização de livros didáticos por alunas/os e professoras/es, facilitada pela produção deste tipo de obras pelas editoras e a compra e distribuição pelo Estado. O referencial teórico para este subcapítulo se constituiu, em grande parte, nos escritos de Selva Guimarães (2012) e de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008), bem como nas informações disponíveis no *site* do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2018). O segundo subcapítulo trata das análises dos livros didáticos das duas coleções definidas para esta pesquisa. Este subcapítulo é dividido em duas partes, a primeira analisa o grupo de enunciados de caráter econômico e a segunda parte analisa os enunciados políticos, de cidadania, no que se refere às mulheres na história do Brasil. As análises são cotejadas por discursos advindos de outros *locus* discursivos, como o econômico, o político, o jurídico, o midiático, o artístico, o literário e o acadêmico.

O Capítulo 5, *Finalizando - Achados da pesquisa*, apresenta as considerações finais e os principais achados da pesquisa.

2 O DISCURSO EM FOUCAULT

A análise dos livros didáticos de História escolhidos nesta pesquisa utilizou elementos da *caixa de ferramentas* foucaultiana. Neste entendimento, este capítulo trata das ferramentas metodológicas utilizadas na pesquisa. Ele se inicia com a apresentação das concepções de discurso na arqueologia e na genealogia de Michel Foucault. Na sequência são apontadas as relações da arqueologia e da genealogia com esta pesquisa. Por fim, é realizado um confronto entre o tema desta pesquisa e os escritos de Foucault.

2.1 ARQUEOLOGIA E DISCURSO

A arqueologia é um conceito metodológico de Michel Foucault, relacionado aos saberes e à compreensão da função dos enunciados nas práticas discursivas. O discurso é entendido por Foucault (2008, p. 122) como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Ao tratar dos discursos, Foucault utiliza o termo episteme, no qual estão inscritos os códigos fundamentais formadores e cognoscíveis de uma cultura. Segundo Castro (2015, p. 54), esses códigos:

Ocupam um lugar intermediário entre as palavras e as coisas; entre, por um lado, o modo em que falamos delas e as pensamos e, por outro, a maneira em que as percebemos e estão dispostas entre si. Precisamente para essa região intermediária se dirige a arqueologia, para encontrar ali o *a priori* histórico, a saber, as condições de possibilidade dos saberes de cada época.

Os enunciados são constituintes da formação discursiva. Eles operam uma função reguladora e, ao mesmo tempo, organizadora no interior de uma prática discursiva. Identificar as possibilidades de surgimentos de novos discursos, sobre certos tipos de saberes é, para Foucault, uma via para compreender o aparecimento desses discursos nas ciências. Nas palavras de Machado (2006, p. 18), “a ciência é essencialmente discurso, um conjunto de proposições articuladas sistematicamente. Mas, além disso, é um tipo específico de discurso: um discurso que tem pretensão de verdade”.

A arqueologia relaciona-se com sistemas impessoais de formações discursivas, não havendo um sujeito soberano. O que se pensa, se fala ou se escreve está dado nas condições de possibilidade do próprio discurso, em sua dispersão de acontecimentos, bem como em seu caráter único, não sendo possível entendê-los como sentenças ou verdades de caráter ou valor universal. Tais sistemas impessoais regulam o que pode ou não ser dito, pensado e percebido

em determinada época sobre determinado assunto. Para a arqueologia, sua tarefa inicial é o desprendimento das categorias de autor, obra e livro, as quais são utilizadas pela história das ideias ou pela literatura para a descrição do que foi dito (CASTRO, 2016).

Foucault, em suas obras arqueológicas,¹ se debruça sobre o eixo prática discursiva-saber-ciência, sendo a análise do saber o ponto de equilíbrio. Neste esquema analítico, o sujeito aparece necessariamente situado e dependente, não havendo possibilidade de atividade e consciência fora dos domínios do saber (FOUCAULT, 2008).

A noção de descontinuidade é utilizada por Foucault para se contrapor, simultaneamente, à noção de evolução quanto à noção de universal. Nela é encontrada a chave para o entendimento da relação entre os saberes ao longo da história. Relação esta que não é entendida como evolução, enquanto superação de um saber pelo outro, mais aprimorado e mais próximo da verdade, mas ruptura e aparecimento de algo novo no saber. Como exemplo, Foucault, em *As palavras e as coisas* (1966), analisa a passagem da história natural para a biologia. O que ocorre entre esses saberes não é uma forma de continuidade e aperfeiçoamento, e sim cortes e rupturas. O que se verifica no exemplo citado é o pertencimento a epistemes distintas.

A análise arqueológica da descontinuidade, considerando saberes historicamente menos paradigmáticos, científicos, possibilita identificar teorias que pertencem a uma mesma época. Mesmo que pareçam opostas, são fruto das condições epistêmicas da mesma época. A descrição arqueológica faz ver uma torção na compreensão historicamente formulada da racionalidade presente na historiografia moderna. Tal torção se dá ao inserir, na análise histórica, noções como ruptura e descontinuidade em domínios normalmente marcados pela continuidade. Esta, geralmente apoiada em conceitos como tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade e espírito, ao passo que, onde havia a contradição, insere a descrição de uma mesma episteme (CASTRO, 2015).

A descontinuidade seria, portanto, o limite entre o que está imerso e o que está fora do pensamento de uma época. Ela se caracteriza como o *entre* épocas, com seus discursos e possibilidades. A descontinuidade constitui o lugar onde os acontecimentos, em suas contingências, podem vir à tona, e onde a cultura passa a ser percebida como fruto de uma época.

A historiografia referente à história do Brasil considera o sequenciamento em três períodos: Colonial, Imperial e Republicano. Em geral, a classificação é pensada como

¹ História da Loucura, As palavras e as coisas, O Nascimento da Clínica e A Arqueologia do Saber.

períodos evolutivos. Nos livros analisados, a história do Brasil inicia pelo período colonial e tem sua característica associada à dominação da corte portuguesa; passa pelo período do Império, ligado à centralização do poder nas figuras dos imperadores relacionados a Portugal; e chega à República, associada aos ideais de liberdade e mudanças políticas. Gimbo (2017, p. 79) comenta que tais formulações historiográficas possuem, em seu cerne, elementos a-históricos, fora da história, seja um *telos* ou a noção de progresso, ambas firmadas em saberes totalizantes, na identidade de um sujeito histórico e indiferente às contingências das transformações históricas. Foucault (2014b, p. 52-53), numa entrevista ao *Le Monde*, em 1969, opõe-se ao caráter evolutivo da história:

Sou inteiramente contrário a certa concepção da história que assume como modelo uma espécie de grande evolução contínua e homogênea, uma espécie de grande vida mítica. Os historiadores sabem bem agora que a massa de documentos históricos pode ser combinada conforme séries diferentes que não conhecem a mesma direção nem o mesmo tipo de evolução. A história da civilização material (técnicas agrícolas, *habitat*, instrumentos domésticos, meios de transporte) não se desenvolve da mesma maneira que a história das instituições políticas, ou a história dos fluxos monetários.

A análise de discurso foucaultiana difere de outras formas de análise de discurso, tal como a realizada pela história do pensamento, ao não pretender identificar as ideologias, os sentidos ocultos, as pretensões ou o inconsciente do/da autor/a presente no texto. Para Foucault, a construção de discurso é tanto uma prática social, quanto histórica. Ao realizar a análise do discurso, ele busca a série de enunciados nas mais diferentes áreas do saber e a forma como esses enunciados compreendem determinado objeto.

Por objetos, Foucault entende objetos do conhecimento, as entidades que as disciplinas particulares ou as ciências reconhecem dentro de seus campos de interesse e que elas tomam como alvos de investigação. [...] Foucault dá o exemplo da constituição da loucura como um objeto no discurso da psicopatologia, a partir do século XIX em diante; outros exemplos poderiam ser a constituição de nação e raça, ou liberdade e empresa no discurso contemporâneo da mídia e da política, ou de letramento no discurso educacional (FAIRCLOUGH, p. 65-66, 2001).

Ao analisar a representação das mulheres nos livros didáticos de História selecionados para esta pesquisa, tal objeto de discursividade está presente em diferentes domínios do saber, na pintura, na literatura, na antropologia, que constituem material utilizado pelas/os historiadoras/es nos livros analisados. Compreendendo que as práticas discursivas possibilitam a construção do conhecimento, ao passo que este, associado a uma formação discursiva, transforma-se em uma ciência, a análise do discurso busca identificar as formas de subjetividade produzidas pelos discursos. Nesse sentido, as coleções analisadas, através de suas narrativas, imagens e conceitos, ao serem utilizadas em sala de aula, colocam em funcionamento certas formas de subjetivação dos indivíduos. Fairclough (2001, p. 64, grifos

do autor) comenta que “o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais”. Uma formação discursiva se produz por meio de relações, as quais constituem as regras de aparecimento dos objetos.

Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto; não são elas que são desenvolvidas quando se faz sua análise; elas não desenham a trama, a racionalidade imanente, essa nervura ideal que reaparece totalmente, ou em parte, quando o imaginamos na verdade de seu conceito. Elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreduzibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade (FOUCAULT, 2008, p. 50-51).

A produção discursiva dos livros analisados não está fora dos discursos vigentes neste momento. Ao contrário, encontra no próprio discurso sua condição de possibilidade. Machado (2006, p. 153) comenta a relevância da análise arqueológica do discurso ao afirmar que “a arqueologia não se interessa pelos discursos possíveis, discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade ou de validade a serem realizados; ela estuda os discursos reais, efetivamente pronunciados, existentes como materialidade”. Portanto, a arqueologia busca mostrar as condições de possibilidade dos discursos de verdade referentes ao sujeito, evidenciando os limites destes discursos (KRAEMER, 2011).

As/os autoras/es dos livros analisados são sujeitos que pronunciam, na materialidade de suas formulações, enunciados que estão ligados a uma formação discursiva. Dessa forma, devem ser entendidas/os como manifestação do próprio enunciado e ocupando, segundo Castro (2016, p. 119) “posições subjetivas, isto é, o que determina no nível das instituições e da sociedade quem pode ter um tipo determinado de discurso”. Para Foucault (2008, p. 108, grifos do autor), a relação entre enunciado e sujeito não é do tipo autor-frase:

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.

No discurso presente nos livros de História analisados, não se busca compreender a subjetividade do/a autor/a do livro, seus preconceitos ou suas crenças que poderiam ser flagradas nos livros. O que se busca, na espessura do próprio discurso, é identificar os enunciados pelos quais tal discurso constrói as mulheres enquanto objeto do saber. Ao identificar as repetições, as variações e as permanências entre as diferentes situações ou

momentos em que os livros tratam das mulheres, verificou-se a constância de dois grupos de enunciados pelos quais opera o discurso sobre as mulheres: Enunciado econômico do trabalho e Enunciados Políticos - cidadania.

2.2 GENEALOGIA E DISCURSO

Uma parcela significativa das/os estudiosas/os dos escritos de Michel Foucault divide a sua obra em três fases, as quais correspondem a três períodos (VEIGA-NETO, 2007). A primeira fase é a arqueológica, momento em que os estudos do filósofo estão concentrados na análise dos discursos, e na formação dos saberes. Esta fase está associada ao domínio ser-saber e está inscrita na década de 1960. A fase arqueológica compreende as obras *História da loucura na idade clássica* (1961), *O Nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969). A segunda fase, relacionada aos escritos da década de 1970, é conhecida como genealógica. Nesta fase, os estudos de Foucault estão direcionados às práticas não discursivas e ao poder, característica que inscreve este domínio na relação ser-poder. Neste sentido, conforme Vieira (2008, p. 59) “a genealogia situa-se no eixo discurso-poder, ou seja, na prática discursiva-enfrentamento do poder”. Esta fase genealógica tem início com a aula inaugural no *Collège de France: A ordem do discurso* (1970), seguindo com as obras *Vigiar e punir* (1975) e *História da sexualidade I: A vontade de saber* (1976). A terceira fase é a ética. Chamada assim pelas/os comentadoras/es de Foucault devido ao enfoque no domínio ser-consigo e ao governo de si. Nessa fase estão presentes os volumes 2 e 3 de *História da sexualidade; O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, ambos publicados em 1984 (VEIGA-NETO, 2007).

Este enquadramento da obra de Foucault não corresponde a um projeto estabelecido pelo autor, tendo sua utilidade destacada nas análises temáticas realizadas pelas/os interessadas/os em seus escritos. A perspectiva não linear e não progressiva da obra é corroborada pelo fato de a genealogia não representar uma evolução na sua metodologia de análise, e sim uma ampliação em seu projeto. Foucault não interrompe as análises discursivas. Ele as utiliza em suas pesquisas genealógicas sobre as práticas não discursivas, em um domínio que relaciona o saber e o poder (ARAÚJO, 2006). Conforme Kraemer (2011, p. 241), “a arqueologia e a genealogia respondem ao propósito de investigar as condições de possibilidade que habilitam os discursos e as práticas de poder sobre o homem”. Desta forma, pode-se conceitualizar o projeto do filósofo francês como uma arqueogenealogia (ARAÚJO,

2006). De todo o modo, algumas características são próprias de cada um dos métodos utilizados por Foucault.

A arqueologia estava centrada na busca pela constituição dos saberes, dando ênfase ao discursivo e sua articulação com as instituições. Ela estaria inclinada a responder *como* os saberes apareciam e se transformavam. A genealogia é a tática que se interessa em descrever o *porquê* de certos saberes aparecerem partindo das condições de possibilidade externas aos próprios saberes, vinculados a um dispositivo de natureza estratégica, e como peças de relações de poder (MACHADO, 2017). Na genealogia, Foucault volta-se para a articulação entre as relações de poder e a formação do conhecimento científico. O eixo saber-poder, portanto, é composto pela interrelação entre domínios de saber e relações de poder, bem como todo mecanismo de poder está apoiado e validado em sistemas de saber. Oksala (2011, p. 64), ao abordar o entrelaçamento entre saber e poder em Foucault, afirma que “a relação entre ambos é interna: o contexto social e político do conhecimento científico também molda o conteúdo do próprio conhecimento científico”.

Genealogia é um conceito proposto por Nietzsche em suas análises sobre a história. Este conceito é retomado por Foucault como metodologia de suas investigações sobre o poder. Metodologicamente, a genealogia está presente em livros como *Vigiar e punir* (1975) e o primeiro volume de *História da sexualidade: A vontade de saber* (1976), tendo o ensaio *Nietzsche, a genealogia e a história* como marco inicial dos escritos desta fase. Porém, tanto em Nietzsche como em Foucault, não encontramos uma estrutura definidora da genealogia como metodologia, com domínios e técnicas estabelecidas (OKSALA, 2011). O que poderia ser caracterizado como um obstáculo para a eficiência da pesquisa genealógica, apresenta-se como uma possibilidade de escapar aos modelos enrijecidos e de atravessar os diferentes campos do saber e as intrincadas relações de poder. Com o uso da genealogia, Foucault teve possibilidade de trabalhar diferencialmente com as noções de liberdade e poder (VIEIRA, 2008). Nas palavras de Foucault (2017a, p. 55), “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”.

Através da pesquisa demorada, paciente e apoiada em materiais volumosos, o genealogista se afasta da busca pela essência, da metafísica, das explicações meta-históricas, das teleologias e das narrativas que defendem uma evolução dos objetos analisados, que demarcam o atual como o território do mais desenvolvido. Assim como em Nietzsche, a genealogia de Foucault está atenta à singularidade dos acontecimentos, e em tudo o que se considera como não possuidor de história, como os sentimentos, os instintos e a consciência.

A genealogia não está interessada na busca da origem, da essência da coisa, pois entende que no lugar de um motivo fundante existe a desordem e o acaso, sendo que uma das principais características da genealogia é a preocupação em fazer ruir as fundações das práticas tomadas como naturais (VIEIRA, 2008).

O genealogista é cético, e para ele todas as verdades são construções históricas validadas socialmente. As verdades de uma época podem se tornar motivo de riso ou de nojo para as gerações futuras (OKSALA, 2011). Por isso, um processo de desvelamento não encontraria a perfeição intocada do objeto estudado, mas sim as diversas contingências que lhe deram a forma presente. Não à origem, e sim aos começos. Para escapar à busca pela origem, a/o genealogista se utiliza da história e, ao introduzir a descontinuidade, se afasta de todo absoluto e de todos os universais. Neste contexto, Vieira (2008, p. 33) comenta que: “O devir da humanidade sempre foi interpretado pela metafísica colocando uma significação oculta na origem. A genealogia, ao contrário, é a história das interpretações diferentes [...]”. Foucault recusa o que lhe é apresentado como imortal no homem, como unidade do sujeito, aceitando apenas o devir (FOUCAULT, 2017a).

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua "origem", negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procura-las lá onde elas estão, escavando os *bas-fond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda (FOUCAULT, 2017a, p. 60-61, grifos do autor).

A genealogia está interessada no aspecto político do discurso, nas estratégias e táticas que produzem poder, e na relação entre poder e saber. É por meio da análise genealógica que Foucault busca conhecer as condições de possibilidade que conferem aos saberes *status* de verdade e busca também a relação entre o saber que emerge e o poder, visto que não há poder sem um saber, nem relação de poder que não engendre saber. Na genealogia, a análise do discurso é atravessada pelo não-discursivo, ou seja, pelas práticas visíveis. Neste contexto, o conceito de dispositivo é criado por Foucault em seu projeto que relaciona o poder a uma estratégia (ALCÂNTARA; CARVALHO; QUIXABA, 2009).

2.3 RELAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DA GENEALOGIA COM ESTA PESQUISA

Nesta seção serão apresentadas as relações entre as táticas arqueológica e genealógica com a presente pesquisa. As análises arqueológica e genealógica oferecem à pesquisa o distanciamento das costumeiras análises de conteúdo, ou da presença/ausência das mulheres

nos livros didáticos de História. Compreende-se que, através das análises arqueológica e genealógica, esta pesquisa poderá identificar como e porque o discurso historiográfico atual sobre as mulheres foi validado.

2.3.1 Relação da arqueologia com esta pesquisa

A análise do discurso dos livros didáticos será orientada pela arqueologia foucaultiana, ferramenta metodológica utilizada pelo autor em seus escritos da década de 1960, e na qual as práticas discursivas são analisadas em sua materialidade (VEIGA-NETO, 2007). Por meio da arqueologia serão identificados os enunciados que compõem a formação discursiva presente nos livros didáticos ao falar sobre as mulheres. Para que um enunciado alcance o *status* de verdadeiro será necessário que tenha passado por diversos jogos de verdade, nos quais diversos saberes e práticas interagem e assinalam o que pode ou não pode ser dito e pensado como verdadeiro em um determinado período histórico (FOUCAULT, 2014a). Nesse sentido, os enunciados sobre as mulheres são utilizados em distintos campos de saber, não só na história, mas também na medicina, na política, na economia, na religião etc.

Serão consultadas obras historiográficas de historiadoras que discutem sobre a história das mulheres, buscando aprofundar a reflexão sobre a produção da historiografia referente às mulheres presente nos livros didáticos. Documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História para os anos finais do ensino fundamental (FNDE, 2017), por estarem estreitamente vinculados à produção didática das coleções escolhidas, também serão analisados, buscando a presença dos mesmos enunciados dos livros didáticos que compõem as coleções escolhidas.

2.3.2 Relação da genealogia com esta pesquisa

As escolas e as/os professoras/es, ao adotarem os livros didáticos oferecidos pelo PNLN, validam toda uma teia de saberes e poderes e, através das práticas escolares que envolvem os livros didáticos, alcançam os corpos de estudantes em suas materialidades, e imprimem certas disposições sociais. Ao falar sobre as mulheres, os livros traçam o contorno do que é possível ser dito, pensado e sentido pelos estudantes. E é na escola, juntamente com a fábrica, o asilo, a prisão, o hospital e o quartel, locais que funcionam como instituições de sequestro (VEIGA-NETO, 2007), que a disciplina buscará docilizar os corpos, os tornando assujeitados e inclinados a aceitarem os saberes e as práticas propostas pela instituição, em

um processo de anátomo-política (VEIGA-NETO, 2007). Apoiadas nas tecnologias escolares e na economia disciplinar, as práticas desses sujeitos escolarizados, ao se relacionarem ou se identificarem como mulheres, estarão sustentadas, em diversos níveis, naquilo que é reproduzido pelos livros didáticos.

Ao utilizar a genealogia foucaultiana na presente pesquisa, o discurso é entendido como formador de saberes sobre as mulheres, e está vinculado também a práticas não-discursivas imersas em relações de poder. No interior dessas práticas acontece a subjetivação dos indivíduos, e sua transformação em sujeitos, vinculados à uma rede, ou, àquilo que Michel Foucault (2010) denomina de capilaridade do poder. O poder não estaria localizado em um local ou em alguém específico como, por exemplo, o Estado ou as editoras, e sim capilarizado dentro da sociedade. O que se fala, como se fala, porque se fala, e o que resulta daquilo que é dito sobre as mulheres nos livros didáticos está relacionado a um regime de verdade e a poderes que foram ativados e funcionam de forma pulverizada nos mais diversos âmbitos da sociedade. E é nesse contexto que a tática genealógica contribui para o estudo da emergência do discurso sobre as mulheres presentes nos livros didáticos analisados por meio da análise histórica das condições de possibilidade de formação de tal discurso (VEIGA-NETO, 2007).

Por meio da genealogia será realizada a análise histórica da produção dos livros didáticos, bem como a identificação de um possível modelo de mulher em seu aspecto acontecimental. Nesse processo, os enunciados são entendidos como invenções, e não como verdades ou como um *a priori* a ser descoberto pelo pesquisador. No que se refere aos saberes, eles são tencionados com as práticas de poder, podendo funcionar como uma insurreição dos saberes contra os efeitos centralizadores do poder, característicos de um discurso científico, dos quais a escola e os livros didáticos são, ao mesmo tempo, disseminadores e produtores (FOUCAULT, 2010).

A análise genealógica das coleções escolhidas também pode proporcionar a emergência de rupturas, da descontinuidade das narrativas meta-históricas, nas quais um modelo de mulher poderia ser encontrado através da busca pela sua origem, ou de sua essência. A genealogia busca examinar e explicitar, de forma processual, as noções existentes e aceitas sobre as mulheres, na materialidade de sua invenção, recorrendo à noção de relações de poder (VEIGA-NETO, 2007).

2.4 O TEMA DESTA PESQUISA E OS ESCRITOS DE MICHEL FOUCAULT

Os primeiros escritos² de Michel Foucault não atribuem uma significativa importância às figuras femininas ou à questão das diferenças entre os sexos. No escrito sobre o caso Pierre Rivière³, a mãe deste personagem recebe breves descrições. Nem mesmo os estudos de Foucault sobre os diários de Herculine Barbin, a hermafrodita, assim classificada em *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*, educada em um convento e que se suicida por não ser aceita ao se assumir como homem, pretendem ser um estudo sobre as mulheres (PERROT, 2005). Embora Foucault tivesse escrito sobre as histéricas em *História da Loucura na Idade Clássica*, Perrot (2005) comenta que a percepção inicial que Foucault tem das mulheres é relacionando-as à família, nas figuras de esposa e mãe. Somente a partir das pesquisas sobre a sexualidade é que Foucault passa a perceber as mulheres como objeto de problematização.

Em *A vontade de saber*, primeiro volume de sua *História da sexualidade*, Foucault (2017b) estabelece o corpo da mulher como uma questão de poder. Temas relacionados às mulheres passam a ser analisados, como, por exemplo, a mulher em sua relação familiar e pública, e a mulher histérica, assunto que Foucault promete um volume de *História da sexualidade*, intitulado *A mulher, a mãe e a histérica*, mas nunca realizado devido a sua mudança no projeto inicial e por sua morte em 1984 (PERROT, 2005). De todo o modo, Butler (2003, p. 137-138, grifos da autora) assinala a relevância da problematização da sexualidade para os estudos das relações de gênero ao afirmar que “Foucault compreende que a sexualidade produz o ‘sexo’ como um conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese”.

No âmbito político e teórico, a crítica foucaultiana aos universais e às essências passou a ser utilizada por feministas em discussões sobre o poder, os micropoderes, bem como às táticas do biopoder que ligam a mulher a um corpo sexual, o qual foi discursivamente entendido como frágil, doentio e histérico por médicos e biólogos dos séculos XVIII e XIX (PERROT, 2005). Para Foucault, esses discursos são produzidos por relações de poder e colocados em funcionamento através do *status* de verdade que receberam. Desse modo, a invisibilidade das mulheres na história pode ser compreendida através da análise desses

² *História da loucura na Idade Clássica* (1961) e *O Nascimento da clínica* (1963).

³ Refere-se ao livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* organizado por Michel Foucault e publicado em 1973.

discursos e dos efeitos de poder colocados em funcionamento por estes mesmos discursos (TEDESCHI, 2012). Decorre disso o entendimento de Foucault (2006, p. 262) de que:

O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres... todas essas relações são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações.

A história das mulheres encontra nos escritos de Foucault uma série de instrumentais teóricos presentes em sua *caixa de ferramentas* que podem ser úteis no árduo trabalho de desconstruir universais e essências pretensamente instituídas como eternas. É por meio da análise histórica que noções ditas naturais sobre as mulheres, sobre a maternidade ou sobre as diferenças sexuais, têm seu caráter arbitrário desvelado ao identificar que as normatividades presentes na cultura ocidental são pensadas e centradas nos valores masculinos e que, por serem criações sociais e históricas, podem ser historicizadas, discutidas e contestadas (RAGO, 1998). Normas, funções, posições e práticas que definem o que é ser mulher passam a ser objeto de estudo, sustentados em um aporte teórico de noções foucaultianas como a relação entre saber-poder, a analítica do poder centrada em práticas discursivas e não-discursivas, a correlação entre poder e resistência e entre poder e sexualidade, a crítica ao sujeito, assim como suas ferramentas metodológicas: a arqueologia e a genealogia.

Apoiadas nas teorias de Foucault, diversas historiadoras produziram escritos sobre a história das mulheres. Entre as historiadoras que mais contribuíram nesse campo historiográfico estão as brasileiras Margareth Rago e Tânia Navarro Swain, a francesa Michelle Perrot e a estadunidense Joan Scott.

3 GÊNERO E HISTORIOGRAFIA

Este capítulo está dividido em dois subcapítulos: *As mulheres na historiografia e Epistemologia Feminista*. O primeiro subcapítulo discorre sobre os principais motivos pelos quais as mulheres não constavam como foco de estudo nas pesquisas historiográficas anteriores à segunda metade do século XX. Para superar este obstáculo epistemológico e despertar o interesse de pesquisadoras/es pelas histórias das mulheres, diversas dificuldades foram enfrentadas: a ausência de relatos de e sobre as mulheres em escritos e outros registros historiográficos; a dificuldade em realizar genealogias, visto que, até pouco tempo, as mulheres perdiam o sobrenome de solteira ao se casar; o aspecto gramatical, que impõe, em diversas línguas, a forma masculina nos plurais, dificultando saber se e quantas mulheres estiveram presentes; o desinteresse, por parte de muitas mulheres, pela própria história. O subcapítulo evidencia locais que preservam a memória das mulheres, bem como autoras feministas que escolheram como objeto de pesquisa as vivências e a valorização das mulheres. Na sequência, são apresentadas as principais correntes historiográficas que, de alguma forma, contribuíram para que as mulheres se tornassem objeto de análise na pesquisa historiográfica. O estabelecimento da história das mulheres dentro da pesquisa historiográfica passou por questionamentos e debates referentes a quais aspectos e com base em quais teorias esta história deveria ser escrita, o que é objeto deste capítulo.

Atualmente, a relevância da história das mulheres é destacada nos estudos de gênero. O subcapítulo aborda as primeiras discussões sobre gênero na historiografia e os percursos para a adoção da categoria *gênero* como uma categoria de análise histórica. Neste aspecto, no interior da pesquisa historiográfica, o artigo de Joan Wallach Scott, *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*, é considerado, pelas/os historiadoras/es de gênero, um dos textos fundantes deste campo do saber. Na sequência, o subcapítulo discorre sobre as/os historiadoras/es internacionais e nacionais que trabalham com gênero. Na pesquisa sobre a História mundial, é abordado o livro *História das relações de gênero* (2007) do historiador Peter Nathaniel Stearns. Na pesquisa sobre gênero, destaca-se o livro *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* e as contribuições da filósofa Judith Butler.

No segundo subcapítulo, são discutidos os cruzamentos teóricos para a formulação de epistemologias feministas. As epistemologias feministas colocam em descrédito a suposta neutralidade e cientificidade do discurso androcêntrico, bem como o determinismo biológico. As teóricas que se debruçaram sobre a constituição de epistemologias feministas se envolveram em debates referentes às perspectivas a serem adotadas. A/as epistemologia/s

feminista/s são relacionadas aos estudos de gênero, sendo que estes estão vinculados historicamente aos movimentos feministas. O subcapítulo discorre sobre as três ondas do feminismo, suas principais motivações e teóricas. As epistemologias feministas buscam ser um contraponto à visão androcêntrica, ligada aos ideais iluministas, dominante nas ciências, incluídas as ciências humanas e sociais. Na sequência, são analisadas as intersecções entre a/as epistemologias feminista/s e a história. Por fim, este subcapítulo apresenta algumas críticas às epistemologias feministas feitas por mulheres que não se sentem incluídas nelas. Neste mesmo sentido, critica-se a criação de *um* modelo de pensar feminino.

3.1 AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA

A história das mulheres compreende as mulheres em sua multiplicidade, como sujeitos históricos atravessados por elementos como classe, etnia, raça, religiosidade e faixa etária. São multiplicidades que não podem ser amalgamados em uma identidade universal (SOIHET, 1997). Trata-se de pluralidades e singularidades, “a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos” (DEL PRIORE, 1997, p. 7).

No modelo de produção historiográfica que vigorou em nossa cultura, as mulheres ficaram ausentes dos relatos históricos até aproximadamente cinco décadas. Em uma historiografia centrada nos feitos públicos, a invisibilidade das mulheres se deve, em grande medida, a sua ausência nestes espaços. Em certas sociedades, a exemplo da grega, a presença das mulheres em ambientes públicos era sinônimo de desordem. Ao serem invisibilizadas, as mulheres não são incluídas nos relatos. Decorrendo disso a ausência de fontes sobre suas vivências (PERROT, 2007).

Esta ausência também possui um aspecto gramatical. Por exemplo, a norma, presente em diversas línguas, que estabelece como correto manter a forma masculina nos plurais. Ficam assim comprometidos os registros sobre a participação de mulheres em greves, revoluções, nas indústrias etc. Até poucas décadas as estatísticas eram assexuadas. Outro problema encontrado pelas/os historiadoras/es das mulheres é a prática, até recentemente incontestada, na qual as mulheres eram obrigadas a trocar o sobrenome de solteira pelo do marido ao se casarem, comprometendo assim as genealogias e o resgate de suas origens (PERROT, 2007).

As próprias mulheres acabaram por introjetar a concepção dominante que lhes conferia pouca importância. Muitas mulheres, ao se perceberem como irrelevantes para o curso dos acontecimentos, não se sentiram estimuladas a registrar suas memórias. Contribuiu para isso a histórica falta de acesso à alfabetização. Quando escreviam, em geral preferiram os registros em diários íntimos, destinados a permanecerem secretos (PERROT, 2007).

Mas o interesse mais direto pelo tema fez ver que existem fontes que tratam das mulheres, escritas diretamente por elas ou sobre elas. Estas fontes podem ser encontradas em bibliotecas e em arquivos públicos ou privados. Dentre os arquivos públicos, os arquivos policiais e os judiciários são os mais ricos em informações. Também as produções da imprensa feminina, presentes em livros, revistas e jornais, embora mais recentes, constituem importante fonte de pesquisa historiográfica. Dentre estas produções estão os escritos de autoras feministas como Cristina de Pisano, Virginia Woolf, Marie de Gournay, Maria Lacerda de Moura, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta, Lou Andreas-Salomé, Patrícia Galvão, Simone de Beauvoir, Bertha Lutz e Natalie Davis (PERROT, 2007).

Nos arquivos privados, as informações estão presentes em diários íntimos, nas autobiografias e nas correspondências. Por não estarem afeitas ao registro sistematizado de suas vidas, fruto de diversas privações, muitas mulheres acabavam por destruir as escassas informações que haviam registrado (PERROT, 2007).

Convencidas de sua insignificância, estendendo à sua vida passada o sentimento de pudor que lhes havia sido inculcado, muitas mulheres, no ocaso de sua existência, destruíam - ou destroem - seus papéis pessoais. Queimar papéis, na intimidade do quarto, é um gesto clássico da mulher idosa (PERROT, 2007, p. 22).

Países como França, Estados Unidos e Países Baixos mantêm arquivos de mulheres, nos quais são preservados escritos e objetos utilizados por mulheres em diversas épocas. Dentre os objetos, os mais comuns são: “dedais, joias, roupas, bibelôs, caixas, missais e as fotografias” (SOIHET, 1997, p. 429) por elas guardadas ao passar das décadas. Outra forma de resgatar as vivências das mulheres é por meio da história oral. Devido ao acesso tardio que as mulheres tiveram à escrita e à educação formal, muitos conhecimentos e histórias foram preservadas apenas por meio da oralidade, modificando-se ou até mesmo sendo perdidos ao longo do tempo.

Outra fonte são os livros escritos por homens sobre as mulheres. Mas neles encontra-se o problema dos estereótipos e das generalizações. Embora existam muitos registros sobre as mulheres escritos por homens, sua utilização como fonte para a história das mulheres é prejudicada pela imprecisão das informações e a ausência de detalhes (PERROT, 2007).

As fontes visuais produzidas por homens apresentam as mesmas objeções encontradas nas fontes escritas. As imagens expressam mais os medos e os desejos destes frente às mulheres do que as mulheres em suas vivências reais (PERROT, 2007). Desse modo, os registros produzidos por homens ao longo dos séculos pouco contribuíram para a história das mulheres, visto que nelas “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2007, p. 17).

Desde os primeiros relatos e registros produzidos pelos antigos, como os gregos e romanos, os objetos de análise eram o espaço público, a política, as guerras e os grandes homens. Na Idade Média, as crônicas e os relatos das vidas dos santos privilegiaram suas ações evangelizadoras em contraste com a reclusão, castidade ou o martírio das santas. Nos séculos XVIII e XIX, a História se torna mais científica e profissional. No entanto, as análises estereotipadas sobre as mulheres permaneceram (PERROT, 2007).

Poucos foram os historiadores do século XIX que dedicaram espaço em suas produções para narrativas sobre as mulheres. Jules Michelet, ao escrever sobre as mulheres, reproduz o pensamento dominante no período, o qual associava as mulheres à esfera privada. Para este historiador e filósofo, o motor da história estava no equilíbrio entre uma oposição que vinculava a mulher à natureza e o homem à cultura. As mulheres, ao romperem com os papéis que lhe são naturalmente estabelecidos e ameaçarem a hegemonia dos papéis masculinos, estariam desequilibrando a história, em um agenciamento com as forças do mal e da infelicidade (SOIHET, 1997). Em sintonia com esta interpretação da história, Michelet atribui ao desrespeito entre os papéis de gênero a Noite de São Bartolomeu, nome dado ao massacre engendrado pela monarquia católica francesa sobre os huguenotes, como eram chamados os protestantes franceses (PERROT, 2007).

A área de História se consolida como disciplina de conhecimento científico no final do século XIX. Como a perspectiva positivista era hegemônica no período, em seu começo, a historiografia não demonstrou interesse pela história dos grupos dominados, desconsiderando, dessa forma, os estudos sobre as mulheres. Estabelece-se como padrão, no período, os interesses pela história política e pelo domínio público. As fontes utilizadas são os documentos oficiais de áreas administrativas, militares e diplomáticas, nos quais as mulheres raramente constavam (SOIHET, 1997). A historiografia do século XX ainda preservava traços desta epistemologia:

Para os historiadores profissionais do século vinte, a história é o conhecimento do passado obtido por meio de investigação desinteressada e imparcial (o interesse e a parcialidade são a antítese do profissionalismo) e universalmente disponível para quem quer que tenha dominado os procedimentos científicos requeridos (SCOTT, 1992, p. 71).

Em 1929 os historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre fundam a *Escola dos Annales*, importante vertente historiográfica que rompeu com a tradição que valorizava apenas o campo político (PERROT, 2007). Os historiadores da *Escola dos Annales* mantiveram como prioridades o campo econômico e o social, e não inseriram a diferença entre os sexos em suas pesquisas. Contudo, ao estarem interessados na história de seres humanos concretos, não nas idealidades abstratas, e focados no cotidiano contextualizado, em oposição a uma suposta racionalidade universal, contribuíram para evidenciar a participação das mulheres na história e para a posterior inclusão destas nas produções historiográficas (SOIHET, 1997; PERROT, 2007).

A historiografia de tradição marxista considerava as questões entre homens e mulheres como uma contradição secundária em face ao seu objetivo principal: a instauração de uma sociedade sem classes através do estabelecimento do modo de produção comunista. Na década de 1960, correntes revisionistas marxistas, inspiradas na História Social, priorizaram, como objeto de estudo, os grupos relegados ao esquecimento pela História. Neste contexto epistemológico, constitui-se o interesse pelas massas populares sem organização social e política e as mulheres do povo (SOIHET, 1997).

Em seu primeiro momento, para tratar da história das mulheres, a historiografia se apoiou nas concepções teórico-metodológicas e epistemológicas da História Social, corrente influenciada pelo marxismo. Na década de 1970, a preocupação de historiadoras, sociólogas e antropólogas esteve centrada em recuperar a participação das mulheres na vida social. Elas priorizaram a identificação de traços de opressão masculina e capitalista, em desfavor de análises que buscassem as origens da opressão e que abordassem as mulheres como sujeitos históricos.

Neste contexto são realizadas pesquisas relacionando as mulheres e o trabalho, principalmente o fabril. Joan Scott e Louise A. Tilly, no texto *Women's Work and the Family in Nineteenth-Century Europe* (1975), criticavam a noção de experiência única para todas as mulheres, passando para a crítica a concepções de teóricos como Friedrich Engels. Em suas formulações sobre o modelo socialista, Engels afirma que as mulheres que se inserissem no trabalho industrial finalmente estariam salvas da opressão familiar (SOIHET, 1997).

Alguns teóricos marxistas, a exemplo de Engels, não levaram em conta em suas análises o fato de que as mulheres das classes menos favorecidas sempre trabalharam, e este fator não impediu que diversas formas de opressão lhes fossem infligidas ao longo da história (SOIHET, 1997). Também nos regimes socialistas se observa este mesmo acontecimento, pois a submissão das mulheres permaneceu, visto que “a mudança dos modos de produção

não determina, automaticamente, uma transformação nos padrões familiares. A instauração do socialismo não teria representado a libertação das mulheres como pensavam Engels e outros marxistas” (SOIHET, 1997, p. 420).

Nas últimas décadas, motivados por revoluções e reivindicações sociais, as/os historiadoras/es de outras correntes historiográficas passaram a se interessar por grupos até então marginalizados pelas narrativas tradicionais. Nesse entendimento, a História Cultural prestou uma considerável contribuição ao se preocupar com as identidades coletivas de grupos sociais como os camponeses, os operários, os escravos, as pessoas comuns e, por decorrência, as mulheres são elevadas à condição de objeto de estudo enquanto sujeitos da história (SOIHET, 1997). Domínios do saber, como a História das mentalidades e a História Cultural, dialogam com os saberes provenientes da linguística, da psicanálise, da literatura e, especialmente, da antropologia. A interdisciplinaridade presente nestas correntes historiográficas colaborou para a multiplicação dos estudos com ênfase nas mulheres (SOIHET, 1997).

O surgimento da história das mulheres como um domínio do saber, apesar da resistência de historiadoras/es vinculados a uma historiografia baseada nos aspectos políticos e públicos, efetuou um alargamento nos limites da pesquisa historiográfica. Esta emergência ocorreu simultaneamente às campanhas realizadas por feministas na década de 1960 na Inglaterra e nos Estados Unidos, e na década de 1970 na França, as quais buscavam igualdade de oportunidades e melhorias nas condições profissionais para as mulheres (PERROT, 2007; SCOTT, 1992). Diversos fatores contribuíram para a emergência do campo do saber nesse período. Entre os fatores científicos está a crise dos sistemas de pensamento, como o marxismo e o estruturalismo, ocorrida por volta da década de 1970.

No interior da História, as ativistas feministas almejavam uma história de heroínas que constataste a presença de mulheres na esfera pública. As feministas pretendiam buscar na história a base para elucidar temas como a opressão, bem como um aporte teórico para suas lutas (SOIHET, 1997; SCOTT, 1992). Além da França, também em outros países, sobretudo nas universidades, as reivindicações se seguiram, fazendo com que estudantes e professoras/es se mobilizassem no intuito de produzir e transmitir informações sobre as mulheres (SOIHET, 1997).

Vários cursos destinados ao estudo da história das mulheres foram criados. Em 1973, na França, surge o boletim de expressão sobre a história das mulheres intitulado *Pénélope, Cahiers pour l'histoire des femmes*. A proliferação das pesquisas e o reconhecimento do campo do saber estimulou a formação de novos grupos de historiadoras/es dedicados à

história das mulheres (SOIHET, 1997). Seguindo o exemplo dos *Women's Studies* dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, as pesquisas sobre a história das mulheres foram se desenvolvendo em países como Alemanha, Itália, Países Baixos, Espanha, Portugal, Índia, Japão e Brasil (SOIHET, 1997; PERROT, 2007).

O ano de 1975 foi estabelecido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Este fato contribuiu para a visibilidade de questões relacionadas às mulheres. Na segunda metade da década de 1970, novos estudos sobre a história das mulheres foram desenvolvidos em países da Europa e novamente se espalharam para diversos outros países, incluindo o Brasil (SOIHET, 1997). A interdisciplinaridade e a valorização da subjetividade se tornaram elementos correntes na pesquisa histórica. Noções da antropologia e da demografia histórica fizeram proliferar estudos sobre a natalidade, a mortalidade, os casamentos, a família, as crianças, os jovens, as mulheres e a vida privada. O privado e o cotidiano se afirmaram como campos políticos. Philippe Ariès e Georges Duby foram autores proeminentes nas pesquisas sobre alguns destes temas. Entre suas produções, destacam-se a obra *História social da criança e da família* (1973) de Ariès e a coleção *História da vida privada* (1989), dirigida por Ariès e Duby.

Em 1976, Michel Foucault publicou o primeiro volume de *História da sexualidade, A vontade de saber*. Este livro teve grande impacto nos estudos emergentes sobre o tema da sexualidade. No interior dos *Annales*, a Nova História multiplicou os objetos de estudo, contribuindo para a visibilidade da história das mulheres (PERROT, 2007). Dentre estes objetos estavam a prostituição, a loucura, a bruxaria, a maternidade, o aborto, a sexualidade, as emoções e os sentimentos (RAGO, 2011).

Entre os fatores sociais que colaboraram para o estabelecimento da história das mulheres está a crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho e na educação superior, ocorrida logo após a Segunda Guerra Mundial (PERROT, 2007). No campo social, o movimento de liberação das mulheres, desenvolvido principalmente na França após o maio de 1968, se estabeleceu como o principal fator político na constituição da história das mulheres. Neste momento, elas são tomadas como uma categoria social e política separada da categoria *homens*, vista como universal e a única utilizada pelos historiadores (PERROT, 2007; SCOTT, 1992). O movimento, embora não tivesse como prioridade a inserção das mulheres nas universidades e a formulação de uma história das mulheres, ao buscar nas conquistas e lutas femininas do passado formas de validação de suas causas, iniciaram um processo de registro de memórias, fundamental à pesquisa histórica. No decorrer das décadas de 1970 e

1980, o movimento buscou reformular certas concepções históricas e epistemológicas, principalmente aquelas apoiadas na concepção universal do masculino (PERROT, 2007).

Definir a história das mulheres como pesquisa específica na historiografia fomentou alterações no discurso historiográfico, até então interessado no sujeito universal masculino e nos domínios da vida pública (RAGO, 1995). Outra contribuição, oriunda dos estudos sobre a história das mulheres, está na revisão das narrativas históricas, na medida em que “a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história” (RAGO, 1995, p. 81). Na história do Brasil, por exemplo, foi secundarizada ou excluída a presença de mulheres nos navios negreiros, nos quilombos, nas indústrias, na imigração, nas reivindicações políticas etc. Uma nova narrativa sobre estas mulheres faria justiça às suas existências. Del Priore (2017, p. 9), em resposta a uma suposta pergunta sobre a serventia da história das mulheres, argumenta:

[...] para fazê-las existir, viver e ser. E mais, fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, ideias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências – médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos etc. –, como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou procure nele interferir. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história.

Na década de 1980, uma segunda vertente de estudos sobre a história das mulheres se inspirou nas críticas ao marxismo realizadas pelo historiador inglês E. P. Thompson, principalmente na crítica à utilização de conceitos deterministas, como o de classe social. Esta vertente privilegia a participação de mulheres como sujeitos históricos conscientes e atuantes na vida social e na resistência à dominação masculina, classista e capitalista. Estão incluídas nesta temática as obras *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984), de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar* (1985) de Margareth Rago e *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana* (1989) de Rachel Soihet (RAGO, 1995).

Neste período, teve destaque, na historiografia internacional, o nome de Michelle Perrot, devido ao seu livro *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1988). Perrot é autora de outros livros relevantes para a história das mulheres, tais como *Mulheres públicas* (1997), *As mulheres ou os silêncios da história* (2005), *Minha história das mulheres* (2006) e a coleção *História das mulheres no Ocidente* (1990), a qual Perrot dirigiu juntamente com Georges Duby.

Igualmente relevantes na desconstrução da imagem tradicional que associava as mulheres à passividade e à submissão foram as produções de historiadoras como Miriam

Moreira Leite, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Clementina Pereira Cunha, Magali Engel, Martha de Abreu Esteves, Laura de Mello e Souza, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Samara e Leila Mezan Algranti (RAGO, 1995). Ainda sobre a importância da década de 1980 para a história das mulheres, Rago (1995, p. 84, grifos da autora) comenta que:

Na década de 1980, amplia-se largamente o leque temático não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais, como mulheres, prostitutas, loucas, crianças, negros etc., mas principalmente em relação a dimensões da vida social privilegiadas pelos estudos da mentalidade e da sensibilidade. Temas como a história do corpo e da sexualidade; o poder médico e a loucura; a família, o amor e o pecado; a sedução e o poder, as representações da mulher nos discursos médicos e jurídicos; os códigos da moralidade feminina são incorporados como objetos históricos. O estudo da história das mulheres adquire estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse na academia, e passa a participar mais intensamente da construção da noção de uma “cultura das mulheres”.

Afastadas da produção acadêmica, as feministas que, na década de 1970, tinham como principais objetivos a formulação de uma identidade única e a igualdade de direitos em relação aos homens, na década de 1980, frente às diversidades raciais/étnicas, econômicas, geográficas, etárias, religiosas, ocupacionais, entre outras, passaram a defender a diversidade das mulheres e a percepção de que a categoria *mulheres* se referia às mulheres brancas, europeias e de classe média. As questões propostas pelas feministas encontraram espaço em partidos políticos, sindicatos e em diversas outras associações (RAGO, 1995).

Neste período, a História Social passou a receber críticas de teóricas/os ligados ao pós-estruturalismo. Na esteira dos estudos foucaultianos, diversas/os historiadoras/es, principalmente as/os vinculadas/os à História Cultural, passaram a perceber como frágeis as noções de estrutura, essência, identidade e sujeito. As análises passaram a focalizar os processos de constituição das identidades através das determinações culturais.

A ênfase na crítica do sujeito e das identidades remete à consideração dos modos de subjetivação e de objetivação que operam nas sociedades contemporâneas. Se não há bastidores da história, nem atores à espera de seus papéis, é importante perceber o jogo, ou os múltiplos jogos que se estabelecem nas configurações discursivas. Trata-se de perceber sujeitos e objetos como resultados de práticas culturais, como efeitos, mais do que como produtores. A ênfase na desnaturalização dos objetos, conceitos e campos históricos se radicaliza [...] (RAGO, 1995, p. 86-87).

Os estudos históricos apoiados nos conceitos de Foucault compreendem o sujeito como subjetivado, como um efeito de práticas discursivas que disciplinam, esquadriham, punem e normatizam. Outro conceito foucaultiano incorporado pelas/os historiadoras/es das mulheres é o de poder. O poder deixa de ser visto como centralizado no Estado ou algo que se possua ou não, e passa a ser compreendido através das relações de poder em sua capilaridade e positividade. Não mais como força repressora, mas como produtor de condutas, “deste modo, o que seria próprio a uma relação de poder é que ela seria um modo de ação sobre

ações” (FOUCAULT In. DREYFUS; RABINOW 1995, p. 245). As relações entre poder e resistência e poder e saber são incorporadas em diversos estudos sobre a história das mulheres.

Os discursos passam a ser apreendidos não mais como um efeito do real, “mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2008, p. 55). Foucault rompeu com a noção de história como progressão, inserindo a descontinuidade em suas análises. As metanarrativas caem em descrédito, e a história deixa de ser sinônimo de passado e passa a ser entendida como um discurso sobre ele (RAGO, 1995). Atributos da historiografia como neutralidade, objetividade e universalidade passaram a ser percebidos como justificativas para a manutenção de um modelo de história mais preocupado em conservar as formas androcêntricas de relações do que em estabelecer um relato sobre o passado.

O historiador francês Roger Chartier colaborou para as pesquisas sobre a história das mulheres com seu artigo *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (1995). Para Chartier, a dominação masculina tem como principal elemento o aspecto símbolo, o qual tem como premissa o consentimento, pelo grupo dominado, das categorias que promovem a sua dominação. Neste sentido, a submissão imposta às mulheres pode ser definida como uma violência simbólica (CHARTIER, 1995).

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como "natural", portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções (CHARTIER, 1995, p. 42, grifos do autor).

O consentimento é fundamental em um sistema de poder social, sexual ou que reúna elementos de ambos. O principal objeto da história das mulheres seria, portanto, o estudo dos discursos e das práticas organizadoras da realidade e do cotidiano, as quais favorecem o consentimento das mulheres às representações dominantes, visto que “as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros” (CHARTIER, 1995, p. 40). Neste processo, poderiam ser identificados os mecanismo que fazem com que, em cada período histórico, a divisão sexual dos papéis e do trabalho seja justificada por elementos tidos como naturais ou biológicos (CHARTIER, 1995).

Na história ensinada, a história das mulheres não foi totalmente integrada, o que é algo a ser analisado, posto que a educação escolar produz comportamentos e reproduz discursos. Permanecem, nos materiais didáticos, as narrativas que privilegiam as heroínas, como Joana d'Arc, Maria Quitéria e Anita Garibaldi, ou mulheres que exerceram o poder em um processo de breve ruptura com a hegemonia masculina, à semelhança de Cleópatra, Princesa Isabel, Margaret Thatcher e Dilma Rousseff. Outra forma de inserir as mulheres nos conteúdos didáticos é através de textos complementares, os quais parecem cumprir melhor a função de curiosidade do que a de integração das mulheres na história.

O relacionamento entre sociedade, academia e conteúdos curriculares é atravessado por avanços e retrocessos. Não seria diferente com a questão da história das mulheres. As lutas feministas e o trabalho das/os historiadoras/es da história das mulheres permanecem necessários e atuais. Como proposto pelas feministas, a análise das mudanças e permanências da história ao longo dos séculos pode oferecer elementos para embasar lutas e propostas.

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. Hoje já é uma área acadêmica consolidada (PINSKY In. PERROT, 2007, p. 11).

Perrot (1995, p. 27, grifos da autora) comenta que a história das mulheres “não operou a ‘ruptura epistemológica’ com a qual sonhavam certas feministas dos anos 70”. Porém, “pode-se esperar, com justiça, que tenha revertido o olhar histórico e instaurado a questão das mulheres e da diferença entre os sexos como algo realmente sério” (PERROT, 1995, p. 27). Foram as dificuldades encontradas na tentativa de romper com a epistemologia tradicional que colaboraram para a constatação da impossibilidade de se escrever uma história das mulheres sem levar em conta as vivências dos homens. Na década de 1980 começaram a surgir as primeiras pesquisas utilizando o gênero como uma categoria de análise afastada da política, e que percebe as diferenças nos papéis sexuais como sendo relacionais e originadas na cultura. Joan Scott (1992, p. 65) interpreta estas alterações comentando que “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise”.

Mesmo que o termo *gênero* possua uma carga menos política do que o termo *história das mulheres*, não significa que as pesquisas que utilizam gênero estejam afastadas do feminismo. Embora suas reivindicações tenham mudado ao longo das décadas, o feminismo

continua influenciando tanto dentro, como fora da academia, visto que diversas historiadoras que utilizam o gênero como categoria de análise se denominam como historiadoras feministas (SCOTT, 1992). Também as pesquisas sobre a história das mulheres não deixaram de ser produzidas. Gênero e história das mulheres são campos colaborativos, e *não excludentes*.

No entanto, embora as/os historiadoras/es sempre buscassem identificar, em suas narrativas, o sexo de seus personagens, a inserção do gênero como problema de pesquisa em história é decorrente de um processo de reformulações, tanto na sociedade, como nos pressupostos das ciências sociais e humanas. É na segunda metade da década de 1980 que o debate sobre a inserção do gênero na historiografia passa a receber visibilidade, sobretudo a partir do artigo publicado originalmente em dezembro de 1986 na *The American Historical Review*, intitulado *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*, da historiadora estadunidense Joan Wallach Scott. Em 1990, o artigo foi traduzido para o português a partir da versão francesa, sendo publicado na revista *Educação & Realidade* com o título *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Posteriormente, o artigo recebeu traduções diretas do inglês e espaço em outras publicações nacionais relacionadas à História. A postura teórica de Joan Scott, ao trazer para o debate historiográfico o gênero como uma categoria de análise, acarretou filiações e discordâncias. Assim como as categorias de classe e raça/etnia, a perspectiva analítica centrada no gênero possibilitou às/aos historiadoras/es a ampliação do campo de estudos. Diversas foram as publicações em periódicos, monografias, dissertações, teses, cursos e livros lançados nas últimas três décadas com ênfase nos estudos de gênero (SOIHET; PEDRO, 2007).

Em seu artigo, Scott (1995) comenta que os estudos relacionados à história das mulheres, embora fossem reconhecidos e legitimados, ainda permaneciam marginalizados. A história das mulheres ainda era percebida como uma história à parte, que não influenciava diretamente os fatos históricos, de acordo com as abordagens da historiografia tradicional. Para a autora, o termo gênero esteve ausente nas formulações teóricas das teorias sociais, desde o século XVIII, vindo a ser utilizado apenas em fins do século XX. Seu aparecimento nos estudos e discussões, por um longo período, em diversas formulações teóricas, ainda permaneciam muito ligados a polaridades, como homem x mulher e noções universais (SCOTT, 1995). Foram as feministas estadunidenses as primeiras a utilizarem a palavra gênero como marcador social e atributo fundamentado nas relações culturais entre os sexos. As supostas identidades e papéis sociais de homens e mulheres possuem histórias, as quais foram socialmente e discursivamente construídas. As abordagens que utilizaram a categoria gênero neste primeiro momento estavam inseridas em três posições teóricas.

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, p. 4, 1995).

As três posições teóricas receberam críticas de Joan Scott. Para ela, “precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária. [...] Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar” (SCOTT, p. 9, 1995). Neste processo de crítica aos três conjuntos de formulações teóricas, Scott (1995) sugere a rejeição da oposição binária. Para isso ela se apoia no conceito de desconstrução de Jacques Derrida:

Se utilizamos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas (SCOTT, 1995, p. 9).

Conforme já mencionado, gênero só apareceu no final do século XX como uma categoria de análise histórica, e encontrou entraves para se constituir como parte integrante do vocabulário das/dos historiadoras/es. Entre os empenhos para vencer as proposições mais generalistas herdadas das ciências humanas, e na necessidade de articular o sujeito individual e a organização social “pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como ocorre a mudança” (SCOTT, p. 10, 1995), Scott considera importante a via que visa “substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado, por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais discursivamente constituídas em ‘campos de forças’” (SCOTT, p. 10, 1995, grifos da autora).

O conceito de poder desenvolvido por Foucault entra em funcionamento nas pesquisas de gênero, desvelando como, em determinados contextos e períodos históricos, certas posições socialmente desvalorizadas foram associadas às mulheres (SCOTT, 1995). Tais saberes foram tomados como verdade, engendrados por jogos de poder que, de forma capilarizada, falavam sobre as mulheres por meio do discurso político, eclesiástico, médico, econômico, psiquiátrico, entre outros, perpassando as instituições e estruturas pertencentes à determinada episteme. Nesta perspectiva, a pesquisa histórica poderia aderir às formas instituídas de conceber o passado e o presente, ao passo que uma abordagem politizada da história abriria espaços para a resistência e para o combate aos discursos fundantes. Este posicionamento é defendido por Scott (1995, p. 11) ao afirmar que, no núcleo de sua definição de gênero, existe a relação entre duas proposições: “o gênero é um elemento

constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Relacionando as mudanças sociais às alterações nas relações de poder, e assumindo que o saber é uma forma de ordenação do social, o qual não é anterior às formas de organização, mas inerente e constituído por elas, Scott (1994; 1995) compreende o gênero como elemento central na produção dos saberes situados nas diferenças sociais fundamentadas no sexo. Neste contexto, a historiadora cita quatro elementos que se relacionam mutuamente. O primeiro é composto pelos símbolos culturalmente disponíveis que servem como aporte para noções por vezes contraditórias. Por exemplo, a dualidade entre Maria e Eva, a mãe dócil e protetora, e a mulher origem dos males do homem, fruto da perdição e a entrada para a vida em pecado. O segundo elemento é constituído pelos conceitos normativos, os quais estabelecem distinções entre masculino e feminino dentro dos discursos religiosos, jurídicos, científicos, econômicos, educativos etc. Para as/os historiadoras/es, é premente a tarefa de considerar estes conceitos como historicamente produzidos, distanciando-os da perspectiva a-histórica e universal. O terceiro elemento pretende “explodir a noção de fixidade, [amparado na noção de relações de parentesco]. [...] O gênero é construído através do parentesco mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política [...] amplamente independente do parentesco” (SCOTT, p. 11, 1995). O quarto e último aspecto do gênero é a identidade subjetiva, profundamente implicada pelas relações de poder (SCOTT, 1995).

Dentre as/os pesquisadoras/es que desenvolveram trabalhos a partir da noção de gênero, Scott (1995) destaca os nomes de Pierre Bourdieu, Gayatri Spivak, Natalie Davis e Caroline Bynum. Igualmente significativas foram as contribuições das/os historiadoras/es da arte, as/os quais, ao interpretarem as formas representativas do social presentes em produções artísticas, revelaram a presença das diferenciações entre os sexos como elemento instaurador de significados (SCOTT, 1995).

A inserção da categoria gênero na pesquisa histórica oferece às/aos historiadoras/es uma chave de interpretação sobre a natureza relacional entre os sexos e as formulações fundadas em aspectos da sociedade como a política, a religião, as artes, a educação, a economia, entre outros. Tais formas de interpretação do social produzem efeitos reais, tanto nas estruturas da sociedade em questão, como nos corpos e nas formas de existência dos indivíduos. As narrativas sobre as diferenças sexuais no passado servem também como base teórica para as concepções de gênero no presente. Historiadoras/es, ao aderirem a epistemologias que não necessitem de formulações totalizantes sobre o passado, e que

admitam que a historiografia tradicional não é neutra, estão mais próximas/os de formular narrativas que teorizem sobre o passado, mas que sirvam de aporte teórico para mudanças no presente (SCOTT, 1994). A utilização do gênero como uma categoria de análise histórica se apresenta, portanto, como relevante ao desvelar a suposta neutralidade e universalidade de conceitos e categorias como masculino e feminino, homem e mulher, bem como, oferece novas e abrangentes perspectivas sobre o saber histórico (SCOTT, 1995).

A introdução da categoria gênero entre historiadoras/es permite a formulação de genealogias, na concepção foucaultiana do termo. Estas mostram que a gênese histórica dos conceitos está cercada de uma multiplicidade de interesses, imersos em jogos de verdade e relações de poder que se sustentam e legitimam formas de saber. Os saberes que envolvem a questão de gênero não estão separados dos demais domínios da historiografia, podendo, desta forma, ser utilizados pelas/os historiadoras/es no processo de interpretação e transformação do mundo.

Na historiografia brasileira, a vinculação do gênero com a história pode ser encontrada em produções de autoras/es como Aurea Tomatis Petersen, Carla Bassanezi Pinsky, Cleci Eulália Favaro, Cristina Scheibe Wolff, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Joana Maria Pedro, Margareth Rago, Maria Bernardete Ramos Flores, Maria Izilda Santos de Matos, Maria Odila Leite da Silva Dias, Marlene de Fáveri, Miriam Pillar Grossi, Rachel Soihet, Roselane Neckel e Tânia Navarro Swain (SOIHET; PEDRO, 2007). Assim como ocorreu em outros locais, principalmente nos Estados Unidos e na Europa ocidental, as/os historiadoras/es no Brasil se utilizaram de fontes históricas até então deslegitimadas pela historiografia tradicional.

Os estudos históricos com a abordagem de gênero trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, que vão desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcios, até canções, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas e folcloristas, sem esquecer as correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos e fontes eclesiásticas. Os jornais, a documentação oficial, cartorial e censos não são descartados, bem como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira inovadora (MATOS, 2007, p. 286).

A análise da história das relações de gênero esteve, até poucas décadas, fora dos interesses das/os historiadoras/es da História mundial, centrada nas análises políticas e econômicas. Converte para isso o fato de a historiografia ter sido, até a segunda metade do século XX, uma ocupação exercida apenas por homens. As alterações neste aspecto tiveram início a partir da prática política do movimento feminista na década de 1960, aliada às alterações ocorridas nos papéis femininos nas esferas doméstica e profissional nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Proliferaram discussões e produções sobre como as relações

de gênero constituíram as vivências de mulheres no passado, evidenciando que os padrões formulados em outros períodos históricos produzem as diferenças de gênero no presente. Mais recentemente, começaram a proliferar pesquisas sobre temas relativos à masculinidade, indo ao encontro da aceção de que um gênero só pode ser compreendido quando relacionado com o outro (STEARNS, 2007).

Em termos internacionais, as pesquisas utilizando a categoria *gênero* multiplicaram-se nos primeiros anos do século XXI. Exemplo disso é o livro *História das relações de gênero* (2007) do historiador Peter Nathaniel Stearns, obra que tem como premissa examinar as estruturas sociais de diversas sociedades a partir das relações de gênero. O autor identifica formas de relacionamentos em diversos períodos e sociedades, desde a Grécia Antiga até a contemporaneidade. No estudo são focalizadas as relações imigratórias, comerciais e culturais entre sociedades, assinalando as direções das mudanças, as imitações e tensões ocasionadas por estes contatos, bem como as formas de dominação direta e de dominação simbólica, como é o caso da imposição efetuada por grupos dominantes de um modelo de crença distinto dos povos subjugados. No aspecto religioso, o autor acentua o traço do sincretismo, no qual os povos sob domínio adotavam características da nova fé, ao passo que mantinham suas crenças e ritos tradicionais (STEARNS, 2007).

Ao relacionar a questão do gênero à escrita da História mundial, Stearns apresenta algumas tendências gerais referentes a padrões de gênero que utilizou como comparativo entre as sociedades. Um exemplo é o aumento da desigualdade entre homens e mulheres em sociedades que passaram do modelo econômico baseado na caça e na coleta para um modelo centrado na agricultura. Outra tendência é o aumento da desigualdade de gênero em sociedades que prosperam no modelo agrícola, chegando ao ponto de constituírem governos centralizados. Nestas sociedades, as diferenças são maiores entre homens e mulheres nos estratos mais altos da sociedade, devido à pressão exercida pelos homens no sentido de posicionarem as mulheres no ambiente doméstico e nos afazeres reprodutivos e invisibilizados (STEARNS, 2007).

Finalizando este item, não se pode deixar de citar a filósofa estadunidense Judith Butler. Ela dialoga com várias formulações teóricas contemporâneas, entre elas o desconstrucionismo de Jacques Derrida e a genealogia de Michel Foucault, potencializando as pesquisas, discussões e ações estratégicas na temática de gênero. Desfundando a ideia de sexo como genético e gênero como construção social, para ela:

[...] o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla (BUTLER, 2000, p. 111, grifos da autora).

A crítica genealógica de Butler possibilita novas investigações referentes ao gênero, enfatizando a análise sobre os elementos discursivos e os efeitos de poder. A influência das contribuições de Butler para a pesquisa de gênero está presente em diversas disciplinas das ciências sociais e humanas, chegando até mesmo aos ambientes externos à academia. No entanto, suas ideias causaram fortes reações em diversos países, principalmente no interior de núcleos conservadores e à direita no espectro político.

Em 2017, em uma visita ao Brasil, onde falaria sobre democracia em um seminário, Butler foi hostilizada na chegada ao aeroporto por manifestantes que gritavam “queima, bruxa!”. Na frente do Sesc Pompeia (SP), local do evento, houve até mesmo a queima de uma boneca com o rosto de Butler, enquanto opositores e defensores da filósofa bradavam palavras de ordem. Os protestos contra Butler não terminariam até o momento de seu embarque. No entanto, não se trata de um evento isolado. Há alguns anos, ideias conservadoras e androcêntricas vêm sendo encabeçadas principalmente por grupos evangélicos e por políticos ligados a eles. A atitude conservadora sobre gênero foi igualmente incorporada por diversos setores da sociedade civil brasileira. No pleito do dia 28 de outubro de 2018, uma parcela significativamente grande dos eleitores votantes elegeu como presidente o candidato que teve como principal bandeira de campanha o combate à *ideologia* de gênero nas escolas, que ele associou a uma suposta doutrinação marxista, ou *marxismo cultural*.

3.2 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Etimologicamente, a palavra *epistemologia* deriva do grego *epistéme* (*ciência*) + *logos* (*estudo, discurso*), podendo ser entendida como o discurso ou o estudo da ciência (OLIVEIRA, 2016) é a área da Filosofia que estuda o conhecimento. A epistemologia - também denominada de Teoria do conhecimento - é essencial na justificação de métodos e práticas de pesquisa, estando em seu interior as repostas para questões como: O que é o conhecimento? Quais os tipos de conhecimento? Quais os parâmetros para a validação de um conhecimento? (KETZER, 2017).

Fundada por René Descartes (1596-1650), a epistemologia moderna, ou cartesiana, tem como princípios a valorização da razão, a busca pelo progresso, a necessidade da

formação de sustentáculos seguros para o conhecimento, e a dúvida como modo de evitar crenças infundadas. O conhecimento, conforme entendido por Descartes, deveria estar imune às influências externas ao ser pensante, também chamado de *cogito* cartesiano. Esta forma de entender o conhecimento torna-se alvo de críticas a partir da década de 1970, quando teóricas/os relacionadas/os ao feminismo passam a defender a influência dos atributos sociais na produção do conhecimento. Surge, assim, a epistemologia social e, desta, a epistemologia feminista, ou melhor, as epistemologias feministas (KETZER, 2017).

A teórica feminista Longino (2008, p. 505), define a epistemologia como um campo “que investiga o significado das afirmações e atribuições do conhecimento, as condições e possibilidades do conhecimento, a natureza da verdade e da justificação”. Neste contexto, uma epistemologia feminista pode ser compreendida como a definição de um campo e de uma forma de produção do conhecimento que desassocie a suposta neutralidade do discurso androcêntrico, que relaciona as mulheres à natureza e os homens à cultura. Nesse empreendimento, se faz necessária a crítica do modelo dominante de conhecimento, isto é, da epistemologia fundada na ciência e no determinismo biológico. Ao alterar a ênfase no saber científico e propor novas maneiras de produção do conhecimento, uma epistemologia feminista, também chamada de Estudos Feministas, teria espaço para a proposição de novos objetos de estudo, acompanhada de críticas à cultura presente, em um processo de desconstrução e construção de conceitos, práticas e da própria linguagem (RAGO, 1998). Decorre disso, por exemplo, a existência de historiadoras que não mudaram radicalmente a forma de escrever a história, permanecendo ligadas a objetos de análise da historiografia tradicional, tais como a economia, a política e a dimensão pública, desconsiderando como relevantes temas como o desejo, a empatia, os sentimentos, a afetividade, a maternidade, o privado, entre outros, por considerarem estes temas como irracionais e, quase de maneira exclusiva, vinculados apenas às mulheres (LOURO, 1997).

Historicamente, o movimento feminista é o precursor das discussões relacionadas a gênero, embora esta categoria só vá surgir no cenário científico relacionado mais diretamente à chamada segunda onda do feminismo. A primeira organização de mulheres em prol de mudanças políticas e sociais ocorreu na segunda metade do século XIX, no interior do que ficou conhecida como a primeira onda do movimento feminista. Pioneiras nas lutas pelos direitos das mulheres, as sufragistas são símbolo da luta das mulheres neste período, e suas demandas não se limitavam apenas às questões relativas ao voto, indo para setores como a inserção no mercado de trabalho, as oportunidades de estudo, a participação na política, na economia, na ciência, na cultura e sua valorização no âmbito familiar. Deve-se entender essa

primeira onda do feminismo, que perdura até meados do século XX, como possuidora de um padrão de mulher, a saber, a mulher branca e de classe média dos Estados Unidos e da Europa e como desprovida de uma metodologia de pesquisa própria. Pode-se concluir disso que, alcançados os objetivos propostos por estas mulheres, as lutas cessariam (LOURO, 1997).

A segunda onda do movimento feminista tem início no final da década de 1960, mais fortemente após o maio de 1968, pela prática de mulheres dispostas a ingressar no campo conceitual das relações teóricas. São dessas discussões que surgem os primeiros debates envolvendo o conceito de gênero. Algumas obras fundamentais para entender a segunda onda do movimento feminista são, *O segundo sexo*, de Simone Beauvoir (1949), *A mística feminina*, de Betty Friedman (1963) e *Política sexual*, de Kate Millett (1969). Influenciadas por estas e por outras autoras, mulheres de diversos países passaram a teorizar sobre as possibilidades do feminismo na sociedade. Temas como a sexualidade feminina e a maternidade ganharam impulso com a disseminação da pílula contraceptiva na metade da década de 1960. Começaram a surgir pesquisas e debates em locais antes dominados pelos homens, como por exemplo nas universidades. Como resultado destas discussões e estudos, as mulheres passam a receber maior visibilidade na vida pública, minimizando a tradicional associação à passividade e sua limitação aos ambientes domésticos. No entanto, o preconceito contra as mulheres ainda persiste, seja nos cargos por elas ocupados, na representatividade política, no âmbito doméstico, ou nas representações que recebem dos pesquisadores das ciências humanas, particularmente dos historiadores (LOURO, 1997).

Nas ciências amparadas na perspectiva iluminista, as mulheres eram compreendidas como racionalmente incapazes de fazer ciência de forma desapassionada e objetiva. Para as mulheres estava reservado o papel de objeto da razão, jamais o de sujeito. Na concepção iluminista, o sujeito da razão seria o homem branco, ocidental, pertencente a uma classe e a um grupo cultural favorecidos (HARDING, 1993). Nos anos 1960, a segunda onda feminista esteve, de certa forma, ligada aos preceitos de razão e objetividade do iluminismo, principalmente no que se referia à tentativa de explicar através da razão os fatores que colaboravam para a subordinação das mulheres (SARDENBERG, 2002). O marxismo reelabora a percepção de quem seria o sujeito da razão ao centrar o proletariado como grupo detentor da razão capacitada para interpretar as relações sociais e a natureza. Porém, ao substituir o homem branco, burguês e ocidental pelo proletariado, o marxismo privilegia apenas o trabalho assalariado e industrial, relegando ao anonimato as mulheres ligadas ao trabalho doméstico (HARDING, 1993).

Esta segunda onda do feminismo se estende à década de 1970 e comporta em seu interior três correntes distintas: o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical. Embora possuam a mesma motivação modernista na luta pelas causas feministas, principalmente no que se refere às formulações de uma prática política científica, as três correntes divergem em aspectos como a origem da dominação masculina. Para as feministas liberais, a subordinação das mulheres é uma questão relativa às formas diferenciadas de existência na sociedade e ao sexismo presente nas sociedades. Caberia ao movimento feminista a luta pela afirmação das experiências das mulheres e a luta pela igualdade de direitos. Para as feministas socialistas e radicais, tais reivindicações são aceitas como importantes, mas não se apresentam como a causa da dominação masculina. Para elas, a origem da dominação estaria na estrutura da própria sociedade. Influenciadas pela teoria marxista, principalmente pelo conceito de luta de classes, as feministas socialistas reconhecem na estrutura capitalista de produção a origem da opressão e da subordinação feminina. Divergindo desta perspectiva, as feministas radicais posicionam a estrutura patriarcal da reprodução como fundante de discursos que associam as mulheres ao seu sexo, e este a atividades naturais, como a procriação e a amamentação (HARDING, 1993).

É possível notar que a teoria feminista buscou tornar analiticamente visíveis as práticas e relações sociais das mulheres no interior das tradições intelectuais, ambicionando a objetividade das abordagens tradicionais, agora com a presença das mulheres (HARDING, 1993). Este também é o caso do feminismo perspectivista, ou *feminist standpoint*. Inspirado na epistemologia marxista, para o feminismo perspectivista, o processo de produção de conhecimento político e intelectual privilegia o ponto de vista das mulheres e as análises referentes às desigualdades de gênero (SARDENBERG, 2002). Haraway (1995, p. 21), ao defender a relevância de uma perspectiva parcial na formulação de uma epistemologia feminista, afirma que:

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.

No entanto, a inserção das atividades femininas e das relações de gênero em uma proposta epistemológica, subverte certos conceitos e categorias analíticas, entrando em conflito com os discursos supostamente neutros de teorias como o liberalismo, o marxismo, o

estruturalismo, o funcionalismo, o desconstrutivismo e a hermenêutica (HARDING, 1993). Por exemplo, Sandra Harding, ao defender uma epistemologia empirista, aponta para a formulação social de preconceitos como o sexismo e o androcentrismo (HARDING, 1993). No entanto, Conceição e Aras (2014, p. 15) argumentam que a epistemologia empirista é alvo de críticas, “uma vez que a sua operacionalização e o seu caráter político, continua a funcionar dentro do paradigma da ciência tradicional, sem analisar a divisão teórico-metodológica do androcentrismo”.

Quanto à relação entre epistemologia e historiografia, as mulheres que, na História Social, influenciada pelo materialismo histórico, eram ocultadas pela ênfase nas análises sobre as classes, passam a ser sujeitos da história pela Nova História, por meio dos estudos sobre temas como a loucura, a prostituição, a bruxaria, a maternidade, a sexualidade e os sentimentos. Neste processo, a aproximação com a antropologia, a psicanálise e a literatura possibilitam novos olhares sobre a produção historiográfica, visto que a memória feminina acentua os detalhes, o cotidiano e o privado, perspectivas desvalorizadas pela historiografia tradicional. Outro momento significativo para a inserção das mulheres na historiografia ocorre com a redescoberta da *Escola dos Annales*, principalmente devido ao ingresso de mulheres nas universidades a partir da década de 1970 (RAGO, 1998). Novas metodologias e investigações transformam a forma de pesquisar. Fontes históricas até então desvalorizadas, como os diários, as cartas, as fotografias e os ambientes domésticos, modificam saberes já estabelecidos, ao mesmo tempo que abrem caminho para novas investigações teóricas e empíricas (LOURO, 1997).

As mulheres passam a questionar os saberes consolidados pela produção científica, os compreendendo como construções sociais e, por vezes, misóginas. Podemos citar como exemplos destas construções a normatização da maternidade e do corpo, a fixação de papéis sexuais, e a suposta incapacidade das mulheres na participação da vida pública e econômica. As mulheres, ao criticarem os universais, também se percebem como sujeitos sociais e políticos, bem como sujeitos da história e do conhecimento, portanto, portadoras de direitos. Dentre estes direitos, o de fazer ciência partindo de suas problematizações, e o direito de contar a sua própria história (RAGO, 1998).

Outro campo do saber discutido pelas teóricas feministas foi o da biologia, principalmente porque as diferenças sociais entre os sexos eram atribuídas à constituição biológica dos indivíduos, sendo o sexo masculino interpretado como potente, criador, dominante, e o sexo feminino como passivo, reprodutor e submisso. Os estudos em curso nesse momento pretendem trazer a discussão sobre os reais motivos para essa diferenciação

social, percebidos como originários de uma forte tradição patriarcal, muitas vezes ancorados em pressupostos religiosos, nas consciências e nos famigerados papéis atribuídos historicamente para cada um dos sexos. Neste sentido, é essencial o estudo das formações discursivas, pois se percebe que os papéis atribuídos aos sexos são produções substancialmente sociais. Com base nessas novas concepções, as discussões sobre gênero passam a receber maior notoriedade nos ambientes acadêmicos e fora deles (LOURO, 1997).

O projeto de uma ou várias epistemologias feministas recebe novas dimensões, passando pela desconstrução dos universais, adotados tanto pela historiografia de influência iluminista, quanto pela de influência marxista, e pela ênfase nas análises referentes às questões de gênero na ciência e na formulação de conhecimentos situados social e historicamente. O projeto de uma epistemologia feminista pretende romper com modelos universais, tais como identidade, classe, raça, gênero, além das tradicionais justificativas da inferiorização das mulheres centradas na análise biológica e/ou religiosa (RAGO, 1998). Para as/os teóricas/os feministas, as questões de gênero influenciam as pesquisas, as teorias científicas, bem como as concepções de conhecimento (KETZER, 2017). Rago (1998) complementa esta posição ao afirmar que:

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença.

O homem, um universal para as ciências da modernidade, ao ser esquadrihado em suas particularidades, revela um modelo que valoriza aspectos como o eurocentrismo, o masculino, a cor de pele branca, as ações públicas e a heterossexualidade. O que está fora desse modelo é inferior, secundário, alheio aos interesses da ciência. Ao propor novas maneiras de produção do conhecimento, a epistemologia feminista, na esteira dos estudos foucaultianos, aponta para a relação entre o poder e os saberes de uma época. O discurso produzido pelas ciências se torna objeto de análise das teóricas feministas, principalmente por perceberem a relação entre os discursos e o assujeitamento dos sujeitos (RAGO, 1998).

Os discursos produzem seus objetos (FOUCAULT, 2008) ou se apropriam dos objetos já existentes e lhes dão significados que podem ser identificados em produções sobre o sexo, as etnias e o relacionamento social e familiar. Partindo dessas análises, teóricas feministas, a exemplo de Judith Butler (2003), Margareth Rago (1998) e Guacira Lopes Louro (1997), puderam abrir discussões sobre o caráter relacional entre os sexos, até então baseado em relações de força e superioridade do homem, passando para formulações que atribuem ao social, ao cultural e à história as diferenças pretensamente biológicas. Decorre disso a

afirmação de que a divisão sexual do trabalho é um efeito de discursos que buscam, por meio de relações de poder, legitimar as diferenças entre homens e mulheres (RAGO, 1998). Louro (1997, p. 151) reforça esta ideia ao afirmar que “as vidas das mulheres - em qualquer instância que as examinemos - sempre estarão envolvidas em relações de poder e serão partícipes dessas relações”.

Teóricas feministas, como as mencionadas acima, ao se afastarem das áreas da epistemologia tradicional causaram rupturas nas conceitualizações totalizantes, hegemônicas, normativas e androcêntricas, almejando formas de produção de conhecimento que fossem relevantes às mulheres. Porém, passou-se a ter uma vigilância por parte das teóricas no sentido de não produzir o que se estava combatendo. Isto é, uma epistemologia que serviria de régua para condutas e processos identitários e o surgimento de um modelo universal de mulher (RAGO, 1998). Para isso, a abolição dos universais e a crítica da verdade como decorrente de um processo racional sugerem que a produção do conhecimento, numa epistemologia feminista, leva em conta, na formulação de novas formas de perceber, a maneira com que “as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão” (RAGO, 1998, p. 32). As dicotomias aparecem como empiricamente falsas, mas nem por isso estão sujeitas ao desinteresse das/dos teóricas/os feministas, por perceberem nelas traços fundantes das formas atuais de existência.

Diversas críticas à unidade epistemológica feminista têm sido feitas por mulheres negras, lésbicas, moradoras da periferia ou de países que ainda guardam marcas do colonialismo. A hegemonia de uma epistemologia feminista unitária é percebida como um projeto de mulheres brancas, de classe média, heterossexuais e ocidentais, sendo, portanto, incapaz de compreender as nuances presentes nas vidas de todas as mulheres. Neste ponto, o projeto de *uma* epistemologia feminista se aproxima da tão criticada ciência moderna (LOURO, 1997). Desse modo, e assumindo a inexistência de uma metodologia única, as/os teóricas/os feministas têm buscado problematizar, criticar e reformular as noções estabelecidas como universais, na busca por teorias que se aproximem das singularidades de cada contexto. Para este empreendimento, algumas teóricas feministas adotaram o conceito de gênero em suas pesquisas. Conforme afirma Louro (1997, p. 157):

Estudiosas e estudiosos feministas, que passam a operar com o conceito de gênero, deixam o olhar exclusivo sobre as mulheres para examinar as relações de gênero e, em consequência, passam a incorporar explicitamente em suas análises os homens e a produção social das masculinidades.

Para Sandra Harding (1993, p. 9, grifos da autora), “não há e nunca houve ‘homens’ genéricos - existem apenas homens e mulheres classificados em gêneros”. Pensar o gênero como socialmente produzido, embora sobre um corpo pertencente a um sexo, possibilita os estudos sobre a história das distinções entre os sujeitos, sem, no entanto, lhes atribuir um papel a seguir. Outra possibilidade é o encerramento de uma história unilateral, pois, na nova formulação, ao falar em gênero e formação de identidades, inclui-se além dos homens, as mulheres e as diversas outras maneiras de manifestar a sexualidade, todas constantemente envoltas em processos de constituição e reconstituição (LOURO, 1997). Para Sardenberg (2002), gênero pode ser compreendido também como uma categoria de pensamento, pois as questões de gênero estão inseridas na ciência desde a escolha dos objetos de estudos até o impacto ideológico que as pesquisas podem ter sobre uma determinada sociedade.

Nascida na década de 1990 das problematizações e lacunas da segunda onda, a terceira onda do feminismo se estende aos dias atuais. O livro *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (1990), da filósofa estadunidense Judith Butler, é considerado a obra fundante da terceira onda. No interior da terceira onda, as teóricas feministas têm buscado a abolição das categorias *mulher* e *mulheres*, entendidas como universais e totalizantes, por meio da intersecção com pesquisadoras/es dos estudos de gênero, LGBTs, culturais, negros, pós-coloniais, decolonias, teológicos, ecológicos, *queer*, do terceiro mundo, da periferia, entre outros, tendo como premissas a percepção dos diversos sujeitos que constituem o indivíduo e as múltiplas formas de se estar e de se relacionar em sociedade. Dessa maneira, as epistemologias feministas permanecem atentas às relações de poder presentes nas dinâmicas sociais e se afastam das teorias totalizantes, as quais enrijecem a autonomia e o empoderamento dos indivíduos (LOURO, 1997). Conforme aponta Ketzer (2017, p. 104, grifos da autora), a pesquisa dentro do feminismo de terceira onda pode ser identificada através de quatro características fundamentais, são elas: “a pesquisa feminista como indagação crítica, a pesquisa de ‘voz’ fundamentada das experiências das mulheres, a reflexividade e a ética do cuidado”. Se faz presente, na terceira onda, uma interpretação pós-estruturalista, tanto da sexualidade, como do gênero.

Decorre dos conflitos teóricos e sociais, e da incapacidade inclusiva das mulheres como sujeitos do conhecimentos, a adesão por parte das teóricas feministas das formulações de teóricos críticos do modernismo, entre eles Friedrich Nietzsche, Jacques Derrida, Michel Foucault, Hans-George Gadamer, Paul Feyerabend, Richard Rorty, Jean-François Lyotard, Ludwig Wittgenstein e Jacques Lacan (HARDING, 1993). Destes autores, as teóricas feministas adotam a visão crítica a respeito de noções amplamente aceitas, tais como história,

razão, verdade, sujeito, poder, linguagem, discurso, conhecimento e saber. Também são incorporados aos estudos feministas os postulados de diversas mortes: a morte do homem, a morte da história e a morte da metafísica. Estes posicionamentos estão centrados na perspectiva pós-moderna que percebe a fundamentação histórica e discursiva da ciência moderna, a associando mais a uma retórica do que a uma epistemologia (SARDENBERG, 2002).

Amparada nos pensadores pós-modernos, a noção de uma epistemologia e de uma ciência alternativa, como a proposta pelo feminismo perspectivista, ainda se apresenta como presa aos ditames da ciência tradicional, pois, somente é possível criar um pensamento estruturado quando se tem formulados ideais de universalidade e totalidade. Chega-se, portanto, a uma tensão entre o interesse das teóricas feministas em criar uma epistemologia que privilegie a existência feminina, mas que seria outro conjunto de regras, e os preceitos do pós-estruturalismo, percebido por diversas feministas como relativista e utópico (HARDING, 1993). Sobre este relativismo, Sandra Harding (1993, p. 19-20, grifos da autora) argumenta que:

O relativismo é um problema objetivo, ou a solução de um problema, apenas para a perspectiva dos grupos dominantes. A realidade pode, com efeito, aparentar muitas estruturas diferentes conforme as diversas posições que ocupamos nas relações sociais, mas algumas dessas aparências são ideologias na acepção forte do termo: não são apenas crenças falsas e "interessadas", mas crenças usadas para estruturar, para todos nós, as relações sociais. Do ponto de vista dos grupos dominados, a posição relativista expressa uma falsa consciência, que aceita a insistência dos dominantes na legitimidade intelectual do direito de manter concepções distorcidas do mundo (e, naturalmente, de definir planos para todos nós com base nessas distorções).

O trabalho com categorias analíticas instáveis e a recusa em aceitar pressupostos teóricos e metodológicos universais requer das teóricas feministas a crítica constante e o fato de aceitar os resultados de suas pesquisas como certezas provisórias (LOURO, 1997). Harding (1993) reforça a defesa das categorias instáveis ao afirmar que o trabalho com teorias coerentes e consistentes entra em contradição com as experiências em um mundo instável e incoerente. Para a autora, a epistemologia e a ciência feministas não deveriam concorrer com outras ciências e epistemologias, e sim se localizar como um valor à parte, sem nível de relevância frente às demais.

A aproximação entre os estudos de gênero e a ciência se ampara na constatação de que as dualidades masculino/feminino, razão/emoção e cultura/natureza são historicamente construídas pelo grupo que deteve a exclusividade da produção científica. Nesta relação, a ciência foi compreendida como algo feito por homens, tendo como objetivos os interesses destes mesmos homens. Nesta perspectiva, constata-se a impossibilidade de compreensão das

mulheres apenas pelo seu sexo, necessitando, portanto, de uma categoria relacional como a de gênero. Ilana Löwy (2009) destaca que noções largamente associadas à produção científica, como neutralidade, objetividade, universalidade e racionalidade são definições elaboradas a partir das formas de existência dos homens brancos, ocidentais, heterossexuais e pertencentes à classe dominante. No campo de estudo sobre a relação entre gênero e ciência, destacam-se os estudos de Sandra Harding, Ruth Bleier, Ludmilla Jordanova, Evelyn Fox Keller, Helen Longino e Donna Haraway (LÖWY, 2009).

A epistemologia feminista, por meio da análise dos discursos fundantes, desvela a suposta neutralidade e objetividade do conhecimento científico, afirmando que não há uma ciência neutra ou desinteressada, assumindo assim que a pesquisa feminista é uma pesquisa interessada e politizada (LOURO, 1997). Nesse sentido, as epistemologias feministas propõe uma interação entre o sujeito e o objeto por meio de teorias que não privilegiem um método único e rigidamente estabelecido para a construção do conhecimento, assim como criticam o estabelecimento da mulher como uma noção a-histórica. A influência de Foucault na proposta epistemológica feminista aparece nas análises dos discursos e das práticas, desconstruindo a ideia de que o conhecimento passa por estágios que tendem a uma evolução, a uma aprimoração dos saberes (RAGO, 1998). No primeiro volume de *História da sexualidade, A vontade de saber* (1976), Foucault historiciza a sexualidade, até então percebida como naturalmente determinada. Suas análises afetam a hegemonia da História Social, pois a História Cultural passa a receber destaque nas análises historiográficas (RAGO, 1998).

No Brasil, os estudos envolvendo o termo gênero tem início apenas no final da década de 1980, inspirados nos escritos da autora estadunidense Joan Scott, principalmente em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* de 1986. Scott (1995, p. 2) questiona “como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?” A autora afirma que as respostas para estas questões “dependem do gênero como categoria de análise” (SCOTT, 1995, p. 2). Para a autora, é premente o entendimento de que, nas formulações científicas, as categorias de gênero estão associadas às relações de poder.

Embora tenham ocorrido alterações na produção historiográfica por meio das epistemologias feministas, a história ensinada nas escolas ainda é marcadamente escrita por homens e pelo olhar dos homens, tendo como objetivo, mesmo que irrefletido, a formação e a perpetuação de valores androcêntricos nas crianças e adolescentes, a custo da exclusão da história das realizações de mais da metade da população humana. As pesquisas sobre as mulheres e suas necessidades como sujeitos históricos ficam relegadas, na maior parte das

vezes, a outras mulheres. Cria-se assim uma história à parte, e uma consciência de ação política intencionalmente não neutra. Um ífimo contraponto aos diferentes discursos e à produção estereotipada que insiste em perdurar pelos séculos, e que recebe ares de cientificamente verdadeira (LOURO, 1997).

4 MULHERES E LIVRO DIDÁTICO

Este capítulo é dividido em dois subcapítulos: *Livro didático* e *Os enunciados do discurso sobre as mulheres em livros didáticos de História*. O primeiro subcapítulo, *Livro didático*, aborda os principais eventos e legislações que tiveram influência na concepção e na constituição dos livros didáticos na história da educação no Brasil. O livro didático acabou se tornando o principal referencial de leitura e estudos utilizado pelas/os professoras/es de História, e pelas/os alunas/os. No desenvolvimento do capítulo são apresentadas as políticas públicas do livro didático no Brasil e a estreita relação entre o Estado brasileiro e as editoras. Em relação às políticas públicas, o subcapítulo discorre sobre o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o Instituto Nacional do Livro (INL), a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (Colted), o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Entre os eventos históricos que tiveram impacto na produção e distribuição dos livros didáticos no Brasil, o subcapítulo destaca a Segunda Guerra Mundial, o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, a Guerra Fria, a Ditadura Militar e o *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

No segundo subcapítulo, *Os enunciados do discurso sobre as mulheres em livros didáticos de História*, são apresentadas as análises dos enunciados dos livros didáticos. Este subcapítulo é dividido em duas partes: *Enunciado econômico do trabalho* e *Enunciados Políticos – cidadania*. Na introdução deste subcapítulo são apresentadas as etapas da pesquisa que levaram à identificação dos dois grupos de enunciados presentes no discurso historiográfico das duas coleções escolhidas de livros didáticos de História. No grupo *Enunciado econômico do trabalho* a análise dos excertos do Quadro 5 (Apêndice A) indica a preferência das/os historiadoras/es atuais em falar das mulheres na história do Brasil a partir de aspectos econômicos e das atividades produtivas por elas desenvolvidas, ocupação ou cargo público. Nos *Enunciados Políticos – cidadania*, se identifica a tendência do discurso a falar das mulheres a partir das lutas por direitos, da legislação, da vida pública e da privada. Na análise dos dois enunciados são cotejados escritos de outras produções historiográficas, como livros não didáticos, e discursos de outros campos do saber que tratam das mulheres no Brasil, como reportagens de jornais, textos de juristas, entre outros, com o objetivo de analisar

a presença dos mesmos enunciados em outros locais de discurso, na atual formação discursiva.

4.1 LIVRO DIDÁTICO

Os livros didáticos fazem parte do ambiente escolar há pelo menos dois séculos, mas não estão livres das fiscalizações governamentais, as quais se acentuaram em âmbito global principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse momento, muitos estudos revelaram o caráter preconceituoso e estereotipado das abordagens sobre grupos, tais como indígenas, mulheres e negros. Mesmo passando por críticas sobre aspectos políticos, ora visto como veículo ideológico, ora visto como mantenedor do *status quo*, o livro didático atravessou as décadas e se estabelece na atualidade como o principal meio de transmissão dos saberes históricos (BITTENCOURT, 2008).

Na escola pública brasileira, o livro didático também se constitui no principal e mais utilizado suporte material para o ensino e estudo de História. Além de ser um dos principais meios de circulação dos conhecimentos sistematizados das diversas disciplinas, o livro didático é a produção cultural mais presente entre os estudantes da rede pública de ensino. Corroborava para esse fato a sua distribuição gratuita, propiciada pelo Estado, nas escolas públicas e o baixo investimento do Estado na qualificação das bibliotecas com livros de outros gêneros (GUIMARÃES, 2012).

A atuação do Estado na promoção e distribuição dos livros didáticos remonta a 1929, ano em que é fundado o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e as subsequentes legislações sobre as políticas deste material estabelecidas pelo Instituto Nacional do Livro (INL), criado por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Os incentivos proporcionados pelo Estado e a conjuntura desfavorável à importação fizeram com que este material passasse a ser legitimado e a sua produção interna aumentasse significativamente. Em 1938, durante o Estado Novo, Gustavo Capanema, à frente do Ministério da Educação e Saúde, propõe a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), sendo instituída pelo Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro. Por meio da CNLD, novas orientações foram estabelecidas, como: a legislação e controle da produção do livro didático e sua circulação no Brasil; as diretrizes para a utilização deste produto cultural; a partir de janeiro de 1940 foi estabelecido que nenhuma escola da república poderia utilizar livros que não tivessem sido aprovados pelo ministério (DE LUCA, 2009).

Em 1945, uma nova legislação normatiza as condições de produção, utilização e importação de livros didáticos para o país, bem como a atribuição exclusiva do/a professor/a na escolha das obras a serem utilizados por seus alunos. No entanto, a escolha realizada pelos professores partia das obras já oficialmente autorizadas (FNDE, 2018). A relação do Estado com as legislações pertinentes aos processos produtivos e distributivos do livro didático resultou no estreitamento com o mercado editorial. Guimarães (2012, p. 93) afirma que:

[...] pensar o ensino de História e os materiais didáticos implica refletir sobre as relações entre o mercado (envolvendo toda a cadeia produtiva do livro), o Estado, a universidade (centro de produção e difusão de saberes), as escolas e os currículos prescritos e em ação nas aulas de História.

A segunda metade do século XX é marcada, em diversos países, pela Guerra Fria. O Brasil, localizado no espectro capitalista do conflito, propõe a massificação da educação básica para acompanhar as mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais necessárias nesse momento de transições. Para suprir a demanda de novos estudantes ingressando na educação básica, o Estado libera incentivos financeiros à produção editorial de produtos voltados à educação, fazendo do livro didático o principal meio de difusão do currículo e dos saberes que o compõe.

Outro fator determinante na difusão do livro didático no Brasil foi a ditadura militar, que vigorou de 1964 até 1985. Uma das primeiras medidas dos militares relacionadas à educação foi o cancelamento do projeto realizado no governo de Jânio Quadros e seu vice, João Goulart, que consistia na padronização do livro didático, assim como a sua produção e distribuição pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Como alternativa a esse projeto, o governo militar passa a conceder às editoras isenções na totalidade do processo produtivo e na circulação de livros e outras publicações. Até mesmo os maquinários necessários para a modernização da cadeia produtiva de livros recebem isenções alfandegárias para entrar no país.

Nos anos de 1966 a 1971, o PNLD passa a ser administrado pela Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (Colted), sendo um dos principais pontos o financiamento efetuado diretamente pelo Estado ao mercado editorial através de subsídios aos livros. A expressiva quantia de verba pública, além de possibilitar a continuidade do programa, transformou os livros didáticos no principal produto das editoras e do setor livreiro. Em 1971, o Instituto Nacional do Livro desenvolve o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), assumindo as responsabilidades administrativas e financeiras que estavam a cargo do Colted. A relação entre o desenvolvimento de novos livros didáticos pelo mercado editorial com o governo militar, o seu principal consumidor, passa pela necessidade

de ajustes com os programas curriculares das disciplinas. A preocupação em estar de acordo com as demandas governamentais resultou em uma novidade, o livro do professor, contendo as respostas das atividades, bem como planejamentos bimestrais e anuais para as disciplinas. Essas mudanças foram significativas e transformaram o setor editorial brasileiro em um dos maiores do mundo (GUIMARÃES, 2012).

Outra alteração relevante durante a ditadura militar ocorreu por meio da Lei 5.692, de 1971 que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e da Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971, na qual as disciplinas de História e Geografia, compreendidas como críticas e veiculadoras de ideologias contrárias ao momento histórico do país, passam a fazer parte da matéria de Estudos Sociais. Também foram criados conteúdos específicos alinhados aos interesses do Estado nacional e que seriam englobados na matéria de Estudos Sociais: a Educação Moral e Cívica (EMC), para o 1º grau, e a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) para o 2º grau, ambas apresentando características doutrinárias que estavam vinculadas aos interesses do governo estabelecido (BRASIL, 1971a; 1971b).

No ensino de Estudos Sociais, as propostas realizadas pelo Estado eram favoráveis à adesão de uma história oficial alinhada aos objetivos do regime militar. No entanto, a partir da década de 1970, e mais fortemente na década de 1980, diversas/os professoras/es começam a criticar essa postura inclusive nos currículos, e passam a buscar o alinhamento com as produções realizadas na academia, percebidas por elas/eles como atualizadas. A utilização destes estudos em sala de aula carecia de didatização, ao passo que a linguagem acadêmica não estava destinada a suprir as deficiências na educação de crianças e adolescentes. A didatização dos conteúdos passa a ser um dos objetivos centrais das edições no período final da ditadura militar, como esclarece Monteiro (2009, p. 183):

[...] traduzindo de certa forma o processo em curso de intenso debate e ações políticas pela redemocratização do país, uma nova safra de livros didáticos começou a ser produzida, apresentando uma versão de história engajada, militante, recorrentemente baseada na interpretação marxista da história, e assumindo uma linguagem que buscava se tornar mais próxima dos alunos, estabelecendo relações com o presente e introduzindo charges, letras de música, noticiário de jornais, para aproximar os temas em estudo da realidade dos alunos e, ao mesmo tempo, aprofundar a perspectiva crítica.

Nas décadas de 1970 e 1980, a indústria editorial se aproxima dos ambientes acadêmicos, fazendo parcerias com pesquisadores nas universidades no intuito de manter seus livros e outros materiais didáticos atualizados. Em 1976, com a extinção do INL, o programa do livro didático passa a ser executado pela Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), criada em 1967 (FNDE, 2018). Na década de 1990, os materiais didáticos recebem alterações gráficas significativas, como a forma de apresentação do texto, a inserção de

imagens, reproduções de documentos e textos de outros gêneros literários. Em relação à utilização do livro didático pelas/os professoras/es, além de constituir-se como suporte textual em sala de aula, pode ser utilizado como orientador nos planejamentos de aulas, como suporte visual devido à oferta de imagens presentes em seu interior, e como material de atualização e de estudo para o/a professor/a.

Em 1983, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão ligado ao MEC, que viria a substituir a Fename, e incorpora o Plidef. O decreto 91.542, de 19 de agosto de 1985 institui e cria regras para a execução do PNLD. Através dessa lei, o MEC tornou-se responsável pela compra dos livros didáticos nas editoras, e pela sua distribuição gratuita, de acordo com as escolhas feitas pelas escolas públicas. Nessa época, a distribuição era gratuita apenas para alunos matriculados até a 8ª série.

Em substituição ao Plidef, é instituído, por meio do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tendo como maior destaque, no período inicial, as alterações no processo de avaliação das obras, cabendo às/aos professoras/es a responsabilidade pelas indicações. Outra alteração realizada neste momento foi a entrada no mercado do livro didático reutilizável, acabando com o modelo de livro consumível, o qual era destinado ao uso apenas por um ano letivo (FNDE, 2018).

Nos anos de 1992 e 1993, após o processo de *impeachment* e o subsequente afastamento do presidente Fernando Collor de Mello, o programa sofreu restrições, sendo distribuídos somente para os alunos até a 4ª série. Em 1995, o PNLD é ampliado, e em 1996 é lançado o Guia de Livros Didáticos de 1º ao 4º ano, e em 1997 ocorre a transferência das atribuições da FAE, extinta em fevereiro deste mesmo ano, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ainda na década de 1990, ocorre a concentração das editoras em grandes conglomerados, característica do sistema capitalista onde um grande grupo compra empresas menores e assim pode abraçar uma parcela maior do mercado. No caso dos livros didáticos, ocorre uma relação suspeita entre esses grupos e o Estado, seu principal consumidor. Estes produtos, embora sejam amplamente utilizados, possuem uma complexidade de elementos envolvidos. Para Bittencourt (2008, p. 301), “como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista”.

A partir de 1997, as disciplinas de História e Geografia são novamente separadas, com materiais didáticos próprios, não mais unidas em um único livro de Estudos Sociais. Em 2008, ocorre outra mudança significativa, a distribuição gratuita dos livros didáticos de

História pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) aos alunos do ensino médio das escolas públicas. A partir de 2012, a utilização de novas tecnologias na complementação do livro didático passa a ser discutida tanto no âmbito do PNLD, como pelas editoras (FNDE, 2018).

Podemos constatar que, ao longo das últimas décadas, o MEC passou a contar com políticas que buscam a constante avaliação dos conteúdos e a qualidade geral dos livros didáticos. Já a indústria editorial, em resposta, trabalha para manter as publicações de acordo com as recomendações do MEC e no intento de corresponder aos anseios das/os professoras/es responsáveis pela adoção destes livros nas escolas. Resulta dessas questões um alinhamento de interesses e de necessidades face à instauração de um currículo por parte das editoras, das/os autoras/es e das/os professoras/es. O livro didático torna-se, além de um material de apoio, o principal veículo de transmissão e de constante lembrança das políticas oficiais, como assinala Bittencourt (2008, p. 302, grifos da autora), “juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ainda ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade”.

Neste sentido, principalmente na disciplina de História, percebe-se a resistência do mercado editorial em adotar as novas perspectivas historiográficas, tais como as discussões étnico-raciais envolvendo questões afro-brasileiras, indígenas, de gênero etc. Essa resistência é criticada por educadoras/es da área, sendo que muitas/os delas/es chamam a atenção para o fato de que o ensino de História está baseado apenas no livro didático. Guimarães (2012, p. 103, grifos da autora) comenta que “essa postura metodológica poderia formar nos alunos uma concepção autoexcludente da História, além de conduzir a uma concepção de ‘História como verdade absoluta’ e de livro didático como a fonte de conhecimento inquestionável”. Certamente, a facilidade do uso do livro didático no cotidiano escolar faz do seu uso a fonte dominante, mas é relevante apresentar às/aos alunas/os outras fontes, como livros próprios da área, vídeos, documentos, jornais, museus entre outros.

4.2 OS ENUNCIADOS DO DISCURSO SOBRE AS MULHERES EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

A análise arqueológica do discurso realizada nesta dissertação verifica os enunciados utilizados nos livros didáticos de História para falar das mulheres na história do Brasil. Para isto, foram analisadas as duas coleções de maior escolha pelas/os professoras/es de História

dos anos finais do ensino fundamental no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017, sendo elas *História Sociedade & Cidadania* (2015) e *Projeto Araribá - História* (2014). Cada coleção tem 4 livros, o que somados totalizam 8 livros, identificados nesta dissertação como LIVRO 1, LIVRO 2, e assim sucessivamente até LIVRO 8. Para a identificação dos enunciados foi efetuada a leitura de cada um dos capítulos e demais textos de todos os 8 livros referentes à história do Brasil, e selecionados os excertos que falam das mulheres. Na coleção *Projeto Araribá - História* (LIVRO 1 ao 4) foram encontrados 141 excertos, entre os quais 24 são nomes de autoras citadas como fontes por quem escreveu o volume ou a coleção. Na coleção *História Sociedade & Cidadania* (LIVRO 5 ao 8), foram encontrados 181 excertos, entre os quais 68 são nomes de autoras citadas como fonte pelas/os autoras/es do livro/coleção. No total, foram identificados 322 excertos que falam das mulheres na história do Brasil nas duas coleções analisadas. Todos os excertos, com a identificação do livro e da página na qual se encontra estão agrupados no Quadro 5, que compõe o Apêndice A.

Após a seleção dos excertos, decidiu-se realizar a análise a partir de dois grupos de enunciados. O primeiro grupo de enunciados, por vincular as mulheres na história do Brasil às questões econômicas e ao trabalho, materializadas nas diferentes ocupações laborais ou produtivas que elas desempenharam ao longo da história do Brasil, é denominado de *Enunciado econômico do trabalho*. O segundo grupo, denominado *Enunciados Políticos – cidadania*, foi organizado em torno de uma noção política das mulheres, que as vincula às leis, aos direitos e à sua participação na vida pública e privada. No entanto, entende-se que boa parte dos excertos é possível de ser analisada tanto pelo *Enunciado econômico do trabalho* como pelos *Enunciados Políticos - cidadania*. Estes enunciados, embora estejam internamente articulados, permitem uma divisão, mesmo que didática, para se conhecer o discurso historiográfico atual sobre as mulheres presente nos livros didáticos analisados.

4.2.1 Enunciado econômico do trabalho

Nos livros didáticos das coleções analisadas, ao falar das mulheres, elas são apresentadas realizando as seguintes atividades produtivas, ocupação ou cargo público: agricultora (semear, plantar, colher), trabalhadora da lavoura, moedora de cana, ama de leite, criadeira, cuidadora de crianças, cuidadora de doentes, paneleira, ceramista, fabricante de farinha, cozinheira, prostituta, trabalhadora doméstica, dona de casa, chefe do lar, vendedora (quitandeira, negra de tabuleiro, ambulante), passadeira, lavadeira, gerenciadora de negócios, fiandeira, rendeira, tecelã, costureira, artesã, operária, professora, arqueóloga, historiadora,

escritora, educadora, médica, atriz, governante (princesa), vereadora, prefeita, deputada, ministra, presidente da república, cantora, compositora, produtora musical, faxineira, arrumadeira, parteira, empresária, trabalhadora rural, zoóloga, enfermeira, bióloga e pesquisadora.

Analisando os livros didáticos, em seu discurso sobre as mulheres, verifica-se que o modo como se referem a elas pode ser caracterizado como um enunciado econômico, centrado nos afazeres das mulheres, ou seja, no trabalho, na história do Brasil. A presença e a repetição de tais enunciados nos livros analisados assinala que o trabalho é um enunciado que atravessa o discurso dos diferentes períodos de que a historiografia atualmente trata a história do Brasil. Embora a maneira de falar das mulheres nos atuais livros de história do Brasil seja predominantemente o enunciado econômico do trabalho, isto não significa que este conceito seja um transcendental, invariante, que atravessa os diferentes tempos da história. Ao contrário, o que se está analisando é o discurso contemporâneo da historiografia, presente nos livros didáticos analisados. É no interior desta formação discursiva, contemporânea, que o enunciado econômico do trabalho atua, constituindo o saber das/os historiadoras/es para falar das mulheres em diferentes períodos da história. As atividades laborais realizadas pelas mulheres, nesta dissertação, não são significativas em suas peculiaridades produtivas ou econômicas. O que está em foco é o modo de falar das/os historiadoras/es ao enunciá-las para falar, no discurso, sobre as mulheres.

Por outro lado, segundo a análise arqueológica do discurso, os enunciados perpassam os diferentes espaços sociais e institucionais, em uma mesma formação discursiva. Em função disto, os excertos que falam das mulheres, retirados dos livros didáticos, serão cotejados com outras produções discursivas, fora do livro didático, como livros ou artigos de pesquisadoras/es da história do Brasil que falam das mulheres, mas também outros campos discursivos, como o midiático, o jurídico, o feminista, as pesquisas ou os documentos estatais, entre outros.

Embora os livros didáticos analisados apresentem seus conteúdos por meio da divisão tradicional da história do Brasil, a saber: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil Republicano, o enunciado econômico do trabalho atravessa as tradicionais divisões estabelecidas pela historiografia. Ao falar das mulheres, o *trabalho* (as ocupações a que as mulheres se dedicam/dedicaram) aparece com regularidade na formação discursiva da historiografia contemporânea. Para Foucault (2008), o enunciado não está oculto, nem visível, “é necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo”.

As atividades femininas do período colonial, segundo o discurso da historiografia contemporânea, estão restritas exclusivamente às práticas domésticas e do campo. Do século XVII em diante ocorre um deslocamento para atividades exteriores ao lar, como o comércio de produtos alimentícios nos centros urbanos do país. No entanto, as mulheres permanecem ligadas ao lar, sendo as demais atividades percebidas como complementares. O trabalho com reconhecimento econômico era destinado aos homens, que podiam ter um emprego. Sobre aquele período, ao falar sobre o trabalho, utiliza-se a divisão do trabalho fundamentada no sexo e/ou na posição na estrutura familiar.

O trabalho das mulheres é, dessa forma, economicamente secundário ou coadjuvante em relação ao trabalho produtivo dos homens. A naturalização do trabalho doméstico, as bases biológicas para a divisão social do trabalho e a necessidade da mulher de manter e evidenciar o caráter materno, são atribuições construídas socialmente através dos discursos. Tedeschi (2012, p. 121) argumenta que tais discursos são produzidos no âmbito da economia política, das leis, dos processos de admissão pelos empregadores e dos interesses sindicais. Portanto, é na dinâmica da sociedade que estão presentes os elementos para o entendimento da divisão sexual do trabalho.

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada* (BOURDIEU, 2012, p. 33, grifos do autor).

As narrativas que abordam a divisão sexual do trabalho entre os indígenas relatam que “algumas tarefas são feitas pelos homens e outras pelas mulheres” (LIVRO 5, p. 97). Em outra passagem, são listadas as atividades realizadas pelas indígenas nas aldeias, explicitando que “as mulheres semeavam, plantavam e cuidavam da colheita; fabricavam farinhas, especialmente de mandioca, fiavam e teciam, além de cuidarem das crianças” (LIVRO 2, p. 172).

As mulheres indígenas, através do enunciado econômico do trabalho, são caracterizadas por meio das atividades por elas realizadas. É desta forma que sua existência se torna compreendida no interior da historiografia presente nos livros didáticos. A citação a seguir, retirada do livro não didático *História de usos e costumes do Brasil* do historiador Hernâni Donato, ao falar sobre os indígenas, expõe a distribuição do enunciado econômico do trabalho vinculado às mulheres no interior da produção historiográfica.

Apesar do costume do choco⁴, exaltação da suposta superioridade masculina, havia bem presente a noção da importância da mulher. Sem ela, não existiria família nem tribo. Ante calamidades ou guerras desastrosas, cuidavam de salvar as mulheres. Avós, pais, irmãos procuravam continuamente proteger as mulheres da família. A mulher atendia o esposo, cuidava dos filhos, do espaço familiar na maloca, semeava e colhia, seguia o seu homem na caça e na guerra. Era cheia de ternura. Ainda quando tivesse de repartir a oca e o marido com outras esposas, mostrava-se dedicada e carinhosa (DONATO, 2005, p. 27).

Nestas narrativas, a divisão do trabalho entre as/os indígenas responde principalmente a aspectos familiares. Por sua vez, a divisão do trabalho na sociedade brasileira escravagista é vinculada, pela historiografia, a aspectos sociais e econômicos. A/o escrava/o, além de ser uma propriedade, foi a principal força de trabalho no Brasil colonial e imperial. Cerca de 4,9 milhões de pessoas foram escravizadas no continente africano e embarcaram nos navios tumbeiros com destino ao Brasil (LIVRO 7, p. 14). A escravização de pessoas tornou-se um negócio lucrativo para portugueses, holandeses e traficantes de escravos brasileiros.

Entendemos que a palavra *escrava/o* está estreitamente vinculada ao trabalho, subjetivando a pessoa assim denominada através da sua condição de serva/o de alguém. Do mesmo modo, ocorre a adjetivação em expressões tais como *a negra, o negro, a africana e o africano*. Todas trazem em seu interior a correspondência ao sujeito trabalhador e, mais especificamente, o trabalhador escravizado. No Brasil, as escravas e os escravos trabalharam de forma intensiva nos ciclos da cana, do ouro e do café, estando presentes nas narrativas que abordam tais temas.

O discurso historiográfico presente nas coleções analisadas fala das mulheres escravizadas através das diversas atividades laborais por elas realizadas. Nos engenhos de açúcar, as mulheres escravizadas, “além do trabalho no eito, realizavam uma série de atividades domésticas para os senhores de engenho” (LIVRO 2, p. 189), sendo que “em geral, as negras escravizadas, principalmente nas províncias do Nordeste, trabalhavam na lavoura e nos serviços domésticos. Nas casas, elas trabalhavam como tecelãs, fiandeiras, rendeiras, costureiras, cozinheiras etc” (LIVRO 3, p. 216). Em outro excerto, encontramos similaridades com estas atividades, e a adição de outras, evidenciando que “a mulher cultivava a terra, cuidava dos doentes, colhia e moía a cana, lavava, passava, fazia partos, vendia doces e salgados etc” (LIVRO 7, p. 17).

⁴ O choco era um ritual realizado após um parto. O pai se resguardaria em uma rede, na qual permaneceria deitado e em jejum até a queda do cordão umbilical da/do recém-nascida/o. Neste período, o pai recebia visitas que o presenteavam. O choco era percebido pelas/os indígenas como uma homenagem à masculinidade que proporcionou a vida. Mas também possuía a função de proteger a mãe enfraquecida pelo parto, visto que os maus espíritos buscariam atacar o pai (DONATO, 2005).

Baseados no critério da distribuição sexual do trabalho, os livros didáticos classificam as mulheres como menos aptas ao trabalho pesado do que os homens. Por isso, as mulheres escravizadas custavam menos aos futuros proprietários, fato que contribuía para sua alocação em serviços perigosos, como a moagem da cana⁵ (LIVRO 7, p. 16). Um excerto retirado dos livros didáticos informa que “nos engenhos coloniais eram, geralmente, as mulheres que trabalhavam na moagem da cana. Quando a situação exigia, o trabalho de moagem se estendia noite adentro. Exaustas, elas corriam o risco de ter um braço esmagado na moenda” (LIVRO 6, p. 302).

Dentre os trabalhos domésticos realizados pelas escravas, ser ama de leite é destacado pelas duas coleções escolhidas, conforme o Quadro 5 (Apêndice A), assinalando o olhar das/os historiadoras/es contemporâneos. O discurso historiográfico presente nos livros didáticos evidencia que “o desempenho da mulher negra, ama de leite e criadeira, foi tão marcante no seio da casa senhorial que até hoje chamamos o filho mais jovem pelo termo angolano caçula em lugar de ‘benjamim’, como se diz em Portugal” (LIVRO 7, p. 30, grifos no original).

Em outro excerto, o trabalho das amas de leite é apresentado como uma forma de exploração. Descritas como “escravas obrigadas a amamentar os filhos das senhoras brancas. Esse tipo de exploração da mulher negra era tão frequente que jornais do século XIX anunciavam diariamente o aluguel de escravas para essa função” (LIVRO 3, p. 216). Além de realizarem os trabalhos sem remunerações, na condição de escravas, podiam ser alugadas, geravam receitas aos seus proprietários. Outro excerto⁶ destaca as influências sociais e

⁵ Em outras publicações não didáticas, a referência à mulher se faz pelo trabalho, na moagem da cana, como no livro do padre italiano André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*, publicado em Lisboa no ano de 1711. Antonil, em solo brasileiro, constatou que: O feitor da moenda chama a seu tempo as escravas, recebe a cana e a manda vir e meter bem nos eixos e tirar o bagaço, atentando que as negras não durmam, pelo perigo que há de ficarem presas e moídas, se lhes não cortarem as mãos, quando isto suceda, e mandando juntamente divertir [sic] a água da roda, para que pare (ANTONIL, 1982, p. 34).

⁶ O conteúdo deste excerto é discutido por Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, publicado originalmente em 1933, no qual o sociólogo comenta que “a tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra” (FREYRE, 2003, p. 460). O sociólogo também assinala a influência das amas de leite na linguagem adotada pelas crianças: A linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. Da boca africana aliada ao clima - outro corruptor das línguas europeias, na fervura por que passaram na América tropical e subtropical. O processo de reduplicação da sílaba tônica, tão das línguas selvagens e da linguagem das crianças, atuou sobre várias palavras dando ao nosso vocabulário infantil um especial encanto. O “dói” dos grandes tornou-se o “dodói” dos meninos. Palavra muito mais dengosa. A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem *rr* nem *ss*; as sílabas finais moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, tem um sabor quase africano: *cacá, pipi, bumbum, tentem, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô*,

culturais trazidas pelas/os escravizadas/os, tais como “as brincadeiras compartilhadas entre crianças negras e filhos de senhores no cotidiano do engenho, o aleitamento de crianças brancas pelas amas de leite⁷ negras e o forte intercâmbio cultural entre africanos e portugueses na colônia” (LIVRO 2, p. 193). Segundo os livros didáticos analisados, elas também “podiam trabalhar como ambulantes ou em vendas que atendiam escravos e brancos pobres. Esses locais tornaram-se pontos de encontro, lazer, namoro e solidariedade” (LIVRO 3, p. 56).

Além dos livros didáticos, este discurso também se encontra em pesquisas, como a da historiadora Laura de Mello e Souza, quando esta fala sobre as mulheres no capítulo “Pobres, rudes e ameaçadores”, do livro *História do Brasil para ocupados* (2013), organizado por Luciano Figueiredo. Mello e Souza (2013, p. 316, grifos da autora) comenta que:

[...] as vendedoras ambulantes, chamadas de “negras quitandeiras”, que tiravam o sustento do comércio de gêneros comestíveis; as mulheres independentes ou sozinhas que comandavam tabernas e estalagens, acobertando encontros furtivos e amores ilícitos ou, como se dizia na época, “dando alcouce”; os capangas de poderosos, coniventes eventuais ou em potência.

Retornando à análise dos livros didáticos, o número de passagens referentes às negras de tabuleiro, ou quitandeiras, indica a predileção dada pelas/os historiadoras/es por esta atividade produtiva ao apresentar as mulheres a partir do trabalho no Brasil colonial. Os livros ressaltam que as vendas das quitandeiras “foram motivo de frequentes queixas dos moradores e alvos da repressão das autoridades, que as acusavam de serem locais de brigas, bebedeiras, transação de ouro e diamantes roubados e atos imorais” (LIVRO 3, p. 56). A mobilidade das negras de tabuleiro fez delas “um meio de comunicação, integração e resistência das populações negras locais. Muitas vezes, as quitandeiras ajudavam nas fugas de escravos e na formação de quilombos” (LIVRO 3, p. 216). Embora a presença das negras de tabuleiro tenha ocorrido em outros estados, elas “constituíram um caso comum de escravos de ganho nas Minas Gerais” (LIVRO 3, p. 56).

dindinho, bimbinha. Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco (FREYRE, 2003, p. 382, grifos do autor).

⁷ Em 1963, trinta anos após a publicação de *Casa-grande e senzala*, Gilberto Freyre lança o livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Neste escrito, pode-se encontrar a formação discursiva presente no excerto que trata dos anúncios de amas de leite em jornais. Freyre (1963, p. 101), ao abordar os anúncios que ofereciam as amas de leite no jornal *Diário de Pernambuco*, explica que nestes anúncios: Cabra, quando é o animal que se tem para vender, sempre se diz, nos anúncios, cabra-bicho. Que é para não se confundir com a cabra-mulher. Do contrário, o leitor ficaria na dúvida sobre as “cabras de bom leite” que aparecem frequentemente nos anúncios. Os anúncios de cabras, isto é, negras, mulheres de cor, amas de leite, são numerosos; às vezes negras “com abundante leite aprovado pelos Professores” (apud D. P., 3/9/1830, grifos no original).

Cotejando materiais não didáticos, o trabalho das negras de tabuleiro está presente no livro *O avesso da memória: Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais do século XVIII* (1993), do historiador Luciano Figueiredo:

Era ocupado predominantemente por mulheres pobres que mereceram a denominação genérica já referida de “negras de tabuleiro” nos infindáveis documentos oficiais que se encarregavam de sua repressão nas Minas Gerais. Negras ou mulatas, forras ou escravas, vendiam variados gêneros comestíveis, tais como pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, banana, fumo e bebidas. Tratava-se de uma multidão de mulheres que circulava no interior das povoações e arraiais com seus quitutes, aproximando seus apetitosos tabuleiros, com muita frequência, dos locais de extração de ouro e diamantes (FIGUEIREDO, 1993, p. 42, grifos do autor).

Em outro livro, *História das Mulheres no Brasil*, Luciano Figueiredo, no capítulo “Mulheres nas Minas Gerais”, destaca que os papéis sexuais vigentes no Brasil colônia refletiam as características presentes em Portugal. Às mulheres estaria vedada a participação na política, na administração colonial e na administração eclesiástica. Estes cargos eram privilégios reservados aos homens. Os trabalhos repetitivos e sem prestígio eram ocupados pelas mulheres, as quais, aos poucos, foram ocupando espaços no pequeno comércio em vilas e cidades do Brasil colonial. Em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, o estabelecimento de uma divisão do trabalho compreendia o comércio ambulante como atividade feminina (FIGUEIREDO, 2017).

A venda dos produtos era a principal fonte de renda das negras de tabuleiro, as quais, por serem escravas de ganho, tinham como obrigação pagar um jornal, um valor diário previamente estabelecido aos seus proprietários. A cobrança de elevados valores sobre sua jornada contribuiu para que as negras buscassem formas de complementar seus rendimentos, como a prática da prostituição. No entanto, era comum que a prostituição fosse a única fonte de ganho e de pagamento dos jornais pelas escravas, sendo que muitas eram levadas à prostituição por interesse de seus proprietários (FIGUEIREDO, 1993, 2017).

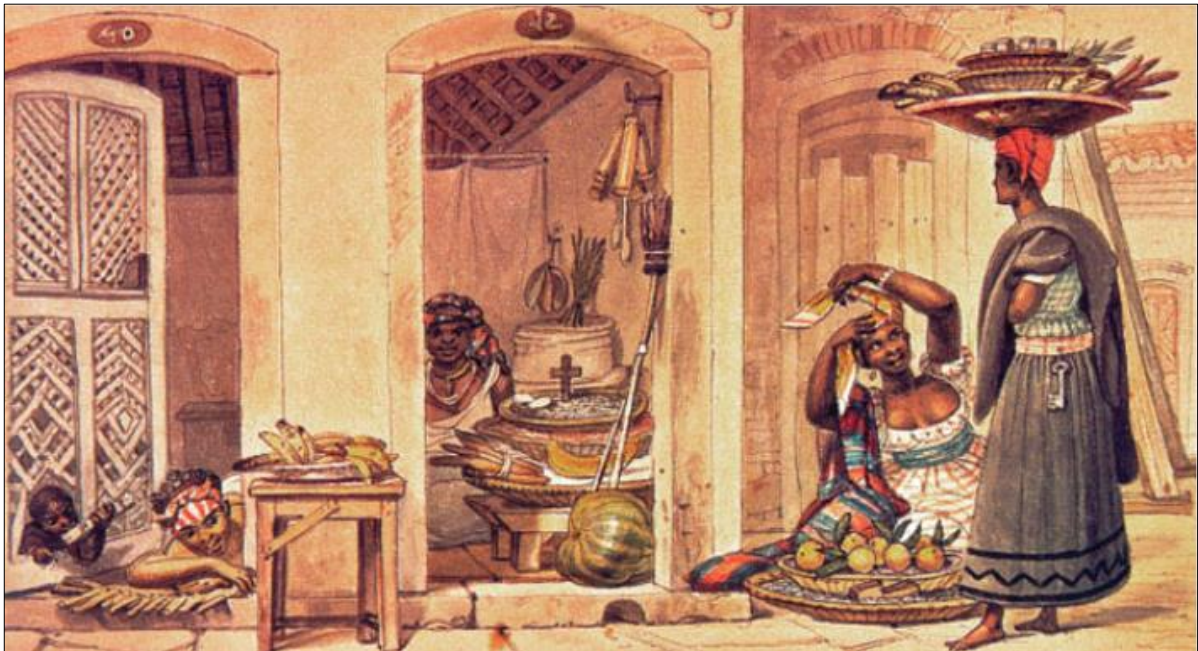
No discurso historiográfico das obras analisadas, na região das minas, outra forma de prover meios materiais era através do contrabando de ouro. A crescente fiscalização aguçou a criatividade dos contrabandistas, que chegaram a “esconder o ouro entre doces e salgados que as quitandeiras carregavam em seus tabuleiros” (LIVRO 7, p. 58). Esta relação entre as negras de tabuleiro, ou quitandeiras, e o contrabando de ouro integra o discurso historiográfico que fala das mulheres negras na história do Brasil. Para o historiador Luciano Figueiredo (1993, p. 34), as:

[...] negras de tabuleiro e vendeiras tornaram-se, em Minas Gerais colonial, agentes pródigos na trama da desordem social, excessiva e cotidianamente latente no transcurso daquele intranquilo século. Temidas, assim como o contrabando de ouro e diamantes, os quilombolas e os quilombos, os becos e as vielas escuras, e as armas e a aguardente em mãos e bocas de negros e mulatos, despertariam incessantes

medidas punitivas da administração colonial e metropolitana, legitimadas sempre na suposta imoralidade decorrente da presença feminina nessas tarefas, assim como nos danos causados à propriedade particular e ao Estado.

O comércio ambulante realizado pelas negras de tabuleiro também está registrado em pinturas. O francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848), o alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858) e o luso-italiano Carlos Julião (1740-1811) são exemplos de pintores que representaram as negras de tabuleiro e outras vendedoras em seus afazeres no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Os livros didáticos analisados, e historiadoras/es atuais em geral, utilizam pinturas como fonte visual para falar das mulheres destes dois séculos. Estas pinturas estão presentes tanto em livros didáticos como em outras produções historiográficas, sendo compreendidas em sua função documental, e não apenas ilustrativa. Nas três pinturas selecionadas (Figuras 1, 2 e 3), são apresentados diversos elementos que constituem a representação de uma negra de tabuleiro em seus afazeres, como as características físicas, as roupas, as mercadorias e os gestos. No entanto, as três pinturas, assim como as narrativas históricas, não constituem um saber inconteste sobre seus objetos. Os três pintores, ao privilegiarem em suas obras as negras de tabuleiro, fizeram escolhas imersas em relações de poder permeadas por categorias como classe, raça e gênero.

Figura 1 - Quitandeiras de diversas qualidades, pintura de Jean-Baptiste Debret, 1826



Fonte: LIVRO 3, p. 216.

Figura 2 - Vendas em Recife, de Johann Moritz Rugendas



Fonte: FIGUEIREDO, 1993, p. 38.

Figura 3 - Negras vendedoras, de Carlos Julião, século XVIII



Fonte: LIVRO 7, 2017, p. 64.

No discurso dos livros analisados estabelece-se certa continuidade entre o trabalho das negras de tabuleiro, no período escravagista, com o comércio realizado em tabuleiros atualmente. No artigo *Acarajé é elemento central da cultura afro-brasileira*⁸, as vendedoras de acarajé são vinculadas ao trabalho e à função de chefe do lar:

A venda do acarajé permaneceu como uma atividade econômica relevante para muitas mulheres mesmo com o fim da escravidão. Hoje, atrás das baianas existem famílias inteiras dependendo dos seus tabuleiros: 70% das mulheres pertencentes à Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia são chefes de família (LIVRO 7, p. 31).

A posição ocupada pelas mulheres no interior das famílias é o tema do texto “Mulheres no Brasil colonial”, presente no LIVRO 3. Neste texto, pode-se notar elementos do discurso historiográfico que associam as mulheres a uma posição dentro do núcleo familiar, a partir das atividades relacionadas ao trabalho, não importando a região do país na qual as mulheres vivam.

Nas famílias patriarcais brasileiras do Nordeste colonial, a mulher branca tinha o estatuto jurídico de propriedade do seu marido, assim como os escravos e as terras. No espaço doméstico, ela devia ser submissa e dócil, e sua função era cuidar da casa, dos filhos e do marido. No Sul e no Sudeste do Brasil era mais comum a existência de famílias nucleares, menos extensas. Nessas regiões, muitas mulheres chefiavam seus lares porque eram viúvas ou tinham maridos ausentes, que viajavam muito a trabalho. Segundo relatos de viajantes do século XIX, muitas mulheres do Rio Grande do Sul comandavam estâncias e, muitas vezes, proviam sozinhas a sobrevivência da família (LIVRO 3, p. 215).

Nestes excertos são apresentadas formas de divulgar as informações sobre as chefes de família nos livros didáticos. No Rio Grande do Sul do século XIX, as chefes de família foram relatadas pelos viajantes (LIVRO 3, p. 215). Já as chefes de família do século XXI pertencentes à Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia possuem uma estatística que lhes dá relevância (LIVRO 7, p. 31).

O discurso que vincula o exercício feminino da chefia de família ao trabalho remunerado faz parte de uma formação discursiva que não está limitada ao discurso historiográfico e aos livros didáticos analisados. Seu uso está presente no discurso do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma fundação pública federal subordinada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Iniciado em 2004, o projeto *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, tornou-se uma parceria entre o Ipea, a ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça e Cidadania). O *Retrato das desigualdades de gênero e raça* disponibiliza em seu *site* informações referentes à

⁸ Artigo disponível no *site* do Governo do Brasil: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2014/08/acaraje-e-elemento-central-da-cultura-afro-brasileira>.

situação de mulheres, homens, negros e brancos no Brasil por meio de indicadores trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IPEA, 2019b).

Abordando o período de 1995 até 2015, o estudo do Ipea (2019a) apresenta informações sobre o atual panorama das desigualdades de gênero e de raça no país. O estudo é dividido em doze blocos temáticos: População; Chefia de Família; Educação; Saúde; Previdência e Assistência Social; Mercado de trabalho; Trabalho Doméstico Remunerado; Habitação e Saneamento; Acesso a Bens Duráveis e Exclusão Digital; Pobreza, Distribuição e Desigualdade de Renda; Uso do Tempo; e Vitimização (IPEA, 2019b).

A primeira tabela disponível para *download* no *site* do Ipea tem como título *Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015*. A tabela separa os dados por atributos de Cor/Raça e de Localização do Domicílio, divididos nas cinco regiões do Brasil. Em Cor/Raça encontramos Branca e Preta e em Localização do Domicílio, Urbano e Rural. A título de amostra, apresentaremos os dados correspondentes ao número total de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, incluídos todos os atributos. Desta forma, em 1995, o número total de mulheres chefes de família no país era de 9.555.110, em 2005 era de 17.506.801, e em 2015 o número chegou a 28.614.895 mulheres chefes de família. A segunda tabela que está no *site* do Ipea trata da *Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015*. As divisões são as mesmas da tabela anterior, no entanto, nesta tabela estão informadas as porcentagens correspondentes ao número de mulheres chefes de família. O estudo revela que, em 1995, 22,9% das mulheres eram chefes de famílias. Em 2005 o total passou para 30,5%, chegando em 2015 com 40,5% das mulheres chefiando suas famílias (IPEA, 2019c).

A partir da análise dos dados apresentados pelo estudo *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, pode-se identificar não apenas a emergência das *mulheres chefes de família*, como objeto do saber, mas a confluência de saberes da área de ciências sociais, da estatística, da economia sobre este objeto do saber, bem como o interesse de instituições, como universidades, institutos de pesquisa e o próprio Estado, sobre este objeto. Do mesmo modo, a chefia das famílias pelas mulheres atravessa os discursos da mídia, como pode ser percebido em alguns títulos de artigos disponíveis na internet: *Cresce número de mulheres chefes de família no Brasil* (Gazeta do Povo, 04/12/2015); *Número de lares chefiados por mulheres sobe de 23% para 40% em 20 anos* (Valor Econômico, 06/03/2017); *Em 15 anos, número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobra* (Época Negócios, 06/03/2018).

A chefia da casa e o trabalho remunerado para atingir esta finalidade são apenas alguns dos elementos da análise histórica sobre as mulheres. A constituição das mulheres como sujeitos de interesse na historiografia e nos demais espaços de nossa formação discursiva passa pelo enunciado econômico do trabalho/renda, assim como a prática da chefia da família passa pelo trabalho. As estatísticas apresentadas pelo estudo *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, ao apontar o crescimento no número de mulheres chefes de família no Brasil, associa este dado ao fato de as mulheres atualmente executarem atividades tradicionalmente destinadas aos homens.

Nos excertos retirados dos livros didáticos presentes no Quadro 5 (Apêndice A), as mulheres foram mencionadas em razão de suas atividades produtivas, ocupação ou cargo público. Isto denota a regularidade da questão econômica presente no discurso que fala das mulheres brasileiras nos livros didáticos de História.

Como exemplo, temos as seguintes mulheres citadas nominalmente nos livros didáticos vinculadas às suas atividades produtivas, ocupação ou cargo público: Dona Alice, costureira; Niède Guidon, arqueóloga; Taís Araújo, atriz; Chica da Silva, escrava; Laura de Mello e Souza, historiadora; Princesa Isabel, governante; Maria Felipa de Oliveira, marisqueira; Nísia Floresta, escritora e educadora; Carlota Pereira de Queirós, deputada; Anita Malfatti, pintora; Tarsila do Amaral, pintora; Maria Esther Bueno, tenista; Dilma Vana Rousseff, ministra da Casa Civil e presidenta; Lida Rubinstein, *designer*; Anna Roosevelt, arqueóloga; Maria Luiza Corassin, historiadora; Margareth Menezes, cantora, compositora e produtora musical; Sarah Menezes, judoca; Sheila de Castro Faria, professora; Leila Hernandez, professora; Maria Leônia Chaves Resende, historiadora; Laura de Mello e Souza, historiadora; Maria Lígia Prado, historiadora e professora; Maria Odila Dias, historiadora; Cecília Helena de Saltes Oliveira, historiadora; Patrícia Valim, historiadora; Emília Viotti da Costa, historiadora; Anita Garibaldi, costureira; Claudete Dias, historiadora; Hebe M. Mattos, historiadora; Magali Gouvêia Engel, historiadora; Ana de Sena, professora; Anita Malfatti, pintora; Carlota Pereira de Queirós, deputada; Bertha Lutz, zoóloga e Miriam Abramovay, pesquisadora.

Com base neste levantamento que identificou, no discurso analisado, a vinculação dos nomes de mulheres às suas atividades produtivas, foram consultados três livros não didáticos que compilam biografias de mulheres relevantes para a história do Brasil, buscando verificar a presença de narrativas sobre estas mulheres. O primeiro livro consultado foi *Mulheres do Brasil: A história não contada* (2018), de autoria de Paulo Rezzutti, graduado em Arquitetura e Urbanismo, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, escritor,

pesquisador e biógrafo. O segundo livro é intitulado *Extraordinárias: Mulheres que revolucionaram o Brasil* (2017), de Aryane Cararo e Duda Porto de Souza, ambas jornalistas. O terceiro livro consultado foi *Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado* (2000) de autoria de Schuma Schumacher, pedagoga e militante feminista e Érico Vital Brazil, escritor.

Neste livros, encontramos menções a uma parcela das mulheres apresentadas no levantamento acima. O Quadro 2⁹ informa o nome destas mulheres e os livros não didáticos em que são apresentadas. A informação referente aos livros didáticos analisados em que estas mulheres são mencionadas está presente no Quadro 3¹⁰. A presença destas mulheres em obras produzidas por especialistas de diversas áreas do conhecimento constata que esta forma de narrativa discursiva não está circunscrita apenas ao discurso historiográfico. Estas mulheres figuram nos estudos biográficos em função de seus feitos no campo político, mas também no campo econômico.

Quadro 2 - Mulheres em livros biográficos¹¹

Nome Livro	Mulheres do Brasil: A história não contada (2018)	Extraordinárias: Mulheres que revolucionaram o Brasil (2017)	Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade (2000)
Anita Garibaldi	✓	✓	✓
Anita Malfatti	✓	✓	✗
Bertha Lutz	✓	✓	✓
Carlota Pereira de Queirós	✓	✓	✓
Chica da Silva	✓	✗	✓
Dilma Rousseff	✓	✓	✗
Maria Felipa de Oliveira	✓	✓	✗
Niède Guidon	✗	✓	✓
Nísia Floresta	✓	✓	✓
Princesa Isabel	✓	✓	✓
Tarsila do Amaral	✗	✓	✓

Fonte: O autor.

⁹ O símbolo verde corresponde à presença de menção sobre a mulher no livro, e o símbolo vermelho indica a ausência.

¹⁰ O símbolo verde corresponde à presença de menção sobre a mulher no livro didático.

¹¹ A ausência de menções à Dilma Rousseff no livro *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade* se justifica, pois este livro é do ano 2000, enquanto a entrada de Dilma Rousseff na política, em âmbito federal, ocorreu apenas em 2003, com sua indicação para o Ministério de Minas e Energia pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quadro 3 - Mulheres nos livros didáticos analisados

Nome Livro	Livro 1	Livro 3	Livro 4	Livro 5	Livro 7	Livro 8
Anita Garibaldi					✓	
Anita Malfatti			✓			✓
Bertha Lutz						✓
Carlota Pereira de Queirós						✓
Chica da Silva		✓			✓	
Dilma Rousseff			✓			✓
Maria Felipa de Oliveira		✓				
Niède Guidon	✓			✓		
Nísia Floresta		✓				
Princesa Isabel		✓				
Tarsila do Amaral			✓			

Fonte: O autor.

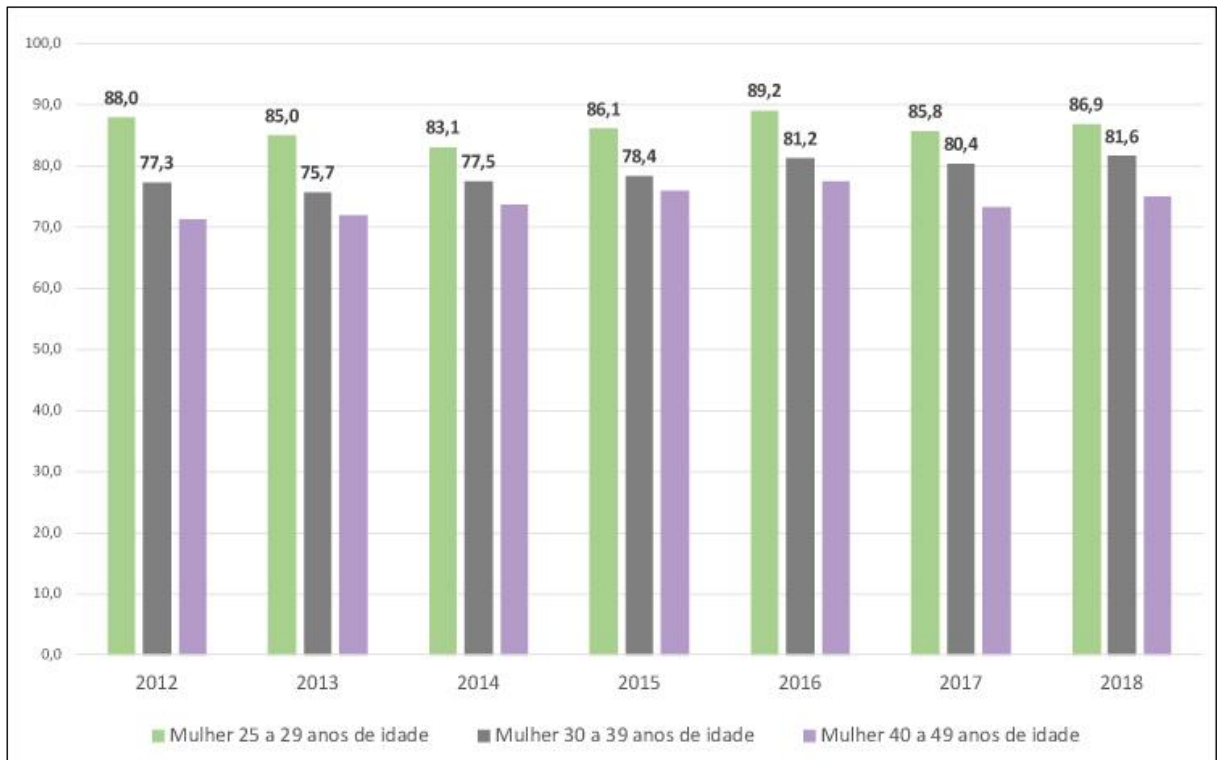
O trabalho das mulheres está presente nas coleções analisadas, fazendo referência à diferença salarial entre homens e mulheres. Esta questão aparece nos textos didáticos, conforme a informação de que, “no Brasil, dados da Pnad mostram que, em 2012, as mulheres recebiam cerca de 72,9% do salário pago aos homens” (LIVRO 3, p. 78).

A abordagem que trata da desigualdade salarial entre gêneros não está circunscrita apenas ao discurso dos livros analisados, sendo comum sua presença no discurso midiático. No dia 8 de março de 2019, Dia Internacional da Mulher, diversas matérias abordando o tema da diferença salarial entre gêneros foram publicadas em jornais e portais de notícias da internet. O portal G1 (2019) publicou uma matéria intitulada *Mulheres ganharam 20,5% menos que os homens em 2018, diz IBGE*, a versão online do jornal Folha de S.Paulo (2019) deu a uma de suas matérias o título *Mulher em cargo de chefia chega a ganhar um terço do salário de um homem*. O Correio Braziliense (2019) abordou o tema com o título *Diferença salarial entre homens e mulheres atinge todas as classes sociais*, o jornal O Globo (2019) noticiou que a *Desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior na faixa dos 40 anos*, e o site InfoMoney (2019), que *Mulheres só ganharão o mesmo que homens em 202 anos, diz Fórum Econômico Mundial*.

Conforme informado no título da matéria veiculada pelo portal G1 (2019), o IBGE havia publicado um levantamento referente às diferenças salariais entre homens e mulheres. Os números colhidos pelo IBGE (2019) são referentes ao ano de 2018, e atestam a diferença salarial entre os dois gêneros. Segundo o IBGE (2019), a distância de renda entre mulheres pretas ou pardas em relação aos homens de mesma cor é maior do que das mulheres brancas, evidenciando, além da questão de gênero, a questão racial presente nas diferenças salariais no

Brasil. Outro fator que converge para a diminuição dos rendimentos das mulheres é o crescimento da idade das trabalhadoras. A diferença salarial entre homens e mulheres é maior no grupo etário dos 40 a 49, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Razão (%) do rendimento médio habitual de todos os trabalhos de mulheres em relação ao de homens de 25 a 49 anos de idade ocupados da semana de referência, segundo os grupos de idade - Brasil – 4º trimestre 2012-2018



Fonte: IBGE, 2019.

No discurso historiográfico presente nos livros didáticos, a questão salarial é discutida junto com a jornada de trabalho e os direitos trabalhistas. Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres realizavam jornadas de trabalho que variavam “entre 14 e 16 horas diárias” (LIVRO 4, p. 70), sendo que não havia “cobertura médica ou indenização por acidente de trabalho, direito a férias remuneradas, salário mínimo e qualquer proteção ao trabalho infantil ou feminino” (LIVRO 4, p. 70). As crianças e as mulheres não eram contratadas como mão de obra qualificada, embora sua presença fosse significativa nas atividades produtivas. No ano de 1920, por exemplo, “a participação das mulheres nas indústrias de tecidos chegava a 58% do total de empregados no setor” (LIVRO 4, p. 70).

Segundo o discurso analisado, nos primeiros anos da década de 1930, a mulher “deveria atuar no mundo moderno capitalista acumulando uma dupla função: a de dona de casa e educadora dos filhos e a de cidadã consciente de seus deveres e responsável pelo

destino da pátria” (LIVRO 4, p. 135). Esta dupla função, ou dupla jornada efetuada pelas mulheres, é um dos temas centrais de muitas vertentes do feminismo.

Este tema também é debatido em livros não didáticos. A cientista política Flávia Biroli, no livro *Feminismo e política: uma introdução* (2014), escrito em parceria com o cientista político Luis Felipe Miguel, afirma que “se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada” (BIROLI, 2014, p. 31). Ao longo da história, o trabalho doméstico foi compreendido como naturalmente destinado às mulheres. Atualmente, o debate feminista entende que existe uma relação entre o trabalho remunerado e a cidadania e que, sem a divisão das tarefas domésticas de forma equitativa entre os gêneros, a posição das mulheres no mundo do trabalho remunerado permanecerá secundária.

No âmbito legal, o discurso sobre as mulheres nas obras didáticas analisadas refere-se às Constituições¹² do Brasil. O primeiro registro legal demarcado pelos livros didáticos atribui à Constituição nacional de 1934, promulgada por Getúlio Dornelles Vargas, então presidente do Brasil, diversos avanços democráticos em comparação com a Constituição de 1891, e alterações no trabalho feminino. A Constituição de 1934 proibiu a diferença salarial¹³ entre homens e mulheres que ocupassem a mesma função (LIVRO 4). Às mulheres que exerciam funções públicas remuneradas, a Constituição de 1934 “formalizou o direito das mulheres à participação política nacional” (LIVRO 4, p. 135). A Constituição de 1934 também reconheceu a proteção ao trabalho do menor e da mulher¹⁴ e instituiu a proteção à gestante, proibindo a demissão por gravidez (LIVRO 8, p. 143).

Dois excertos retirados dos livros didáticos destacam itens que relacionam as mulheres às leis trabalhistas¹⁵. No primeiro, o assunto é a “igualdade salarial entre homens e mulheres”

¹² A Constituição de 1988 aparece como garantidora de direitos para as mulheres, pois no Art. 7º, prevê a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei” (BRASIL, 1988). No Art. 40. e no Art. 202, a Constituição estabelece os critérios para a aposentadoria das mulheres. O Art. 143., em seu segundo parágrafo, dispensa as mulheres do serviço militar em tempo de paz (BRASIL, 1988).

¹³ O texto da Constituição estabelece a “proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil” (art. 121, § 1º, a). Grafia original do texto.

¹⁴ O artigo 109 informa que “o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (art. 109). Grafia original do texto.

¹⁵ Na CLT, o Capítulo III, no Título III, chama-se *Da Proteção do Trabalho da Mulher*. As seis seções deste capítulo possuem os seguintes títulos: *I - Da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação contra a Mulher; II - Do Trabalho Noturno; III - Dos Períodos de Descanso; IV - Dos Métodos e Locais de Trabalho; V - Da Proteção à Maternidade e VI - Das Penalidades* (BRASIL, 1943a).

(LIVRO 4, p. 140). E o segundo informa que a partir da CLT¹⁶ estaria proibido o “trabalho da mulher 6 semanas antes e 6 semanas depois do parto” (LIVRO 4, p. 140).

A CLT faz parte do discurso historiográfico dos livros didáticos analisados, no que se refere ao mundo do trabalho em geral, mas também para falar das mulheres. Mas ela também é citada em outros materiais de estudo ou comunicação. No livro *Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática*, a doutora em Direito, Léa Elisa Silingowschi Calil (2007), comenta que não houve inovação no que se refere ao conteúdo das normas presentes na CLT. Calil (2007), aponta que o intuito da compilação celetista seria a proteção da mulher em relação à sua moral, capacidade reprodutiva e saúde. Quanto à moral, o discurso vigente no período da promulgação da CLT compreendia o trabalho noturno como degradante¹⁷ à moral feminina, sendo reservado apenas para as mulheres interessadas em trabalhar em hotéis, bares, restaurantes, casas de diversões ou demais estabelecimentos com práticas semelhantes às citadas. Ao ter dificultado o acesso aos trabalhos noturnos, as oportunidades de trabalho para as mulheres eram reduzidas, aumentando a diferença de desempenho profissional entre os gêneros (CALIL, 2007).

No que se refere à capacidade reprodutiva, a proteção às mulheres gestantes presente na CLT pretendia também ser a proteção à criança que iria nascer, a qual era percebida como garantia da perpetuação da espécie humana. O intuito de proteção às trabalhadoras acabou sendo contraproducente, visto que os direitos assegurados às mulheres, como a proibição da demissão por gravidez, tornaram-se onerosos aos empregadores, os quais preferiram a contratação de homens, que eram menos protegidos por direitos sociais. Os aspectos referentes à saúde das trabalhadoras envolvem melhorias nas dependências dos ambientes de trabalho, como instalações sanitárias e ventilação. Estas garantias de higiene e saúde no trabalho foram estendidas aos demais trabalhadores nos anos seguintes (CALIL, 2007).

Por serem consideradas fisicamente inferiores por uma parcela considerável da sociedade daquele período, a CLT criou dispositivos que impediam a realização de horas

¹⁶ O decreto-lei nº 5452, conhecido como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), promulgado no dia 1º de maio de 1943, dia do trabalhador, durante o período do governo do presidente Getúlio Vargas denominado Estado Novo (1937-1945), reuniu os textos legais já existentes e as novas normas sobre o trabalho (BRASIL, 1943a).

¹⁷ Em 1924, Maria Lacerda de Moura, escritora, feminista e militante anarquista publicou o livro *A mulher é uma degenerada*, obra que aborda a influência do discurso médico na concepção da inferioridade biológica da mulher. Para a autora, a mulher seria uma: Escrava do salario, do jugo do trabalho domestico obrigatorio para o sexo feminino, *protegida* pelas leis e pelo homem que lhe exige trabalho incompativel com as suas forças e lhe paga menos e compra ou vende-lhes o corpo dentro e fóra do casamento, tudo legalizado... Escrava, tutelada mental, sujeita aos diretores espirituaes através da *deseducação* milenar cujo objetivo é evitar-lhe o raciocinio, o livre exame, o desenvolvimento da mentalidade (MOURA, 1932, p. 164, grifos da autora). Grafia original do texto.

extras pelas mulheres sem atestado médico. Nos trabalhos braçais, ficou estabelecido como limite o levantamento regular de, no máximo, vinte quilos, ou ocasional de vinte e cinco quilos pelas mulheres, ao passo que aos homens o limite era de sessenta quilos (CALIL, 2007).

Também analisamos os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) da área de História para os anos finais do Ensino Fundamental, buscando identificar de que maneira eles se referem às mulheres.

Quadro 4 - Excertos sobre o trabalho das mulheres brasileiras nos PCN de História

p.	Excertos
57	Para o subtema “As relações de trabalho” outros exemplos podem ser elencados: a diversidade de atividades e profissões que convivem em uma mesma sociedade e que existiram em diferentes tempos; a divisão de trabalho e sua transformação no tempo; a divisão de tarefas no espaço doméstico; as crianças e o trabalho; o trabalho da mulher; as técnicas, as máquinas, a informatização e a robotização; a relação entre sexo, idade, etnia e formação escolar na remuneração do trabalho; os tipos de remuneração do trabalho; as políticas governamentais e sindicais de salário; direitos sociais do trabalho.
60	o trabalho entre os povos indígenas hoje; a divisão de trabalho entre sexo, idade etc. em comunidades indígenas específicas; produção de alimentos e de utensílios pelos povos indígenas;
61	o trabalho de mulheres e crianças na agricultura, na indústria e nos serviços urbanos, nas atividades domésticas etc.

Fonte: O autor.

Assim como no discurso jurídico de Calil (2007), as mulheres são mencionadas no discurso educacional dos PCN de História em sua relação às suas atuações laborais. Os excertos do Quadro 3 mostram que, para falar das mulheres, os PCN utiliza o enunciado econômico do trabalho. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História na seção *Conteúdos para o terceiro ciclo*, a qual possui como subtítulo *Eixo temático: História das relações sociais, da cultura e do trabalho*, dividido em dois subtemas, a saber, *As relações sociais, a natureza e a terra*; *As relações de trabalho*, neste subtema encontra-se a referência à divisão do trabalho entre os sexos em comunidades indígenas (BRASIL, 1998).

Ao falar sobre as relações de trabalho em diferentes momentos da história do Brasil, os PCN de História sugerem como ponto a ser abordado em sala de aula o trabalho das mulheres “na agricultura, na indústria e nos serviços urbanos, nas atividades domésticas etc” (BRASIL, 1998, p. 61). Por ser uma entre diversas sugestões categorizadas como questões atuais que têm como função estimular as/os alunas/os a estudarem o passado, a abordagem do trabalho das mulheres nas aulas de História não é uma imposição, visto que, conforme o documento, “o professor não deve ter a preocupação de estudar todos os exemplos apresentados” (BRASIL, 1998, p. 57).

Como se vê, na historiografia contemporânea o enunciado econômico do trabalho constrói parte do discurso sobre as mulheres, seja em análises que lhe conferem ineditismo ou em estatísticas que demonstram uma continuidade com os afazeres tradicionais. Nesse sentido, os livros analisados apresentam as mulheres relacionadas ao *enunciado econômico do trabalho* desde o período colonial até os dias atuais. Embora o tipo das atividades mencionadas pelos livros nas diferentes etapas da história do Brasil variem, o viés econômico para falar das mulheres voltado ao trabalho, é uma das constantes no discurso historiográfico atual para caracterizar as mulheres. Esta é a abordagem recomendada nos PCN de História (BRASIL, 1998) para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Neste sentido, pode-se perguntar sobre os efeitos de subjetividade que tal discurso exerce sobre professoras e professores, sobre meninas e meninos que frequentam as escolas na atualidade. A constituição das identidades das/os professoras/es e das/os alunas/os está permeada pela referência ao trabalho e à produção econômica.

4.2.2 Enunciados Políticos - cidadania

As maneiras de se falar das mulheres nos livros didáticos analisados, com conceitos e com imagens, se dá no eixo econômico e político. No item anterior, analisamos as características econômicas, nas quais se destacam as ocupações, os trabalhos por elas realizados. Neste segundo modo de os enunciados, nos livros didáticos, se referirem às mulheres, aparecem as características políticas, relativas aos direitos, às leis, e à cidadania. Neste sentido, os livros abordam os direitos sociais, a participação nos processos eleitorais, nos espaços públicos e nas disputas eleitorais. Tais características podem ser encontradas em muitos excertos, às vezes junto com o tema econômico do trabalho, às vezes isoladas destes.

Na análise dos livros didáticos, as primeiras menções a estes enunciados se referem a D. Maria I¹⁸, rainha de Portugal e, portanto, de suas colônias, como o Brasil. Ela aparece em temas como a Inconfidência Mineira, a vinda da coroa portuguesa ao Brasil e, após a sua morte, a coroação de D. João VI. Quanto à Inconfidência Mineira, é dito que a “rainha de Portugal, D. Maria I, ordenou a abertura de dois processos, um no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais” (LIVRO 6, p. 175), e que “em 1790 iniciou-se o processo contra os

¹⁸ A inserção de excertos sobre D. Maria I na análise do discurso sobre as mulheres na história do Brasil está relacionada à sua influência e presença em acontecimentos relevantes na história do país e para a historiografia brasileira. Também justifica esta inserção a argumentação presente no artigo *A primeira Chefe de Estado do Brasil: D. Maria I, a louca?* (2014), do historiador Bruno da Silva Antunes de Cerqueira, que considera D. Maria I a primeira chefe de Estado do Brasil. No entanto, esta é uma abordagem polêmica para a historiografia, uma vez que o Brasil só se torna um Estado após a independência, em 1822.

conjurados, registrado nos Autos da devassa contra a Inconfidência Mineira, que durou até 1792. Ao todo, 34 réus foram acusados de inconfidência, ou seja, de infidelidade à monarquia portuguesa” (LIVRO 3, p. 143). O enforcamento de Tiradentes (LIVRO 6, p. 175) e as punições dadas aos inconfidentes são compreendidos pelo discurso analisado como sendo motivados pela intenção da rainha de “lembrar a todos o que poderia resultar de uma rebelião contra a Monarquia portuguesa” (LIVRO 6, p. 175).

Os livros didáticos abordam a chegada da rainha portuguesa ao Brasil, “em 8 de março de 1808” (LIVRO 3, p. 146), quando “o navio que transportava o príncipe D. João e a rainha D. Maria I atracou no porto do Rio de Janeiro” (LIVRO 3, p. 146). Outros dois excertos que destacamos dos livros didáticos relacionam a rainha D. Maria I com seu filho e herdeiro, D. João. O discurso historiográfico presente nos livros analisados compreende que “D. João tornou-se príncipe regente em 1792, quando sua mãe enlouqueceu. Ele só foi aclamado rei em 1818, dois anos após a morte da rainha” (LIVRO 3, p. 146), “com o título de D. João VI” (LIVRO 6, p. 181).

Os livros analisados também abordam mulheres não nominadas, como é o caso das mulheres escravizadas. A escravização de mulheres africanas é abordada nos livros didáticos por meio das diversas formas de violência sofridas por elas, como o estupro e os “castigos violentos praticados diariamente pelos senhores”, além de serem “perseguidas pelas sinhás, que as submetiam aos mais diferentes tipos de castigos físicos” (LIVRO 3, p. 216). Além destas características, também as resistências engendradas pelas mulheres escravizadas, aparecem nos livros didáticos, ao comentarem que “era comum negar a maternidade ou praticar abortos para evitar que seus filhos sofressem como elas. Nas casas-grandes, as cativas chegaram a praticar atos de violência contra senhores cruéis, como o envenenamento” (LIVRO 3, p. 216).

As mulheres negras, em geral, não possuíam direitos “e eram vistas apenas como propriedade de seus senhores” (LIVRO 3, p. 216). No discurso dos livros analisados, os direitos¹⁹ das mulheres negras escravizadas passam a ser tematizados por meio da assinatura da Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040) ou Lei Rio Branco, de 1871²⁰, a qual “declarava livres

¹⁹ Por cerca de 350 anos o Brasil teve sua economia baseada no trabalho escravo, inicialmente o do indígena, e mais intensamente o do negro africano. Mesmo após a abolição da escravatura, escravas e escravos permaneceram tendo a cidadania negada. Isto porque, além do patriarcado, outra marca social do Brasil é o racismo. Em decorrência da escravidão, o acesso a bens de consumo e à propriedade não foram assegurados à população negra.

²⁰ Anterior à Lei do Ventre Livre, a promulgação da Lei Eusébio de Queirós ou Lei nº 581, em 4 de setembro de 1850, proibia o tráfico negreiro no Brasil. Pouco dias depois, em 18 de setembro de 1850, a Lei nº 601, também conhecida como Lei de Terras, em seu artigo 1º, determina que, a partir daquela data, “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850). Grafia original do

os filhos de mulher escrava nascidos a partir daquela data. As crianças livres ficariam com suas mães até os 8 anos de idade” (LIVRO 3, p. 206). O discurso historiográfico presente nas coleções analisadas também trata da “Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil” (LIVRO 6, p. 266), assinada em 13 de maio de 1888²¹, “pela princesa Isabel, que substituiu provisoriamente o pai D. Pedro II no trono” (LIVRO 3, p. 207).

A historiografia presente nas coleções compreende que “a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, é vista, no imaginário de grande parte dos brasileiros, como resultado da iniciativa da princesa Isabel” (LIVRO 3, p. 208). Mas os livros didáticos apresentam também a luta dos movimentos negros para superar o preconceito que ainda permanece na sociedade brasileira, mesmo transcorridos mais de 130 anos da promulgação da Lei Áurea. A abordagem da luta pela superação do preconceito é mostrada nos livros didáticos ao citar a entrevista “concedida por Nathane, uma menina de 14 anos” (LIVRO 6, p. 89) que sentia vergonha de seu cabelo crespo. A percepção que tinha sobre si mesma mudou quando teve contato com mulheres negras que incentivavam o uso do cabelo crespo, sem modificações realizadas em salões de beleza (LIVRO 6, p. 89). Ao final da entrevista, a adolescente, agora engajada no uso do cabelo crespo, declara: “Não tenho vergonha de ser quem eu sou: negra” (LIVRO 6, p. 89).

Em outros campos discursivos, fora dos livros didáticos, como no midiático, encontram-se referências aos movimentos negros, que entendem que a luta do movimento negro não iniciou, nem terminou com a Lei Áurea, que teria sancionado sua libertação. Para os movimentos em favor da negritude, eles lutaram contra a escravidão desde o início, quando aqui foram trazidos à força, contra sua decisão ou vontade. Permaneceram em luta e continuam em luta até os dias de hoje, contra as formas de exclusão, preconceito e violência sofridas. Em função disto, eles militaram pelo Dia da Consciência Negra no Brasil. A data requerida pelos movimentos negros foi a que marca a morte de Zumbi de Palmares, ocorrida

texto). Com a proibição da aquisição de terras por doação ou pela posse de terras devolutas, as escravas e os escravos permaneceriam subordinadas/os aos seus proprietários ou antigos proprietários.

²¹ O Jornal do Senado, no dia seguinte à abolição, publicou uma matéria intitulada *Assinada a Lei Áurea*, a qual informava que: O Brasil está livre do trabalho escravo. Na tarde de ontem, domingo, a Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão. Conforme o senador Sousa Dantas, havia no país 600 mil escravos. Levantamento do Império mostra que, no ano passado, eram mais de 700 mil. A Lei João Alfredo, já chamada de Lei Áurea, foi aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados e no Senado. Calcula-se que cerca de 5 mil pessoas se concentraram diante do Paço da Cidade. O povo irrompeu em aplausos quando Joaquim Nabuco, de uma sacada, comunicou que não havia mais escravos no Brasil. Ao surgir em uma janela, Dona Isabel foi aclamada pelos manifestantes. O Imperador Dom Pedro 2º, que se encontra gravemente enfermo em Milão, onde se submete a tratamento, ainda não sabe da abolição. Por meio do telégrafo, a notícia já chegou a várias províncias do País e nações americanas e européias. A Lei Áurea (nº 3.353) tem apenas dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. “Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário” (JORNAL DO SENADO, 1888, p. 3).

em 20 de novembro de 1695 (AGÊNCIA BRASIL, 2008). Em entrevista à Agência Brasil, Oliveira Silveira, poeta, professor de língua portuguesa e militante da causa negra, ex-integrante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e um dos responsáveis pela adoção do 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, ao falar sobre a escolha da data, relata que:

Isso ocorreu em 1971. Estávamos insatisfeitos com o 13 de maio. Havia um grupo de negros que se reunia na Rua da Praia (*no centro de Porto Alegre*) e o nosso assunto, invariavelmente, era a questão negra e o fato de o 13 de maio não ter maior significação para nós. Logo, surgiu a idéia de que era preciso encontrar outra data. Eu, como gostava de pesquisar, aprofundei-me nisso. E encontrei material, cuja fonte era Édison Carneiro, autor do livro *O Quilombo dos Palmares*, indicando que Zumbi dos Palmares havia sido morto em 20 de novembro (de 1695). Essa informação foi confirmada no livro *As guerras dos Palmares*, do português Ernesto Ennes, no qual foram transcritos documentos. Já que não sabíamos o dia de seu nascimento ou do início de Palmares, tínhamos pelo menos a data da morte de Zumbi, o último rei do quilombo de Palmares, Alagoas. Então, promovemos uma reunião, que originou o Grupo Cultural Palmares, cuja idéia era fazer um trabalho para reverenciar Palmares e Zumbi como algo mais representativo que 13 de maio (AGÊNCIA BRASIL, 2008, grifos do autor).

A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2012) em seu livro *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira* afirma que a escravidão legitimou e naturalizou a inferioridade de negras e negros, assim como coibiu discussões referentes à cidadania. Já a obra produzida e disponibilizada pela Câmara dos Deputados em seu site, intitulada *Abolição da escravidão e dia da consciência negra*, assinala que “a luta pela cidadania plena para milhões de brasileiros, independentemente de cor, raça ou classe social, continua e permanece acesa na atuação dos movimentos que impulsionam as transformações no país” (BRASIL, 2008, p. 8).

Conforme o discurso historiográfico dos livros didáticos analisados, o ato de incentivar a aceitação das diferenças faz parte de ações afirmativas, as quais podem ser políticas públicas ou iniciativas privadas, que busquem combater diferentes formas de discriminação, tais como de “raça, gênero, idade, condição social, origem étnica ou por deficiência” (LIVRO 4, p. 264).

Os livros didáticos também relatam que no nordeste do Brasil colonial, “a mulher branca tinha o estatuto jurídico de propriedade do seu marido, assim como os escravos e as terras” (LIVRO 3, p. 215). A ideologia patriarcal incutia na mulher a sua vinculação ao espaço doméstico, estabelecendo que “ela devia ser submissa e dócil, e sua função era cuidar da casa, dos filhos e do marido” (LIVRO 3, p. 215). No discurso analisado, o patriarcado não se restringiu geograficamente e temporalmente ao nordeste colonial, dado que “a legislação relativa à família, em vigor ao longo do século XIX, datava do período colonial e era pautada

pela ideologia patriarcal” (LIVRO 3, p. 214). Apoiada no patriarcado, as leis eram coniventes com o marido quando este praticava atos de violência contra sua esposa a fim de discipliná-la (LIVRO 3, p. 214). Nesta legislação, “a mulher não tinha o direito de trabalhar fora do lar ou estudar e, em caso de separação legal, não podia ficar com a guarda dos filhos. Além disso, o homem tinha o direito de administrar as propriedades que pertenciam à esposa” (LIVRO 3, p. 214).

Com base nos livros didáticos, o primeiro direito²² conquistado pelas mulheres brasileiras não escravizadas está relacionado à educação, “em 1827, as mulheres alcançaram uma grande conquista. Em outubro desse ano, uma lei determinou a criação de estabelecimentos de ensino voltados para o público feminino em cidades e vilas mais populosas” (LIVRO 3, p. 215). Este excerto ainda comenta que “nessas escolas, elas aprendiam a ler, a escrever e a realizar operações aritméticas e prendas domésticas, além de estudar princípios da moral cristã” (LIVRO 3, p. 215).

Ainda sob os aspectos de educação, os livros didáticos apresentam Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, como defensora da educação para as mulheres, e uma “das primeiras mulheres no Brasil a reivindicar direitos para as mulheres e a publicar um livro sobre o assunto” (LIVRO 3, p. 217). Segundo os livros didáticos, na atualidade, Nísia Floresta, “é considerada a primeira feminista brasileira” (LIVRO 3, p. 217), e que sua estreia como escritora se deu em 1831, “no jornal pernambucano *Espelho das Brasileiras*, no qual divulgou seus primeiros artigos sobre a condição das mulheres em diferentes culturas” (LIVRO 3, p. 217). Em 1832, Nísia Floresta “publicou seu primeiro livro, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*²³. Ela criticava a ideia de superioridade dos homens e desejava mostrar que as mulheres eram inteligentes e

²² Refere-se à Lei de 15 de outubro de 1827, a qual instituía, segundo o art. 1º, que: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827) e complementa, no art. 11º, que: “Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.” (BRASIL, 1827). Também os conteúdos a serem aprendidos pelas mulheres nas escolas apresentadas no excerto (LIVRO 3, p. 215), fazem referência aos artigos 6º e 12 da Lei de 1827: Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. [...] Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica [...] (BRASIL, 1827).

²³ No livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, Nísia Floresta anuncia: Eu julgo ter suficientemente demonstrado que injustamente os homens nos acusam de não ter aquela solidez de raciocínio, que atribuem a si com tanta confiança; nós temos o mesmo direito que eles aos empregos públicos: a natureza nos deu um gênio como a eles, tão capaz de os preencher e nossos corações são tão susceptíveis de virtudes como nossas cabeças o são de aprender as ciências: nós temos espírito, força e coragem para defender um país e bastante prudência para governá-lo (FLORESTA, 1989, p. 93).

capazes de exercer diversas atividades” (LIVRO 3, p. 217). Nísia Floresta também foi educadora, fundou e dirigiu um colégio feminino (LIVRO 3, p. 217). Trata-se do Colégio Augusto²⁴, fundado em 1838, o qual era destinado à educação de meninas.

Além do direito à educação, no âmbito da cidadania, os livros analisados mencionam a “criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher” (LIVRO 3, p. 217) em 1985. Sobre este assunto, em outro campo discursivo que não o dos livros didáticos analisados, Wânia Pasinato, socióloga, consultora de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, em entrevista ao Portal Aprendiz, ressalta que:

As Delegacias da Mulher são um marco importante para a política de enfrentamento à violência contra as mulheres. A primeira delegacia foi criada em São Paulo e depois se espalhou pelo resto do Brasil e outros lugares da América Latina. Foi importante por surgir em um momento de transição para a democracia, em que a violência contra as mulheres estava sendo colocado como um problema. Havia uma demanda dos movimentos feministas para que o Estado respondesse especificamente aos casos de violência fatal. Na época, nos casos de homicídio, tinha o uso do argumento de legítima defesa ou da honra como atenuante ou até mesmo fator de absolvição para os homens que matavam suas companheiras (PORTAL APRENDIZ, 2019).

Os livros didáticos evidenciam que “somente em 2006, no entanto, é que se institucionalizou uma política nacional de combate à violência contra a mulher, com a criação da Lei Maria da Penha” (LIVRO 3, p. 214), a “Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006” (LIVRO 3, p. 217). Com base em seus artigos, a “lei prevê proteção e assistência jurídica às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral” (LIVRO 3, p. 214).

O nome da lei é uma homenagem à farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes, a qual lutou durante vinte anos para que seu ex-marido, o homem que a deixou paraplégica, fosse preso. Em 1994, Maria da Penha publica o livro *Sobrevivi... posso contar*, no qual a autora relata como era o seu cotidiano de violência doméstica e a decisão de denunciar seu agressor. Para Maria da Penha:

A violência doméstica contra a mulher obedece a um ciclo, devidamente comprovado, que se caracteriza pelo “pedido de perdão” que o agressor faz à vítima, prometendo que nunca mais aquilo vai acontecer. Nessa fase, a mulher é mimoseada

²⁴ O *Jornal do Comércio* de 31 de janeiro de 1838 noticiou a inauguração do Colégio Augusto: D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 15 de fevereiro próximo, na Rua Direita nº 163, um colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverão igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebem-se alunas internas e externas. A diretora, que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e aplicação no desempenho dos seus deveres, aguardando ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com a sua confiança, pelos prontos progressos de suas filhas, que ela não é indigna da árdua tarefa que sobre si toma (...) (JORNAL DO COMÉRCIO *apud* DUARTE, 2010, p. 16).

pelo companheiro e passa a acreditar que violências não irão mais acontecer (FERNANDES, 2012, p. 30, grifos da autora).

Para o discurso historiográfico presente nos livros didáticos, o avanço jurídico representado pela Lei Maria da Penha não foi suficiente para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres (LIVRO 3, p. 214). Os livros evidenciam que realizar uma mudança na legislação é mais acessível do que “transformar a mentalidade da nossa sociedade, ainda muito contaminada pelos valores patriarcais” (LIVRO 3, p. 214). Reconhecem, entretanto que a conquista desta transformação é “uma das principais demandas do movimento feminista, que se encontra organizado e fortalecido em diversas agremiações políticas” (LIVRO 3, p. 214).

No discurso jurídico, a violência contra as mulheres também está presente na Lei 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que qualifica o feminicídio como crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015) quando o crime envolver “violência doméstica e familiar” (BRASIL, 2015) e “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015). A tipificação do feminicídio como crime hediondo é significativa, em virtude de o Brasil ocupar a quinta colocação no ranking mundial de feminicídios, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa, conforme dados do Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015).

A análise dos excertos retirados dos livros didáticos evidencia, parcialmente, o processo de reivindicação, pelas mulheres, de direitos ao longo da história do Brasil. Segundo excertos, sobre a conquista de direitos pelas mulheres, “foram anos de longas batalhas políticas e jurídicas para que pudessem desfrutar dos direitos humanos básicos, como a igualdade e a liberdade” (LIVRO 3, p. 214).

As mulheres também são vinculadas aos direitos quando os livros didáticos falam da Greve de 1917, em São Paulo. Nesta greve, os trabalhadores de São Paulo pararam fábricas e exigiram melhorias nas condições de trabalho, entre elas a “abolição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos” (LIVRO 8, p. 90). Demais aspectos do trabalho das mulheres são abordados, “fábricas têxteis empregavam um grande número de crianças e mulheres, que recebiam salários mais baixos que o dos homens adultos que desempenhavam a mesma função” (LIVRO 4, p. 70).

Também em livros não didáticos o tema da abolição do trabalho noturno para as mulheres são abordados, tanto os sentidos econômicos quanto políticos. A historiadora Gláucia Fraccaro, em *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*,

apresenta a narrativa de que, quanto ao trabalho noturno para as mulheres, “a maior preocupação das entidades internacionais eram os baixos salários e a regulação das jornadas, que eram questões atadas à extensão do trabalho noite adentro” (FRACCARO, 2018, p. 197). No capítulo *Espaço feminino no mercado produtivo*, integrante do livro *Nova História das mulheres no Brasil*, as historiadoras Maria Izilda Matos e Andrea Borelli assinalam aspectos econômicos e políticos:

Entre 1917 e 1919, vinculadas a preocupações de ordem moral, apareceram as primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino, proibindo a jornada noturna das mulheres e a atividade durante o último mês de gravidez e o primeiro do puerpério. Contudo, essas medidas geraram ambiguidades e contradições; ao proteger as mulheres por considerá-las frágeis e vulneráveis, acabaram provocando demissões e dificultando a inserção feminina no mercado de trabalho, pois as mulheres passaram a ser vistas pelos empregadores também como mais onerosas (MATOS; BORELLI, 2018, p. 129).

Segundo os excertos dos livros didáticos, o trabalho feminino seria novamente regulamentado na Constituição de 1934. O discurso historiográfico presente nestes livros enfatiza que “vários artigos da Constituição de 1934 viriam beneficiar a mulher [...]. Estabelece-se que sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual [...]” (LIVRO 4, p. 154). No entanto, o excerto complementa a passagem assinalando que a proibição da diferenciação salarial não foi suficiente para impedir o desequilíbrio entre os salários de homens e mulheres que executavam as mesmas atividades. A justificativa dada pelos patrões seria a “de que ‘o trabalho fácil, feito por mulheres e crianças’ estava bem pago com uma remuneração inferior ao masculino” (LIVRO 4, p. 154, grifos no original).

Nos livros didáticos são abordadas as regulamentações referentes ao trabalho das mulheres, como o direito à licença-maternidade²⁵ (LIVRO 3, p. 217; LIVRO 4, p. 140) e a regulamentação²⁶ da “igualdade salarial entre homens e mulheres” (LIVRO 4, p. 140). Segundo o discurso historiográfico presente nos livros didáticos, a promulgação da Constituição Federal de 1988 instituiu que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sem distinção de qualquer natureza” (LIVRO 3, p. 214). No entanto, os livros didáticos evidenciam que “essa igualdade nem sempre existiu. Nossas antepassadas negras, brancas, mulatas ou indígenas eram, em sua maioria, subordinadas juridicamente aos homens e não contavam com políticas públicas de proteção contra a violência e a discriminação” (LIVRO 3, p. 214).

²⁵ O Art. 392 estabelece que: “É proibido o trabalho da mulher grávida no período de seis (6) semanas antes e seis semanas depois do parto” (BRASIL, 1943b).

²⁶ O Art. 5º da CLT reconhece que: “A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo” (BRASIL, 1943b).

Na abordagem das conquistas no campo da cidadania e dos direitos no século XXI, encontra-se, no discurso historiográfico, a informação de que, a partir de 2002²⁷, o “poder familiar sobre os filhos passa a ser exercido não só pelo pai, mas também pela mãe” (LIVRO 3, p. 217). No ano seguinte, primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria²⁸ Especial de Políticas para as Mulheres (LIVRO 8, p. 311). Em 2010 ocorre a ampliação²⁹ da licença-maternidade de 120 para 180 dias, a critério da empresa” (LIVRO 3, p. 217).

No discurso historiográfico, as mulheres também são apresentadas por meio da vinculação a atos coletivos. O ato coletivo pode ser um manifesto escrito, como o “Manifesto das mulheres de Goyana” (LIVRO 7, p. 207-208). Neste documento, conforme os livros didáticos, as autoras criticavam veemente o imperador D. Pedro I pelo uso da força para dissolver a Assembleia Constituinte, responsável pela formulação da primeira constituição do Brasil independente. Outro evento criticado no manifesto dizia respeito à prisão do jornalista Cipriano Barata (LIVRO 7, p. 207-208).

Os livros didáticos também abordam a participação de mulheres em atos coletivos realizados nas ruas. No século XX e no início do XXI, as mulheres brasileiras participaram de diversos atos coletivos, tais como: as marchas da Ação Integralista Brasileira (AIB) (LIVRO 4, p. 136); a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964 (LIVRO 8, p. 223); a Passeata dos Cem Mil, uma manifestação contrária à Ditadura Militar realizada em 1968 (LIVRO 8, p. 230); a Campanha da Anistia, no final da década de 1970 (LIVRO 8, p. 239); as manifestações favoráveis ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992 (LIVRO 8, p. 304); as manifestações ocorridas no Dia Internacional da Mulher em São Paulo nos anos de 2008 e 2010 (LIVRO 8, p. 154; LIVRO 7, p. 71); a Marcha das Margaridas, organizada por trabalhadoras rurais, ocorrida na Esplanada dos Ministérios em Brasília, no ano de 2011 (LIVRO 7, p. 151); e a Marcha Mundial das Mulheres, realizada na Avenida Paulista, em São Paulo, em 2013 (LIVRO 3, p. 214). O enunciado político da cidadania também é evidenciado nas lutas empreendidas pelas mulheres do campo, pelo direito à terra (LIVRO 7, p. 150) e nos movimentos feministas, alguns destes vinculados a agremiações políticas (LIVRO 3, p. 214).

Ao abordar o número de integrantes da AIB, um excerto descreve que o movimento político possuía “entre 500 mil e 800 mil militantes, 20% deles mulheres, a AIB tinha como

²⁷ Trata-se do Código Civil instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002).

²⁸ Esta secretaria possuía *status* de ministério, e tinha como objetivo promover a igualdade entre mulheres e homens (FONTES; MARCONDES, 2006, p. 5).

²⁹ Esta alteração é decorrente da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que criou o Programa Empresa Cidadã, destinado a tratar da prorrogação da licença-maternidade mediante a concessão de incentivo fiscal às empresas que aderirem ao programa (BRASIL, 2008).

lema principal ‘Deus, Pátria e Família’” (LIVRO 4, p. 136, grifos no original). Um outro excerto trata das meninas “com uniforme integralista em desfile da AIB” (LIVRO 4, p. 136), fato ocorrido no Rio de Janeiro em novembro de 1937 (LIVRO 4, p. 136). No livro didático, a Figura 4 recebeu a seguinte legenda: “Repare que o integralismo procurava recrutar mulheres e crianças, envolvendo, assim, toda a família, fato que contribuiu para a rápida expansão do movimento” (LIVRO 8, p. 144). Segundo o livro didático, a “reunião das ativistas que participaram do Congresso da Federação da Juventude Comunista da União Feminina do Brasil” (LIVRO 8, p. 145). Como se vê, o livro, tanto no que se refere à Juventude Comunista quanto ao Integralismo, apresenta as mulheres participando dos movimentos políticos.

Figura 4 - Meninas em desfile Integralista



Fonte: (LIVRO 8, p. 144).

Numa das linhas discursivas dos livros didáticos analisados, a cidadania das mulheres, na história do Brasil, é estreitamente relacionada com a possibilidade de votar³⁰ e poder ser votada. Até aproximadamente a metade do século XIX, “as mulheres não eram consideradas cidadãs e não podiam votar. Foram anos de longas batalhas políticas e jurídicas para que

³⁰ O direito ao voto pelas mulheres foi uma das principais campanhas do movimento feminista. Patrícia Galvão, a Pagu, utilizando o pseudônimo Mara Lobo, lança em 1933 o seu romance de estreia *Parque Industrial*. O romance proletário de Pagu, o primeiro do Brasil, está inserido no contexto da institucionalização do voto das mulheres no Brasil, revelando que, além da questão de gênero, os interesses de classe permeavam os discursos. Pagu expõe estas questões e a exclusão dos analfabetos do direito ao voto, conforme o Código Civil de 1932 (BRASIL, 1932), por meio de um diálogo em seu romance: “– O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo! – E as operárias? – Essas são analfabetas. Excluídas por natureza” (GALVÃO, 2018, p. 67, grifos da autora).

pudessem desfrutar dos direitos humanos básicos, como a igualdade e a liberdade” (LIVRO 3, p. 214). A conquista do direito ao voto dependeu da luta de diversas mulheres (LIVRO 8, p. 142). Bertha Lutz, bióloga, zoóloga de profissão, defensora da proteção do trabalho feminino e líder feminista é apresentada como uma delas (LIVRO 8, p. 142).

Bertha Maria Júlia Lutz é considerada, pelo discurso historiográfico das coleções analisadas, como a maior liderança na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras e sucessora de Leolinda Daltro no ativismo das mulheres no Brasil (LIVRO 8, p. 142). Influenciada pela campanha sufragista inglesa, Bertha Lutz reuniu esforços com outras pioneiras na luta pelo voto feminino, criando, em 1919, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher* (LIVRO 8, p. 142).

Em 1922, Bertha representou as brasileiras na assembleia-geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Somente dez anos depois do ingresso das brasileiras na Liga das Mulheres Eleitoras, em 1932, por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido o direito de voto feminino. Sucessora de Leolinda Daltro, fundadora da primeira escola de enfermeiras do Brasil, Bertha Lutz organizou o primeiro congresso feminista do país e, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho da mulher (LIVRO 8, p. 142).

O voto feminino seria estabelecido dez anos depois, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, por meio do Decreto³¹ n° 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, referente ao Código Eleitoral³² (LIVRO 3, p. 217; LIVRO 4, p. 153; LIVRO 8, p. 142).

Embora a legislação referente ao voto feminino tenha sido criada em 1932, duas exceções são apresentadas nos livros didáticos, ambas do final da década de 1920. Elas indicam a inserção de mulheres em eleições antes do Código Eleitoral ser decretado. Em 1927, “as mulheres votam pela primeira vez, no Rio Grande do Norte” (LIVRO 3, p. 217) e, em 1928, novamente no estado de Rio Grande do Norte, Alzira Soriano venceu a eleição para a prefeitura de Lajes. Alzira Soriano foi “a primeira mulher eleita para um cargo executivo no Brasil” (LIVRO 3, p. 217).

O discurso referente ao pioneirismo de Alzira Soriano na política não se restringe aos livros didáticos analisados. No livro *Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado*, Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil relatam que a campanha pelo voto para as potiguares foi liderada pelas sufragistas apoiadas pelo governador Juvenal Lamartine e seus aliados. Mas nem mesmo o apoio do governador Lamartine impediu que ofensas fossem desferidas contra a candidata Alzira Soriano. Os adversários relacionavam

³¹ Este decreto pôs fim à luta pelo voto feminino, iniciada na época do Brasil imperial (REZZUTTI, 2018).

³² No seu artigo Art. 2º, o decreto estipulava que: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na fôrma deste Codigo” (BRASIL, 1932). Grafia original do texto.

o envolvimento das mulheres na política com a prostituição. Alguns opositores à candidatura de Alzira Soriano procuraram os familiares dela para comunicar que não seria considerada uma boa conduta para uma mulher de família se envolver com a política. As ideias machistas, no entanto, não impediram que Soriano fosse eleita com 60% dos votos válidos. Por perder para uma mulher, seu adversário deixou o estado (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

A posse de Alzira Soriano ocorreu em 1º de janeiro de 1929 e seu governo transcorreu por quase dois anos. Por considerar a Revolução de 1930 antidemocrática, não aceitou o cargo de interventora, deixando assim a prefeitura (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). O discurso midiático também vincula Alzira Soriano com a entrada das mulheres na política brasileira. Em dois de novembro de 2010, logo após a eleição de Dilma Rousseff para a presidência da república, o portal de notícias G1 publicou uma matéria intitulada *82 anos antes de Dilma, Alzira Soriano abriu espaço feminino no Executivo*, na qual Alzira Soriano representa o pioneirismo da presença feminina na política, conforme atesta a foto (Figura 5) em que aparece com seu gabinete formado exclusivamente por homens (G1, 2010).

Figura 5 - Prefeita Alzira Soriano e membros de seu gabinete



Fonte: G1, 2010.

Assim como Alzira Soriano, Carlota Pereira de Queirós é mencionada pelo discurso historiográfico presente nas coleções analisadas pela vanguarda na política (LIVRO 3, p. 217). Em 1933, Carlota Pereira de Queirós foi “a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada no Brasil. Sua eleição foi fruto da luta das mulheres pelo voto feminino durante a

Primeira República” (LIVRO 3, p. 142). A vanguarda política de Carlota Pereira de Queirós pode ser constatada na Figura 6. Os livros didáticos também mencionam a líder sindical Almerinda Farias Gama, que foi a “primeira mulher representante classista a votar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte” (LIVRO 4, p. 135). A foto (Figura 7) de Almerinda Gama, tirada quando introduzia o seu voto na urna, em 20 de julho de 1933, “teve grande repercussão na imprensa e é até hoje uma imagem referencial. Assim, a datilógrafa é considerada uma das primeiras mulheres negras a ingressarem na política brasileira” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 88).

Figura 6 - Carlota Pereira de Queirós, única mulher na Assembleia Nacional Constituinte



Fonte: AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2014.

Figura 7 - Almerinda Gama votando na Assembleia Constituinte de 1933



Fonte: SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 86.

Nas obras analisadas, a Constituição de 1934 é apresentada como garantidora de direitos para as mulheres, em especial o direito ao voto³³ e à participação política (LIVRO 4, p. 135; LIVRO 4, p. 153), aspectos ignorados pela Constituição de 1891 (LIVRO 4, p. 54). Outra questão abordada no discurso historiográfico dos livros didáticos se refere à recepção, por parte da população, das mudanças presentes na carta constitucional.

Para muitos, inclusive mulheres, as recentes conquistas femininas na política, no direito, no trabalho, representavam uma ameaça. [...] temiam que as novas ocupações as fizessem desinteressar-se pelos assuntos domésticos. Temiam a desestruturação da família [...]. As próprias mulheres [...] que participaram das [...] conquistas da mulher [...] afirmavam que as mudanças não significavam uma ruptura brusca e completa com o passado, com a forma de organização da vida social e com os valores tradicionais que nortearam suas existências até então (LIVRO 4, p. 135).

No entanto, após a garantia do voto das mulheres pela Constituição de 1934, “as mulheres passaram a ter importância cada vez maior na política” (LIVRO 8, p. 143), como foi o caso da eleição de Dilma Vana Rousseff à presidência da república em 2010. Os livros didáticos destacam que Dilma Rousseff foi “ativista política durante o regime militar (1964-1985)” (LIVRO 4, p. 260) e ministra da Casa Civil durante os governos do petista Luiz Inácio Lula da Silva, o qual a indicou para sucedê-lo na presidência da república (LIVRO 4, p. 259). A disputa pela presidência teve, em seu segundo turno, a concorrência entre Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (LIVRO 4, p. 259).

Recebendo cerca de 55 milhões de votos, número correspondente a 56% do total de votos válidos, “Dilma se tornou a primeira mulher eleita presidente da república do Brasil” (LIVRO 4, p. 259). Dilma Rousseff “tomou posse na presidência da república prometendo dar continuidade aos programas sociais desenvolvidos por seu antecessor, bem como prosseguir com a política de estabilidade econômica e de fortalecimento do mercado interno” (LIVRO 4, p. 260). Assim, “no seu discurso de posse, em janeiro de 2011, a presidenta prometeu lutar para eliminar a pobreza extrema e fazer o Brasil continuar crescendo e gerando empregos” (LIVRO 8, p. 317).

Segundo os livros didáticos, a eleição de Dilma Rousseff à presidência da república deveu muito à influência de Lula, sendo ele quem “lançou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república. Apesar de desconhecida pela maioria do eleitorado, a então ministra

³³ No entanto, o direito do voto para as mulheres, assim como para os homens, estava vinculado ao exercício de uma função pública remunerada, conforme o Art. 109: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (BRASIL, 1934).

da Casa Civil despontou como favorita à sucessão presidencial” (LIVRO 4, p. 259). Em outro excerto encontra-se a informação de que:

Os resultados obtidos pelo governo Lula na economia, na área social e na política externa contribuíram para elevar sua popularidade; ele terminou seu mandato com 80% de aprovação, conseguindo com isso influenciar as eleições presidenciais de 2010, que deram a vitória à candidata apoiada por ele, Dilma Rousseff, do PT (LIVRO 8, p. 316).

No discurso analisado, é exposto que “vários pontos positivos podem ser destacados durante o governo Dilma” (LIVRO 4, p. 260). Exemplo disso foi a criação, em 2013, do “Programa Mais Médicos que, entre outras ações, facilitou a chegada de médicos estrangeiros para trabalhar em postos de saúde de cidades pequenas durante três anos” (LIVRO 8, p. 319). Em setembro deste mesmo ano, após a aprovação do Parlamento, “Dilma assinou a importante Lei que destina 75% dos royalties da exploração do petróleo e do gás natural para a Educação e os 25% restantes para a Saúde” (LIVRO 8, p. 319). Ainda em 2013, o “Brasil sediou a Copa das Confederações e, no ano seguinte, a Copa do Mundo, um evento no qual o governo Dilma empenhou dinheiro e esforço” (LIVRO 8, p. 319). Em 2014, “enquanto transcorria a Copa, a presidenta Dilma aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual estabeleceu que no prazo de 10 anos o governo deve aplicar ao menos 10% do PIB em Educação, sendo 7% até o 5º ano (pouco mais que o investimento atual que é de 6,4%)” (LIVRO 8, p. 320).

Os livros didáticos também abordam pontos negativos do governo de Dilma Rousseff: “Denúncias envolvendo ministros do governo abalaram o primeiro ano do governo Dilma, sendo sete deles substituídos nos treze primeiros meses” (LIVRO 4, p. 260). Ao falar sobre as acusações contra os ministros da presidente Dilma, é evidenciado que os ministros foram denunciados por praticarem ilegalidades, “como enriquecimento ilícito e recepção de propina para favorecer determinadas empresas” (LIVRO 8, p. 318). Este excerto também relata que até o fim do primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, sete ministros deixaram o governo (LIVRO 8, p. 318). No campo econômico, no terceiro ano de seu mandato, teve início uma queda na atividade econômica, “apesar de o governo lançar novos estímulos fiscais e financeiros para animar a economia, a desaceleração econômica persistiu e cresceu a insatisfação popular” (LIVRO 8, p. 318).

A presença de Dilma Rousseff nas eleições e, posteriormente, na presidência, suscitou um debate que, pela hegemonia da presença masculina, não havia sido levantado até aquele momento. Trata-se da defesa de Dilma Rousseff em utilizar a forma lexical *presidenta*, em detrimento da tradicional e neutra forma lexical *presidente* (RUBIO; TORRES, 2018). Os

livros didáticos assinalam a presença das duas formas lexicais. Algumas passagens utilizam a forma *presidenta* (LIVRO 8, p. 317; LIVRO 8, p. 320), enquanto outras, a forma *presidente* (LIVRO 4, p. 259; LIVRO 8, p. 317; LIVRO 8, p. 318).

O tema *presidente* ou *presidenta* não se encontra apenas no discurso dos livros didáticos analisados, podendo ser encontrado em outros discursos, tendo sido amplamente explorado pelo discurso midiático. Alguns títulos de notícias disponíveis em *sites* e portais de notícia atestam o interesse do discurso midiáticos no assunto: *A presidente ou presidenta*, artigo de Sérgio Nogueira (2010) para o portal G1; *Presidente ou presidenta, qual o certo?*, artigo de Camila Pati (2013) para o *site* Exame; *Presidente ou presidenta?*, artigo de Araci Reis França (2010) para o *site* da Revista Época; *O que é correto: presidenta ou presidente?*, artigo de Maicon Bock (2010) para o *site* do jornal Diário Catarinense. Em 19 de novembro de 2010, após a vitória nas urnas de Dilma Rousseff, mas antes de sua posse, o *site* do Governo do Brasil (2010), publicou um texto intitulado *Uso da palavra “Presidenta”*, o qual observa que:

A norma culta da língua portuguesa acata as duas formas como corretas e aceitáveis. De acordo com o dicionário Houaiss, “presidenta” é o feminino de presidente, embora seja menos usual. Já o dicionário Aurélio diz que a palavra pode ser usada no masculino e feminino, apontando “presidenta” como “esposa do presidente” ou “mulher que preside”. Ou seja, a escolha seguirá critérios subjetivos e pode variar de acordo com a preferência da própria candidata eleita e de outros setores, como órgãos de imprensa e população em geral (GOVERNO DO BRASIL, 2010, grifos do autor).

Os livros didáticos ressaltam também que a presidenta Dilma Rousseff buscou a reeleição em 2014, sendo que a “disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do Povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil, foi acirrada, com acusações de lado a lado” (LIVRO 8, p. 320). Após o final das apurações do segundo turno das eleições, “Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves” (LIVRO 8, p. 320). No discurso da vitória, aqui reproduzido com base no discurso midiático, Dilma Rousseff fez referência às dificuldades ocorridas durante a campanha, a vitória apertada e ao cenário pós-eleição que a presidenta desejava.

Não acredito, sinceramente, que essas eleições tenham dividido o país ao meio. Entendo, sim, que elas mobilizaram ideias e emoções, às vezes contraditórias, mas movidas por um sentimento comum: a busca de um futuro melhor para o país. [...] Em lugar de ampliar divergência, de criar um fosso, tenho forte esperança de que a energia mobilizadora tenha me perpetrado um bom terreno para construção de pontes (ROUSSEFF *apud* GAZETA DO POVO, 2014).

Os livros didáticos apresentam a trajetória das mulheres na política até a presidência da república, mas também assinalam que a “representação feminina no poder não acompanha a emancipação observada em outras áreas da sociedade. Apesar do cargo máximo da

República ser ocupado por uma mulher, a participação feminina brasileira nas esferas do poder ainda é baixa” (LIVRO 5, p. 160). O discurso dos livros analisados apresenta porcentagens para apresentar a quantidade de mulheres no poder político, no momento em que os livros foram escritos, relatando que, “embora representem 51,7% dos eleitores brasileiros, a participação das mulheres na Câmara dos Deputados é de 9%, número semelhante aos 10% registrados no Senado. São Paulo, a maior cidade do País, possui os mesmos 9% de vereadoras na Câmara Municipal” (LIVRO 5, p. 160). O número de mulheres no comando de prefeituras de capitais também é baixo, “das 26 capitais, somente duas têm mulheres como prefeitas” (LIVRO 5, p. 160). A explicação para esta desigualdade no número de mulheres e homens em cargo políticos, além da tradição machista na política no Brasil, também se deve à organização dos partidos políticos, visto que os partidos “são controlados por homens, que dão pouco espaço para as mulheres estruturarem suas campanhas” (LIVRO 5, p. 160).

Muitos dos direitos que as mulheres possuem atualmente, tais como o de votar e ser votada, o de ter acesso à educação, o direito de não ser violentada pelos companheiros, bem como o de receber salários iguais aos dos homens ao desempenhar atividades iguais, foram conquistados após décadas de reivindicações. No entanto, a presença de direitos na constituição, no código penal, na CLT etc, não impede que, em uma sociedade marcada pelos valores patriarcais, as mulheres encontrem dificuldades para efetivar a cidadania plena.

5 FINALIZANDO - ACHADOS DA PESQUISA

O tema da pesquisa, conforme visto na Introdução, é *O discurso sobre as mulheres nos livros didáticos de História utilizados nos anos finais do ensino fundamental*. A partir dele desenvolveu-se, no capítulo 2, *Discurso em Foucault*, uma revisão bibliográfica referente à análise do discurso na arqueologia e na genealogia foucaultiana. Neste capítulo, apresentou-se o modo como a arqueologia e a genealogia seriam utilizadas nesta dissertação, relacionando, assim, o tema desta pesquisa com os escritos de Michel Foucault, ou seja a utilização das táticas arqueológica e genealógica na pesquisa com livros didáticos de História, sob a ótica de seu discurso sobre as mulheres.

O capítulo 3, *Gênero e Historiografia*, analisou o processo de constituição das mulheres como um objeto merecedor da pesquisa em História. No subcapítulo *As mulheres na historiografia*, por meio da revisão bibliográfica, percebeu-se que, embora atualmente as mulheres sejam consideradas objeto de pesquisa para a historiografia, ainda predominam as pesquisas centradas nos interesses políticos e públicos, com enfoque ainda muito masculino, motivo pelo qual as mulheres pouco aparecem. Este terceiro capítulo também tratou das discussões que envolvem a constituição de epistemologias feministas, evidenciando o quanto elas são relevantes na pesquisa historiográfica, pois elas assinalam diferentes modos de olhar para a história. São maneiras de pesquisar que privilegiam outras fontes, outras narrativas e outras vivências.

No capítulo 4, apresentou-se a análise dos livros didáticos de História, a partir da identificação prévia das passagens em que estes falam das mulheres na história do Brasil. Tais passagens foram organizadas no Quadro 5 (Apêndice A), possibilitando uma análise de tais excertos, buscando identificar os enunciados com os quais os livros tratam o tema das mulheres. Foram identificados dois grupos de enunciados: *Enunciado econômico do trabalho* e *Enunciados Políticos - cidadania*. Este é um achado da pesquisa que merece destaque. A identificação destes grupos de enunciados se deu por meio da análise arqueológica do discurso historiográfico. A presença destes enunciados assinala a regularidade, no interior do nosso regime de verdades, da formação discursiva que fala das mulheres na história do Brasil. Os dois grupos de enunciados, conforme se assinalou na análise, estão internamente relacionados, sobretudo na medida em que se evidenciam que a temática política, onde situamos a cidadania, estão relacionados ao processo de admitir a mulher como trabalhadora, profissional, tanto do ponto de vista de sua qualificação quanto da normatização de sua atuação profissional. Isto assinala que as mulheres passam a ser valorizadas na historiografia,

bem como nos demais espaços discursivos, a partir de seu valor econômico. A mulher, como sujeito social, adquire visibilidade a partir do momento em que seu corpo passa a ser inscrito no regime econômico de produção capitalista.

Com base nas análises das coleções escolhidas, as análises arqueológica e genealógica evidenciaram a produção de verdades sobre as mulheres nas narrativas apresentadas nos 8 livros analisados. O discurso historiográfico presente nestas coleções, ao falar das mulheres na história do Brasil, está amparado em formações discursivas que não estão delimitadas ao discurso historiográfico. Este discurso integra saberes de outros campos do saber, como o econômico, o jurídico, o midiático, o estatal, entre outros. Os efeitos de verdade que as narrativas sobre as mulheres produzem são validados por meio da adesão, por parte das Secretárias de Educação, escolas, professoras/es e alunas/os das coleções oferecidas pelo PNLD.

No processo de constituição da escola pública no Brasil, ao longo de sua história, o livro didático se tornou um dos principais materiais de estudo e de apoio às/aos professoras/es. Tornou-se também o principal espaço de articulação concreta do currículo escolar. Neste sentido, o livro didático é, enquanto modelo de reprodução social, econômica e cultural, um objeto de disputa por diversos agentes. Tais disputas materializam os interesses políticos, ideológicos e técnicos da formação, expressos nas decisões do Estado e nos negócios que mobilizam os interesses das editoras.

Por meio da análise genealógica, a produção dos livros didáticos pelas editoras e a distribuição destes pelo Estado é entendida como normatizadora e reguladora de práticas e de subjetividades, principalmente no interior da instituição escolar. Como efeito de normatizações, de práticas e de subjetividades colocadas em funcionamento pela editoração dos livros didáticos, e pela validação destes pelo Estado, notou-se o aparecimento de um modelo de mulher, a saber, a mulher economicamente ativa e possuidora de direitos. Neste sentido, os embates políticos e jurídicos atravessam a constituição das mulheres como sujeitos históricos, estabelecendo o que pode ou não ser dito sobre as mulheres no discurso historiográfico atual. Ainda sobre os livros didáticos, assinalamos um achado decorrente da análise. Observou-se que, na história do Brasil, um número significativo de autoras, estudiosas da História em geral e das mulheres em particular, tiveram seus estudos utilizados como fonte de pesquisa e citações por quem escreveu os livros didáticos.

Ao longo da análise dos grupos de enunciados, verificou-se a presença dos mesmos enunciados que falam das mulheres nos livros didáticos em outros campos do saber. As formações discursivas que tratam das mulheres na história do Brasil nas coleções escolhidas

não estão delimitadas aos discursos historiográficos e educacionais. Ao cotejar produções da pesquisa histórica, que não os livros didáticos, verificou-se a materialidade dos mesmos enunciados identificados nas coleções escolhidas. Diversos excertos tiveram seus conteúdos encontrados em publicações oficiais do Estado, legislações, artigos de jornais, textos literários, textos de análise jurídica e em demais publicações. Ao retomar o terceiro objetivo específico, *relacionar os enunciados presentes nos livros didáticos com os enunciados sobre as mulheres presentes em outros espaços discursivos, tais como livros sobre história das mulheres, jornais etc, por meio da análise genealógica*, foi possível identificar elementos do discurso que engendram verdades sobre as mulheres. Neste sentido, por meio do aporte metodológico da arqueologia e da genealogia foucaultiana, os objetivos almejados nesta pesquisa foram alcançados.

Mas, como toda pesquisa em espaços institucionais, como os Programas de Pós-Graduação regulados pela CAPES, tem data de início e prazo para finalizar, esta pesquisa deixa nitidamente a sensação que termina bem antes de seu final. Muitas questões relativas ao tema e à questão das mulheres nos livros didáticos, nas práticas escolares, nos currículos, na vida social, familiar, política, entre outras, ficam para pesquisas futuras, de outras e outros pesquisadores e em um possível doutorado.

REFERÊNCIAS

A) MATERIAL EMPÍRICO DE ANÁLISE NA PESQUISA

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 108 p.

[LIVRO 1] APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Araribá plus: História 6º Ano**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014. 224 p.

[LIVRO 2] APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Araribá plus: História 7º Ano**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014. 240 p.

[LIVRO 3] APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Araribá plus: História 8º Ano**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014. 240 p.

[LIVRO 4] APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Araribá plus: História 9º Ano**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014. 280 p.

[LIVRO 5] BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 6º Ano**. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. 448 p.

[LIVRO 6] BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 7º Ano**. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. 448 p.

[LIVRO 7] BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 8º Ano**. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. 448 p.

[LIVRO 8] BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 9º Ano**. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. 464 p.

B) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Poeta explica por que comemorar Dia da Consciência Negra em 20 de novembro**. 2008. Disponível em: <<https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/220420/poeta-explica-por-que-comemorar-dia-da-consciencia-negra-em-20-de-novembro>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Mulheres na política: uma realidade ainda distante**. 2014. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/mulheres-na-politica-uma-realidade-ainda-distante/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana; CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa de; QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. **A arqueogenealogia de Foucault como ferramenta para problematizar a formação de professores na educação especial**. In: Congresso brasileiro multidisciplinar de educação especial, 5., 2009, Londrina. Anais. Londrina: Online, 2009. p. 9 - 6. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/002.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. In: RAGO, Margareth; MARTINS, Adilton L. Dossiê Foucault. **Revista Aulas**, n. 3, dezembro, 2006. p. 1-24.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap. 2. p. 31-46.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 408 p.

BOCK, Maicon. **O que é correto: presidenta ou presidente?** 2010. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2010/10/o-que-e-correto-presidenta-ou-presidente-3094237.html>>. Acesso em: 25 maio 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

BRASIL. **Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição de 1988**. 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. 1943b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Rio de Janeiro: Retirar, 1943a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm>. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932: **Decreta o Código Eleitoral**. 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império**. 1827. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850: **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971a. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002: **Institui o Código Civil.** 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008: **Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.** 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. PEC 30/2007. **Dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, ampliando para 180 (cento e oitenta) dias a licença à gestante.** 2007. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=347174>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Resolução nº 8/71, de 1º de dezembro de 1971b, do CFE. **Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v25n1-2/0034-7167-reben-25-02-0176.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 237 p.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 110- 127.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática.** São Paulo: LTr, 2007. 176 p.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 159 p.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 477 p.

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. A primeira Chefe de Estado do Brasil: D. Maria I, a louca?. **Cadernos Aslegis**, Brasília, v. 51, p.151-170, 2014.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 37-47, 1995.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da; ARAS, Lina M. Brandão de. Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: Avanços, dilemas e desafios. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 29 e 30, p.10-19, 2014. Semestral.

CORREIO Braziliense. **Diferença salarial entre homens e mulheres atinge todas as classes sociais**. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/08/internas_economia,741635/diferenca-salarial-homens-e-mulheres-atinge-todas-as-classes-sociais.shtml>. Acesso em: 08 mar. 2019.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 7-10.

DONATO, Hernâni. **História dos usos e costumes do Brasil: 500 anos de vida cotidiana**. São Paulo: Melhoramentos, 2005. 384 p.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 168 p. (Coleção Educadores).

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008. 384 p.

ÉPOCA Negócios. **Em 15 anos, número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobra**. 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/03/em-15-anos-numero-de-familias-chefiadas-por-mulheres-mais-que-dobra.html>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 316 p.

FERNANDES, Maria da Penha. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012. 240 p.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. Cap. 6. p. 141-188.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993. 249 p.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

FNDE. **Livro Didático:** Histórico. Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>>. Acesso em:
05 ago. 2018.

FNDE. **Programas do livro:** Dados estatísticos. 2017. Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>>.
Acesso em: 25 set. 2018.

FOLHA DE S.PAULO. **Mulher em cargo de chefia chega a ganhar um terço do salário de um homem.** 2019. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/mulher-em-cargo-de-chefia-chega-a-ganhar-um-terco-do-salario-de-um-homem.shtml>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; MARCONDES, Lourdes Maria Antonioli (Orgs.). **Plano nacional de políticas para as mulheres.** Brasília: Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2006. 23 p. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a. 74 p.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006. p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p. Tradução de: Maria Ermantina Galvão.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin:** O diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** A vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b. 175 p.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a. Cap. 2. p. 55-86.

FOUCAULT, Michel. “O Nascimento de um Mundo”. In.: **Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos:** Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres:** feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018. 236 p.

FRANÇA, Araci Reis. **Presidente ou presidenta?** 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI176658-18176,00-PRESIDENTE+OU+PRESIDENTA.html>>. Acesso em: 25 maio 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** São Paulo: Global, 2012.

G1. **82 anos antes de Dilma, Alzira Soriano abriu espaço feminino no Executivo.** 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/11/80-anos-antes-de-dilma-alzira-soriano-abriu-espaco-feminino-no-executivo.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

G1. **Mulheres ganharam 20,5% menos que os homens em 2018, diz IBGE.** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/08/mulheres-ganharam-795-da-renda-dos-homens-em-2018-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial.** São Paulo: Linha A Linha, 2018. 191 p.

GAZETA DO POVO. **Cresce número de mulheres chefes de família no Brasil.** 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/cresce-numero-de-mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-91hfqmt0aordacg8isbn2usin/>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

GAZETA DO POVO. **Reeleita, Dilma pede união e diz que irá liderar reforma política.** 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/reeleita-dilma-pede-uniao-e-diz-que-ira-liderar-reforma-politica-eff1pv5jid9e3yxju8drj428e/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

GIMBO, Fernando. A arqueologia de Foucault entre estrutura e história. **Dois Pontos: Revista dos departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade de São Carlos, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p.73-88, mar. 2017.** Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/48573>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. **Uso da palavra "Presidenta".** 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/11/uso-da-palavra-presidenta>>. Acesso em: 25 maio 2019.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História.** 13. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 443 p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p.7-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.7-31, 1993.

IBGE. **Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem.** 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

INFOMONEY. **Mulheres só ganharão o mesmo que homens em 202 anos, diz Fórum Econômico Mundial.** 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/salarios/noticia/7973632/mulheres-so-ganharao-o-mesmo-que-homens-em-202-anos-diz-forum-economico-mundial>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

IPEA. **O Ipea: Quem Somos.** 2019a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68>. Acesso em: 04 mar. 2019.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça:** Apresentação. 2019b. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça:** Chefia de família. 2019c. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em: 04 mar. 2019.

JORNAL DO SENADO. **Assinada a Lei Áurea.** 1888. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf> <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista?: Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos**, Fortaleza, v. 18, p.95-106, 2017. Semestral.

KRAEMER, Celso. **Ética e liberdade em Michel Foucault:** Uma leitura de Kant. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011. 340 p.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 313 p.

LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Orgs.). **Compêndio de epistemologia.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 40-44.

DE LUCA, Tania Regina. Livro didático e Estado: Explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **A História na escola:** Autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Cap. 7. p. 151-172.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 204 p.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p. 7-34.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 6. p. 126-147.

MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: MELO, Hildete Pereira de et al (Org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 277-289. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=639-vol10feministas-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasília). **Guia de livros didáticos PNLD 2017 - Anos Finais do Ensino Fundamental: História**. 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/8813-guia-pnld-2017>>. Acesso em: 08 set. 2018.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: Narrativas e leituras no ensino de História. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **A História na escola: Autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Cap. 8. p. 175-199.

MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma degenerada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932. 265 p.

NOGUEIRA, Sérgio. **A presidente ou presidenta**. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/a-presidente-ou-presidenta.html>>. Acesso em: 25 maio 2019.

PATI, Camila. **Presidente ou presidenta, qual o certo?**: Diogo Arrais, professor de língua portuguesa do Damásio Educacional, acaba de uma vez por todas com a polêmica a respeito do uso da forma presidenta. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/presidente-ou-presidenta-qual-o-certo/>>. Acesso em: 25 maio 2019.

O GLOBO. **Desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior na faixa dos 40 anos**. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/desigualdade-salarial-entre-homens-mulheres-maior-na-faixa-dos-40-anos-23506416>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 141 p.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e Educação: Bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis: Vozes, 2016. 136 p.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1995. p. 9-28.

PERROT, Michelle. Michel Foucault e a história das mulheres. In: PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005. Cap. 23. p. 489-503.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. 190 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-11.

POLETTI, Ronaldo. **Constituições brasileiras**: Volume III: 1934. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

PORTAL APRENDIZ. “**A Delegacia de Defesa da Mulher é parte da política de enfrentamento à violência**”, diz socióloga. 2019. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/01/22/a-delegacia-da-defesa-da-mulher-e-parte-da-politica-de-enfrentamento-a-violencia-diz-sociologa/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. 156 p.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 280 p.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 25-37.

RAGO, Margareth. Feminismos e História: um encontro com o passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, 2011.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: Leya, 2018. 320 p.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A História na escola**: Autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 352 p.

RUBIO, Cássio Florêncio; TORRES, Fábio Fernandes. Presidente ou presidenta? Com a palavra os senadores e as senadoras da República Federativa do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 491-524, 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. Cap. 6. p. 89-120.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder**: trajetória na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. 512 p.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 568 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2013. 152 p.

SCOTT, Joan Walach. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres. 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 1995. 19 p.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Cap. 3. p. 63-95.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu (3)**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/UNICAMP, 1994, p. 11-27.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 12. p. 399-429.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 77-87, 1998.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. **Extraordinárias:** mulheres que revolucionaram o Brasil. São Paulo: Seguinte, 2017. 208 p.

SOUZA, Laura de Mello e. Pobres, rudes e ameaçadores. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. Cap. 5. p. 311-317.

STEARNS, Peter N.. **História das relações de gênero.** São Paulo: Contexto, 2007. 256 p.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a História:** uma introdução teórico metodológica. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2012. 144 p.

VALOR Econômico. **Número de lares chefiados por mulheres sobre de 23% para 40% em 20 anos.** 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 160 p.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. **Pensar diferentemente a História:** o olhar genealógico de Michel Foucault em Vigiar e Punir. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. 79 p.

APÊNDICE A – Quadro de excertos

Quadro 5 - Excertos que falam das mulheres nos livros didáticos de História

p.	Excerto
LIVRO 1, p. 18	Nasci em Aparecida do Norte [...]. Com três anos de idade já estava aqui em São Paulo. Com dez anos comecei a trabalhar numa oficina de costura, na Rua Apa [...], lá na Santa Cecília. Ganhava cinco mil-réis por mês. As meninas varriam a sala, juntavam os alfinetes do chão, arrumavam as linhas nas caixas. Com doze anos, comecei a trabalhar na oficina de costura na Rua Duque de Caxias. Ganhava um pouquinho mais, uns dez mil-réis por mês, para trabalhar desde às oito horas até as sete horas da noite. Era pouquíssimo. Depoimento de dona Alice. In: BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 104-105.
LIVRO 1, p. 23	Por isso, com a escola francesa, novos temas começaram a ser estudados, como a história das mulheres, das crianças, da morte, dos doentes mentais, entre outros.
LIVRO 1, p. 31	Uma professora aposentada, com algumas economias e a ajuda dos filhos, decide parar de trabalhar. Como não precisa acordar cedo para entrar às 7h no colégio, pode acordar quando o Sol aparecer no céu ou quando seu relógio biológico a despertar. E como não está presa ao calendário escolar, pode ir à praia com as amigas na época de menos chuvas ou de menos gente.
LIVRO 1, p. 34	Indicação de filme: <i>Narradores de Javé</i> . Direção de Eliane Caffé.
LIVRO 1, p. 37	Sylvie Baussier.
LIVRO 1, p. 52	Os especialistas do Iphan acreditam que é importante preservar o modo pelo qual essas mulheres fazem as panelas em vez de apenas coletar alguns exemplares prontos e exibi-los em um museu. Dessa forma, eles esperam que essa profissão continue existindo no futuro. Texto de O ofício das paneleiras de Goiabeiras. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em www.iphan.gov.br . Acesso em 11 set. 2013. Fonte citada no original.
LIVRO 1, p. 56	Wilma Ramos.
LIVRO 1, p. 56	Patrícia Coelho Patrício.
LIVRO 1, p. 69	No século XX, novas escavações levaram à descoberta de um crânio feminino de aproximadamente 11.500 anos. Ao ser examinado, na década de 1990, o crânio foi batizado de Luzia e ganhou o apelido carinhoso de “a primeira brasileira”, por ser parte do esqueleto humano mais antigo encontrado até o momento no Brasil. A reconstituição científica do rosto de Luzia revelou traços muito parecidos com os dos atuais africanos e aborígenes australianos, distintos, portanto, dos traços dos povos de origem mongoloide.
LIVRO 1, p. 69	Na década de 1970, escavações dirigidas pela arqueóloga Niède Guidon no município de São Raimundo Nonato, no Piauí, levaram à descoberta de centenas de artefatos de pedra lascada e pedaços de carvão vegetal. O sítio arqueológico Boqueirão da Pedra Furada, onde ocorreram os achados, é um abrigo de paredes rochosas cobertas por mais de mil pinturas e grafismos rupestres. Os objetos ali encontrados teriam mais de 50 mil anos e, segundo a pesquisadora, teriam sido feitos quando grupos humanos

	habitavam uma área de floresta tropical úmida, em que viviam animais como gliptodontes e preguiças-gigantes.
LIVRO 1, p. 69	Declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1991, o Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, é um triunfo da arqueologia brasileira. Fundado pela arqueóloga Niède Guidon, ele preserva o maior conjunto de pinturas rupestres do mundo, algumas de até 12 mil anos de idade.
LIVRO 1, p. 70	A atividade ceramista era exercida provavelmente por mulheres.
LIVRO 1, p. 70	Imagens femininas aparecem com frequência nas peças da arte ceramista das culturas amazônicas. Para alguns autores, isso seria um indício do poder social das mulheres nessas culturas ou ainda evidenciaria a realização de cultos em homenagem a divindades femininas.
LIVRO 1, p. 71	Luzia, um crânio feminino de aproximadamente 11.500 anos, é parte do mais antigo esqueleto humano encontrado na América. As feições de Luzia revelaram semelhanças com os povos africanos e os aborígenes australianos, indicando que o grupo humano do qual Luzia fazia parte não originou os atuais indígenas brasileiros.
LIVRO 2, p. 80	Legenda de imagem - Baiana serve acarajé, vatapá, caruru e outros pratos da culinária afro-brasileira. Salvador, 2009.
LIVRO 2, p. 172	Em geral, o trabalho era dividido conforme o sexo e a idade. As mulheres semeavam, plantavam e cuidavam da colheita; fabricavam farinhas, especialmente de mandioca, fiavam e teciam, além de cuidarem das crianças.
LIVRO 2, p. 172	Muitas sociedades indígenas eram matrilineares, o que significa que a criança, ao nascer, recebia um nome que a ligava à família de sua mãe. Em outros casos, o parentesco podia ser estabelecido a partir do pai (patrilinear).
LIVRO 2, p. 172	Os casamentos, em geral, aconteciam entre membros de uma mesma tribo e, em certos grupos, os guerreiros tinham direito a ter mais de uma esposa. [...] Durante um ano e meio, mães e filhos não se separavam.
LIVRO 2, p. 172	Primeiro, o prisioneiro era levado à aldeia, onde podia integrar-se à rotina do lugar. Ele devia ser bem tratado e alimentado por uma mulher, que lhe era cedida como companheira temporária.
LIVRO 2, p. 179	Indicação de filme - Caramuru: a invenção do Brasil. O português envolve-se com a índia Paraguaçu e com sua irmã Moema, e forma com elas um triângulo amoroso.
LIVRO 2, p. 180	Temos pais, mães e filhos a quem amamos, mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados. Texto de LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil [1578]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 169-170. Fonte citada no original.
LIVRO 2, p. 183	Janice Theodoro da Silva.
LIVRO 2, p. 189	Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e fouce que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Texto de ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1982. p. 28. Disponível em www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf . Acesso em 2

	ago. 2014. Fonte citada no original.
LIVRO 2, p. 189	As escravas, além do trabalho no eito, realizavam uma série de atividades domésticas para os senhores de engenho.
LIVRO 2, p. 190	Era frequente haver nas fazendas teares domésticos para a fabricação desses tecidos, tarefa geralmente executada por escravas.
LIVRO 2, p. 191	Legenda de imagem - Os atores Lázaro Ramos e Taís Araújo em evento na cidade do Rio de Janeiro, em 2009.
LIVRO 2, p. 193	Exemplos que comprovariam essa integração teriam sido, segundo Freyre, as brincadeiras compartilhadas entre crianças negras e filhos de senhores no cotidiano do engenho, o aleitamento de crianças brancas pelas amas de leite negras e o forte intercâmbio cultural entre africanos e portugueses na colônia.
LIVRO 2, p. 193	Segundo eles, o grande número de mestiços, por exemplo, é uma evidência do controle que os senhores exerciam sobre as escravas, pois os filhos eram gerados em relações paralelas, não eram reconhecidos pelo pai e cresciam como cativos.
LIVRO 2, p. 204	Escravos agrediam escravos em disputas por mulher, para entregá-los a capitães do mato ou para roubá-los. Mulheres escravas faziam da sedução sexual de homens livres o caminho para o bem-estar e a liberdade. [...] várias delas conseguiram sair do sufoco da senzala. Texto de GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1991.v. 23. p. 121. (Série Temas - Sociedade e política). Fonte citada no original.
LIVRO 3, p. 29	Glória Kok.
LIVRO 3, p. 37	Sinopse do filme <i>A missão</i> . O filme narra a história de Rodrigo Mendoza, um ex-trafficante de escravos que se penitencia por ter assassinado o próprio irmão pelo amor de uma mulher.
LIVRO 3, p. 46	Maria Efigênia Lage de Resende.
LIVRO 3, p. 48	Um dos mais conhecidos foi João Fernandes de Oliveira, que se apaixonou pela escrava Chica da Silva.
LIVRO 3, p. 48	Francisca da Silva, ou Chica da Silva, como ficou conhecida, é uma das figuras mais famosas e polêmicas do século XVIII. Descrita como uma negra belíssima e sedutora, Chica nasceu escrava, conquistando sua alforria em 1753. Ela manteve um relacionamento estável por quinze anos com João Fernandes de Oliveira, com quem teve 13 filhos. Chica da Silva ocupou lugar de destaque na sociedade do período. Doou dinheiro a diversas ordens religiosas, forneceu recursos para a construção de igrejas e manteve um nível de vida bastante luxuoso, mesmo após a partida de João Fernandes, em 1770, para Portugal.
LIVRO 3, p. 55	Laura de Mello e Souza.
LIVRO 3, p. 56	Ao pesquisar as camadas sociais pobres de Minas Gerais, a historiadora Laura de Mello e Souza analisou a figura das mulheres escravas no cotidiano das vilas e cidades mineiras. Elas podiam trabalhar como ambulantes ou em vendas que atendiam escravos e brancos pobres. Esses locais tornaram-se pontos de encontro, lazer, namoro e solidariedade.
LIVRO 3, p. 56	As vendas das quitandeiras foram motivo de frequentes queixas dos moradores e alvos da repressão das autoridades, que as acusavam de serem locais de brigas, bebedeiras, transação de ouro e diamantes roubados e atos imorais. As vendas das quitandeiras foram motivo de frequentes queixas dos moradores e alvos da repressão das autoridades, que as acusavam de serem locais de brigas, bebedeiras, transação de ouro e diamantes roubados

	e atos imorais.
LIVRO 3, p. 56	As chamadas negras quitandeiras constituíram um caso comum de escravos de ganho nas Minas Gerais.
LIVRO 3, p. 56	Muitas libertas, ao contrário, conseguiram aproveitar a relação que tinham com seus antigos senhores para ascender economicamente. Algumas chegaram a se tornar donas de tabuleiros e das vendas de secos e molhados e até mesmo a comprar a alforria de seus maridos.
LIVRO 3, p. 63	Maria Leôncia de Resende.
LIVRO 3, p. 78	No Brasil, dados da Pnad mostram que, em 2012, as mulheres recebiam cerca de 72,9% do salário pago aos homens.
LIVRO 3, p. 143	Por ordem de D. Maria I, a então rainha de Portugal, em 1790 iniciou-se o processo contra os conjurados, registrado nos Autos da devassa contra a Inconfidência Mineira, que durou até 1792. Ao todo, 34 réus foram acusados de inconfidência, ou seja, de infidelidade à monarquia portuguesa.
LIVRO 3, p. 146	Em 8 de março de 1808, o navio que transportava o príncipe D. João e a rainha D. Maria I atracou no porto do Rio de Janeiro.
LIVRO 3, p. 146	D. João tornou-se príncipe regente em 1792, quando sua mãe enlouqueceu. Ele só foi aclamado rei em 1818, dois anos após a morte da rainha.
LIVRO 3, p. 156	A Constituição de 1824 considerava cidadãos aqueles que nasciam no Brasil, mesmo com pai estrangeiro; os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em outro país, mas que viviam no Brasil [...].
LIVRO 3, p. 158	Em 2012, os restos mortais de D. Pedro I e de suas duas esposas, Dona Leopoldina e Dona Amélia, que estavam no Parque da Independência, na cidade de São Paulo, foram exumados por uma equipe de pesquisadores e cientistas.
LIVRO 3, p. 158	Descobriu-se, por exemplo, que D. Pedro I tinha quatro costelas fraturadas, o que poderia ter agravado sua tuberculose, e que Dona Amélia havia sido mumificada.
LIVRO 3, p. 160	Lilia Moritz Schwarcz.
LIVRO 3, p. 162	Legenda de imagem - Mulheres do povo Kamayurá enfileiradas para a dança do Yamuricumã. Município de Gaúcha do Norte, Mato Grosso, 2012.
LIVRO 3, p. 163	A guerra [...] justa consistia na invasão armada dos territórios indígenas, pelas tropas de guerra, com o objetivo de capturar o maior número de pessoas, incluindo mulheres e crianças. Fonte do texto: FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. <i>Educação Pública</i> , 8 maio 2007. Disponível em www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0039_09.html . Acesso em 21 ago. 2014. Fonte citada no original.
LIVRO 3, p. 191	Foi a ação da Guarda Nacional que pôs fim ao maior levante de escravos ocorrido na região de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense. Liderada pelo ferreiro africano Manoel Congo e sua companheira Marianna Crioula, a revolta começou em novembro de 1838, na Fazenda Freguesia, com a fuga de cerca de 80 escravos. A revolta se espalhou para outras fazendas, incentivando novas fugas.
LIVRO 3, p. 197	Isabel Marson.
LIVRO 3, p. 198	Para o Paraguai, o conflito foi uma catástrofe. O país teve de arcar com

	uma pesada dívida de guerra, além de ter boa parte de suas terras anexadas pelos vencedores. Sua população foi reduzida a um quinto, a maior parte composta de mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças.
LIVRO 3, p. 202	Miriam Dolhnikoff.
LIVRO 3, p. 205	Kátia de Queirós Mattoso.
LIVRO 3, p. 206	Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre) – 1871 – declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos a partir daquela data. As crianças livres ficariam com suas mães até os 8 anos de idade.
LIVRO 3, p. 207	Diante dessa situação, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, que substituía provisoriamente o pai D. Pedro II no trono, assinou a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil.
LIVRO 3, p. 208	A abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, é vista, no imaginário de grande parte dos brasileiros, como resultado da iniciativa da princesa Isabel.
LIVRO 3, p. 208	Wlamyra R. de Albuquerque.
LIVRO 3, p. 213	Joseli Maria Nunes Mendonça.
LIVRO 3, p. 214	De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sem distinção de qualquer natureza. Porém, essa igualdade nem sempre existiu. Nossas antepassadas negras, brancas, mulatas ou indígenas eram, em sua maioria, subordinadas juridicamente aos homens e não contavam com políticas públicas de proteção contra a violência e a discriminação.
LIVRO 3, p. 214	A legislação relativa à família, em vigor ao longo do século XIX, datava do período colonial e era pautada pela ideologia patriarcal. Segundo essas leis, o marido poderia cometer atos de violência contra a esposa, quando julgasse necessário discipliná-la; a mulher não tinha o direito de trabalhar fora do lar ou estudar e, em caso de separação legal, não podia ficar com a guarda dos filhos. Além disso, o homem tinha o direito de administrar as propriedades que pertenciam à esposa.
LIVRO 3, p. 214	Embora representassem quase metade da população do Brasil na primeira metade do século XIX, as mulheres não eram consideradas cidadãs e não podiam votar. Foram anos de longas batalhas políticas e jurídicas para que pudessem desfrutar dos direitos humanos básicos, como a igualdade e a liberdade.
LIVRO 3, p. 214	Somente em 2006, no entanto, é que se institucionalizou uma política nacional de combate à violência contra a mulher, com a criação da Lei Maria da Penha. Essa lei prevê proteção e assistência jurídica às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.
LIVRO 3, p. 214	Apesar de a Lei Maria da Penha ter sido uma grande conquista, muitas mulheres continuam sendo vítimas da violência cotidiana. Tal fato evidencia que, mais difícil que mudar a legislação, é transformar a mentalidade da nossa sociedade, ainda muito contaminada pelos valores patriarcais. A conquista dessa transformação se constitui hoje uma das principais demandas do movimento feminista, que se encontra organizado e fortalecido em diversas agremiações políticas.
LIVRO 3, p. 214	Legenda de imagem - Marcha Mundial das Mulheres na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Foto de agosto de 2013.
LIVRO 3, p. 215	Nas famílias patriarcais brasileiras do Nordeste colonial, a mulher branca tinha o estatuto jurídico de propriedade do seu marido, assim como os

	escravos e as terras. No espaço doméstico, ela devia ser submissa e dócil, e sua função era cuidar da casa, dos filhos e do marido.
LIVRO 3, p. 215	No Sul e no Sudeste do Brasil era mais comum a existência de famílias nucleares, menos extensas. Nessas regiões, muitas mulheres chefiavam seus lares porque eram viúvas ou tinham maridos ausentes, que viajavam muito a trabalho. Segundo relatos de viajantes do século XIX, muitas mulheres do Rio Grande do Sul comandavam estâncias e, muitas vezes, proviam sozinhas a sobrevivência da família.
LIVRO 3, p. 215	Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro cresceu e a vida das mulheres das elites começou a mudar. As casas das famílias mais ricas tornaram-se locais de encontros entre familiares e amigos e, de tempos em tempos, eram abertas para realizar jantares e festas.
LIVRO 3, p. 215	Ao longo do século XIX, com o crescimento das cidades e a veiculação de hábitos burgueses, as mulheres mais abastadas passaram, aos poucos, a frequentar teatros, cafés, bailes e outros divertimentos que agitavam a vida social nos principais centros urbanos. As mulheres da elite do Rio de Janeiro, por exemplo, passaram a aprender música, dança e francês.
LIVRO 3, p. 215	Algumas mulheres chegaram a assumir os negócios dos maridos, como a mineira Joaquina do Pompéu. Quando seu marido faleceu, em 1804, Joaquina tomou conta de suas terras, cabeças de gado e escravos. Ela foi anfitriã de estrangeiros que vieram ao Brasil a serviço de D. João VI e chegou a enviar bois para as tropas de D. Pedro I, na Bahia, em 1822.
LIVRO 3, p. 215	Em 1827, as mulheres alcançaram uma grande conquista. Em outubro desse ano, uma lei determinou a criação de estabelecimentos de ensino voltados para o público feminino em cidades e vilas mais populosas. Nessas escolas, elas aprendiam a ler, a escrever e a realizar operações aritméticas e prendas domésticas, além de estudar princípios da moral cristã.
LIVRO 3, p. 215	Das 54 novas escolas criadas em Minas em 1828, apenas 10 [...] eram destinadas ao contingente feminino. Essa tendência continuou ao longo de todo o século XIX. Nas primeiras décadas, cerca de 8% do público escolar era composto de meninas, ao passo que no final do período imperial (1889) esse número subiu para 35%. Ainda assim, havia resistência das famílias. Para muitas delas, a saída das filhas de casa representava riscos de corrupção moral; para outras, as jovens eram indispensáveis nos serviços domésticos e em outras atividades que auxiliassem na manutenção familiar. Texto de JINZENJI, Mônica Yumi. Filhas da Constituição. Revista de História da Biblioteca Nacional, 1º ago. 2011. Disponível em www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/filhas-da-constituicao . Acesso em 1º ago. 2014. Fonte citada no original.
LIVRO 3, p. 215	O jornal O mentor das brasileiras (1829-1832), de São João del-Rei (MG), costumava noticiar assuntos relacionados às escolas de meninas e informar os dias das provas. Esses anúncios eram acompanhados de apelos para que os pais garantissem a presença das filhas, já que as ausências eram frequentes e consideráveis, chegando a cerca de 50%. Texto de JINZENJI, Mônica Yumi. Filhas da Constituição. Revista de História da Biblioteca Nacional, 1º ago. 2011. Disponível em www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/filhas-da-constituicao . Acesso em 1º ago. 2014. Fonte citada no original.

LIVRO 3, p. 215	Legenda de foto – Senhora na liteira com dois escravos, Bahia, 1860.
LIVRO 3, p. 216	Legenda de imagem - Quitandeiras de diversas qualidades, pintura de Jean-Baptiste Debret, 1826. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.
LIVRO 3, p. 216	Se nos primeiros anos do século XIX as mulheres brancas sofriam com a falta de liberdade e o menosprezo à sua capacidade intelectual, os problemas e estigmas sociais que afetavam as mulheres negras, principalmente as escravas, eram ainda mais graves. Elas não tinham direitos e eram vistas apenas como propriedade de seus senhores.
LIVRO 3, p. 216	Em geral, as negras escravizadas, principalmente nas províncias do Nordeste, trabalhavam na lavoura e nos serviços domésticos. Nas casas, elas trabalhavam como tecelãs, fiandeiras, rendeiras, costureiras, cozinheiras etc.
LIVRO 3, p. 216	Também era muito comum a existência das amas de leite, escravas obrigadas a amamentar os filhos das senhoras brancas. Esse tipo de exploração da mulher negra era tão frequente que jornais do século XIX anunciavam diariamente o aluguel de escravas para essa função.
LIVRO 3, p. 216	Nas áreas urbanas, as cativas também podiam ser vendedoras. As negras quitandeiras, nome pelo qual eram conhecidas, andavam pelas ruas ou ficavam instaladas nas casas de comércio, onde vendiam diversas mercadorias. Outra prática muito comum de exploração praticada pelos proprietários era a prostituição de jovens escravas.
LIVRO 3, p. 216	As negras escravizadas eram vítimas de castigos violentos praticados diariamente pelos senhores. Elas estavam sujeitas ao estupro e, muitas vezes, também eram perseguidas pelas sinhás, que as submetiam aos mais diferentes tipos de castigos físicos, como analisa o sociólogo Gilberto Freyre em sua obra Casa-grande e senzala.
LIVRO 3, p. 216	As negras escravizadas, porém, resistiam de várias formas ao cativeiro. Era comum negar a maternidade ou praticar abortos para evitar que seus filhos sofressem como elas. Nas casas-grandes, as cativas chegaram a praticar atos de violência contra senhores cruéis, como o envenenamento.
LIVRO 3, p. 216	Como vendedoras ambulantes, as escravas tinham certa liberdade de circulação. Por isso, conseguiam ser um meio de comunicação, integração e resistência das populações negras locais. Muitas vezes, as quitandeiras ajudavam nas fugas de escravos e na formação de quilombos.
LIVRO 3, p. 216	Nesse contexto, surgiram personagens esquecidos pela historiografia. Uma destas anônimas foi Maria Felipa de Oliveira, possível descendente de sudaneses, marisqueira e moradora da Ilha de Itaparica. Se era escravizada, liberta ou livre não se sabe. Em 1823, por volta dos seus 20 anos, liderou cerca de quatro dezenas de mulheres, conhecidas como ‘vendetas’, homens e índios na queima de 42 embarcações de guerra portuguesas que estavam aportadas na Praia do Convento, prontas para atacar e dominar Salvador. [...] na memória dos moradores da Ilha de Itaparica, esta heroína negra da independência da Bahia permanece viva como símbolo de bravura e coragem. Texto de SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Mulheres negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. p. 84. Fonte citada no original.
LIVRO 3, p. 217	Uma das primeiras mulheres no Brasil a reivindicar direitos para as mulheres e a publicar um livro sobre o assunto foi Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), mais conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nascida no Rio Grande do Norte, Nísia foi obrigada a se casar

	aos 13 anos, mas logo se separou. Mais tarde, apaixonou-se por um acadêmico, com quem teve dois filhos.
LIVRO 3, p. 217	Nísia Floresta estreou como escritora em 1831, no jornal pernambucano Espelho das Brasileiras, no qual divulgou seus primeiros artigos sobre a condição das mulheres em diferentes culturas. No ano seguinte, publicou seu primeiro livro, Direitos das mulheres e injustiça dos homens. Ela criticava a ideia de superioridade dos homens e desejava mostrar que as mulheres eram inteligentes e capazes de exercer diversas atividades.
LIVRO 3, p. 217	Anos mais tarde, no Rio de Janeiro, Nísia tornou-se educadora, fundou e dirigiu um colégio feminino. Por sua trajetória, Nísia Floresta atualmente é considerada a primeira feminista brasileira.
LIVRO 3, p. 217	1927 - As mulheres votam pela primeira vez, no Rio Grande do Norte. 1928 - Alzira Soriano é a primeira mulher eleita para um cargo executivo no Brasil, no município de Lajes, no Rio Grande do Norte. 1932 - Regulamentação do voto feminino. 1933 - Eleita a primeira deputada brasileira, Carlota Pereira de Queirós. 1943 -Direito à licença-maternidade de 4 semanas antes e 8 semanas depois do parto. 1985 - Criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher. 1988 - Instituição da igualdade de direitos entre homens e mulheres. 2002 - O poder familiar sobre os filhos passa a ser exercido não só pelo pai, mas também pela mãe. 2006 - Criação da Lei Maria da Penha para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2010 - Ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias, a critério da empresa.
LIVRO 4, p. 51	Legenda de imagem – Ao centro estão o imperador D. Pedro II e sua filha, a princesa Isabel.
LIVRO 4, p. 53	Caso D. Pedro II morresse, herdaria o trono a princesa Isabel, casada com o Conde d’Eu, um francês muito criticado pelos republicanos.
LIVRO 4, p. 54	A Constituição não determinava que o voto deixava de ser secreto nem fazia menção às mulheres, o que, pela tradição, as excluía do direito ao voto.
LIVRO 4, p. 61	A crença de que o monge ressuscitaria levou ao surgimento das “cidades santas”, comandadas por meninas que, segundo se acreditava, tinham visões e recebiam instruções diretamente de José Maria.
LIVRO 4, p. 62	Lampião, sua companheira, Maria Bonita, e mais nove cangaceiros foram mortos e decapitados pela polícia.
LIVRO 4, p. 70	Legenda de imagem – Operárias da Tecelagem Mariângela, das Indústrias Reunidas F. Matarazzo. Cidade de São Paulo, década de 1920. As fábricas têxteis empregavam um grande número de crianças e mulheres, que recebiam salários mais baixos que o dos homens adultos que desempenhavam a mesma função.
LIVRO 4, p. 70	A jornada de trabalho variava entre 14 e 16 horas diárias, não havia cobertura médica ou indenização por acidente de trabalho, direito a férias remuneradas, salário mínimo e qualquer proteção ao trabalho infantil ou feminino.
LIVRO 4, p. 70	Os melhores salários eram pagos aos trabalhadores mais qualificados. No setor metalúrgico, por exemplo, fundidores, caldeireiros e mecânicos eram mais bem pagos. As mulheres e as crianças, por sua vez, trabalhavam principalmente no setor têxtil, onde a exigência por mão de obra qualificada era menor. Em 1920, a participação das mulheres nas indústrias de tecidos chegava a 58% do total de empregados no setor.

LIVRO 4, p. 72	A Semana de 1922, como também ficou conhecida, reuniu intelectuais, pintores, como Anita Malfatti e Emiliano Di Cavacanti [...].
LIVRO 4, p. 73	(Sobre o livro <i>Lampião e Maria Bonita</i>) O cordel sugerido narra a vida dos cangaceiros Lampião e Maria Bonita.
LIVRO 4, p. 130	Legenda de imagem – <i>Operários</i> , pintura de Tarsila do Amaral, 1933.
LIVRO 4, p. 130	Aryana Trad.
LIVRO 4, p. 130	A importância crescente dos trabalhadores urbanos também foi sentida e representada pelas diversas expressões artísticas, como se pode notar nesta tela da pintora paulista Tarsila do Amaral.
LIVRO 4, p. 133	Difundidas pelo quartéis do Brasil na década de 1920, suas propostas pregavam o voto secreto e feminino, a moralização política e a reforma do ensino público.
LIVRO 4, p. 135	A nova lei apresentou muitos avanços democráticos em relação à Constituição anterior. No sistema eleitoral, ela instituiu o voto secreto e extensivo à mulher que exercia função pública remunerada.
LIVRO 4, p. 135	A nova carta constitucional proibiu a diferença salarial para o exercício da mesma função, estabeleceu regras para o trabalho dos menores e das mulheres e instituiu as férias e o descanso semanal remunerados.
LIVRO 4, p. 135	A mulher e a política.
LIVRO 4, p. 135	A Constituição de 1934 formalizou o direito das mulheres à participação política nacional.
LIVRO 4, p. 135	Até mesmo parcelas da população feminina se sentiam apreensivas com as conquistas democráticas do período.
LIVRO 4, p. 135	“Para muitos, inclusive mulheres, as recentes conquistas femininas na política, no direito, no trabalho, representavam uma ameaça. [...] temiam que as novas ocupações as fizessem desinteressar-se pelos assuntos domésticos. Temiam a desestruturação da família [...]. As próprias mulheres [...] que participaram das [...] conquistas da mulher [...] afirmavam que as mudanças não significavam uma ruptura brusca e completa com o passado, com a forma de organização da vida social e com os valores tradicionais que nortearam suas existências até então. [...] A mulher brasileira, portanto, [...] deveria atuar no mundo moderno capitalista acumulando uma dupla função: a de dona de casa e educadora dos filhos e a de cidadã consciente de seus deveres e responsável pelo destino da pátria.” ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Revista de Estudos Avançados, v. 17, n. 49, set.-dez. 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300009&script=sci_artext . Acesso em 28 mar. 2014. Fonte citada no original.
LIVRO 4, p. 135	Rita de Cássia Barbosa de Araújo
LIVRO 4, p. 135	Legenda de imagem – Almerinda Farias Gama, primeira mulher representante classista a votar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, julho de 1933.
LIVRO 4, p. 136	Reunindo entre 500 mil e 800 mil militantes, 20% deles mulheres, a AIB tinha como lema principal “Deus, Pátria e Família”.
LIVRO 4, p. 136	Legenda de imagem – Meninas com uniforme integralista em desfile da AIB. Rio de Janeiro, novembro de 1937.
LIVRO 4, p. 136	O líder comunista Luís Carlos Prestes foi condenado a trinta anos de prisão. Sua companheira, a judia alemã Olga Benário, foi detida e deportada para a Alemanha, onde morreu num campo de concentração

	nazista.
LIVRO 4, p. 138	Maria Celina d'Araújo (Livro A Era Vargas).
LIVRO 4, p. 140	Igualdade salarial entre homens e mulheres.
LIVRO 4, p. 140	Proibição do trabalho da mulher 6 semanas antes e 6 semanas depois do parto.
LIVRO 4, p. 140	De Minas Gerais, Amerida, que havia prestado concurso público, pedia para ser nomeada para o cargo e, assim, poder morar com o marido em Diamantina.
LIVRO 4, p. 141	Indicação de leitura – Livro: <i>Olga</i> de Fernando Morais
LIVRO 4, p. 143	Maria Helena Capelato.
LIVRO 4, p. 143	Lucília Delgado.
LIVRO 4, p. 152	Cláudia de Castro Lima.
LIVRO 4, p. 153	A Constituição de 1934 formalizou o direito de voto às mulheres, estabelecido pela reforma eleitoral de 1932, e instituiu medidas que beneficiavam os trabalhadores.
LIVRO 4, p. 154	Vários artigos da Constituição de 1934 viriam beneficiar a mulher [...]. Estabelece-se que sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual [...]. No entanto, a lei do salário igual por trabalho igual não impedia o desnivelamento entre honorários masculinos e femininos. [...] A justificativa era de que “o trabalho fácil, feito por mulheres e crianças” estava bem pago com uma remuneração inferior ao masculino. Citação de <i>Nosso Século. 1930-1945: a era de Vargas</i> . São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 100, v. 3. Fonte citada no original.
LIVRO 4, p. 156	Claro, o Estado Novo torturou e liquidou comunistas, promovia desfiles em estádios ao som de portentosos orfeões [...] e entregou Olga Benário, mulher de Prestes, judia e grávida, para a morte certa na Alemanha. Citação de Olívio Tavares de Araújo. <i>A “absolvição” de Portinari</i> . O Estado de S.Paulo, 31 jul. 2011. Disponível em www.estadao.com.br . Acesso em 6 jun. 2014. Fonte citada no original.
LIVRO 4, p. 157	Annateresa Fabris.
LIVRO 4, p. 210	No tênis feminino, Maria Esther Bueno tornou-se a melhor do mundo em 1959, depois de vencer os torneios de Wimbledon e o Aberto dos Estados Unidos.
LIVRO 4, p. 212	Jânio proibiu o uso dos biquínis e os desfiles em concursos de <i>miss</i> com maiôs cavados.
LIVRO 4, p. 217	Legenda de imagem – Zé Kéti e Nara Leão em apresentação do show <i>Opinião</i> , no Rio de Janeiro, em dezembro de 1964.
LIVRO 4, p. 219	O depoimento de uma militante presa. “Filho é superior a tudo. A mãe se dá muito pro filho e ele precisa dela”. Depoimento de Jovelina Tonello, militante da VPR. In: CARVALHO, Luiz Maklouf. <i>Mulheres que foram à luta armada</i> . São Paulo: Globo, 1988. p. 160-161. Fonte citada no original.
LIVRO 4, p. 219	Legenda de imagem – A criança de camiseta branca é Ernesto Carlos Nascimento, filho de Jovelina Tonello.
LIVRO 4, p. 225	Os atores iniciavam a peça com a seguinte frase: “O elenco dedica a obra a todos os homens e mulheres que morreram e morrem na luta pela liberdade”.
LIVRO 4, p. 230	Heloisa Helena Pacheco Cardoso
LIVRO 4, p. 259	Diante desse quadro de aprovação, Lula lançou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república. Apesar de desconhecida pela maioria

	do eleitorado, a então ministra da Casa Civil despontou como favorita à sucessão presidencial. No final de 2010, Dilma se tornou a primeira mulher eleita presidente da república do Brasil ao vencer o candidato José Serra, do PSDB, no segundo turno das eleições, com cerca de 55 milhões de votos, ou 56% do total de votos válidos.
LIVRO 4, p. 260	Em janeiro de 2011, Dilma Vana Rousseff tomou posse na presidência da república prometendo a continuidade aos programas sociais desenvolvidos por seu antecessor, bem como prosseguir com a política de estabilidade econômica e de fortalecimento do mercado interno. Vários pontos positivos podem ser destacados durante o governo Dilma.
LIVRO 4, p. 260	Denúncias envolvendo ministros do governo abalaram o primeiro ano do governo Dilma, sendo sete deles substituídos nos treze primeiros meses.
LIVRO 4, p. 260	Legenda de imagem – Dilma Rousseff no dia de sua posse. Brasília, DF, 2011. Ativista política durante o regime militar (1964-1985), Dilma foi a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil.
LIVRO 4, p. 264	As ações afirmativas são políticas públicas ou privadas que visam combater diferentes formas de discriminação, que podem ser de raça, gênero, idade, condição social, origem étnica ou por deficiência.
LIVRO 4, p. 264	O aumento do número de idosos se deve a dois fatores principais: o aumento da expectativa de vida do brasileiro, que em 2013 era de 75 anos, e a queda da taxa de fecundidade no país, que nos últimos 50 anos passou de 6,2 filhos por mulher para 1,7 filho.
LIVRO 4, p. 265	Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro operário que chegou à presidência no Brasil, e Dilma Rousseff, a primeira mulher.
LIVRO 4, p. 269	Paola Andressa Scortegagna.
LIVRO 4, p. 269	Rita de Cássia da Silva Oliveira.
LIVRO 5, p. 17	Legenda de imagem - A entrevista é um exemplo de fonte oral. A menina grava e depois transcreve a entrevista.
LIVRO 5, p. 20	A História não é feita apenas pelos grandes personagens (reis, generais, presidentes), mas por todos nós, isto é, por pessoas como eu, você, sua professora, a diretora, o prefeito etc.; por grupos como o dos artesãos, dos idosos, dos soldados, dos ricos, das mulheres, das crianças etc.; e por instituições sociais como a Igreja, a Câmara dos Deputados, o Exército etc. Assim pode-se dizer que você, eu, sua professora, seus parentes, os artistas, os políticos, a Igreja e o Exército... todos nós, portanto, somos sujeitos da História.
LIVRO 5, p. 20	"A gente quer que nossos filhos vivam num país melhor. Por isso, fomos construindo coletivamente esse movimento, com outros pais, pelas redes sociais. [...]", disse Marina. [...] Já alfabetizada, Dora Dorigo, de 6 anos, pintava um coração de vermelho, num cartaz de próprio punho onde pedia mais paz e amor. A mãe de Dora, a <i>designer</i> Lida Rubinstein, elogiou o ato infantil. Texto de MENDONÇA, Alba Valéria. Crianças fazem manifestação no Aterro, no Rio. G1, Rio de Janeiro, 24 jun. 2013. Disponível em: < http://gtglobo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/criancas-fazem-nmanifestacao-no-aterro-no-rio.html >. Acesso em: 17 nov. 2014. Fonte citada no original.
LIVRO 5, p. 24	Legenda de imagem - Crianças entrevistando uma médica no município de São Paulo (SP), 2013.
LIVRO 5, p. 30	Há também quem caçoe de um indígena porque este usa botoque nos lábios, ou de uma muçulmana porque ela anda com o rosto coberto.

LIVRO 5, p. 31	Cecília Londres.
LIVRO 5, p. 31	Natália Guerra Brayner.
LIVRO 5, p. 31	Legenda de imagem – Dançarina de frevo, Recife (PE), 2007.
LIVRO 5, p. 34	Legenda de imagem – Irmãs kalapalos abrindo pequi, Querência (MT), 2012.
LIVRO 5, p. 43	Natália Guerra Brayner.
LIVRO 5, p. 46	Circe M. F. Bittencourt.
LIVRO 5, p. 48	Roseana Murray.
LIVRO 5, p. 57	Artesã produzindo blusa de crochê em Jericoacoara, Ceará, 2013.
LIVRO 5, p. 61	Legenda de imagem - Artesã pertencente à Associação das Paneleiras de Goiabeiras fabricando uma panela de barro em Vitória (ES), 2011.
LIVRO 5, p. 76	Em 1999, o arqueólogo brasileiro Walter Neves revelou ao mundo o fóssil mais antigo de toda a América: o crânio de uma mulher que viveu há cerca de 11.500 anos. O cientista brasileiro batizou-a de Luzia (em homenagem a Lucy).
LIVRO 5, p. 77	Legenda de imagem - À direita em primeiro plano, crânio de Luzia. Pesquisadores acreditam que o crânio é o fóssil humano mais antigo encontrado nas Américas. O modelo em segundo plano é a reconstituição das feições de Luzia, produzida a partir de imagens de computador. Segundo alguns pesquisadores, Luzia pertenceu a um grupo que viveu nas Américas 3 mil anos antes da população indígena.
LIVRO 5, p. 77	Os estudos de Niède Guidon - Já para a arqueóloga Niède Guidon, há provas de que a presença humana em São Raimundo Nonato, no Piauí, é muito antiga. Ela e sua equipe descobriram no sítio arqueológico de Pedra Furada pedaços de carvão e de pedra lascada que teriam pelo menos 50 mil anos. Segundo ela, tais vestígios são prova suficiente da presença humana na América desde aquela data. Outros cientistas, porém, não aceitaram as provas apresentadas por Niède Guidon, dizendo que o carvão encontrado por ela pode ter sido produzido por incêndios florestais e que as lascas de pedra podem ser resultado do esfacelamento das rochas; ou seja, esses materiais seriam resultado de fenômenos naturais, e não da ação humana. Em 2006, porém, o cientista francês Eric Boeda comprovou que os artefatos de pedra encontrados pela arqueóloga brasileira foram feitos por seres humanos que viveram onde hoje é o Brasil entre 33 e 58 mil anos atrás. Ganhou força, assim, a tese de Guidon de que a presença do homem na América é muito mais antiga do que se pensa. Parte da comunidade científica aceitou sua tese; outra parte, no entanto, continua se opondo a ela.
LIVRO 5, p. 78	Niède Guidon e sua luta - Niède Guidon nasceu em Jaú (São Paulo), doutorou-se em Arqueologia na França e pesquisa sítios situados no Piauí desde 1973. Sua luta e determinação levaram à criação do Parque Nacional Serra da Capivara, em 1979, no município de São Raimundo Nonato, no Piauí. Anos depois, para administrar o parque foi criada a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), onde se encontram milhares de pinturas rupestres, restos de fogueiras, urnas funerárias e ossadas de animais "pré-históricos". Atualmente, Niède Guidon luta para transformar o Parque Nacional Serra da Capivara em um grande centro turístico.
LIVRO 5, p. 83	Segundo a arqueóloga Anna Roosevelt, os povos da região amazônica começaram a praticar a agricultura há cerca de 7 mil anos.
LIVRO 5, p. 84	Muitas de suas urnas funerárias eram representações do corpo feminino, o

	que, para alguns pesquisadores, demonstra a importância que as mulheres tinham na sociedade marajoara.
LIVRO 5, p. 97	Entre os indígenas, algumas tarefas são feitas pelos homens e outras pelas mulheres; crianças e idosos ajudam conforme sua força e capacidade.
LIVRO 5, p. 98	Família extensa - Família constituída não apenas por pai, mãe e filhos, mas também por avós, avôs, primos, sobrinhos, netos e outros parentes.
LIVRO 5, p. 98-99	Veja o que uma estudiosa diz sobre a infância, a adolescência e a fase adulta de um(a) indígena. [...] Qualquer que seja a sociedade indígena onde você tenha nascido, [...] você foi tratado com extremo carinho e recebeu dos velhos uma atenção especial. Suas irmãs mais velhas carregaram você para todo lado. E, antes, quando bem pequenino (ou será "pequenina"?), você não desgrudava de sua mãe. [...] Ela tinha um jeito de carregar você para onde ela fosse. Lugar de criança pequena, nas aldeias indígenas, é sempre perto da mãe. Mas agora, com 4 ou 5 anos, você já pode se arriscar um bocadinho. Já começa a formar grupinhos, com o pessoal do seu tamanho. [...]. Por enquanto, as brincadeiras são ali mesmo, aos olhos da mãe, da avó, das tias, do pai, do avô, dos tios. [...] Ainda não dá para se arriscar a grandes distâncias. Lá pelos seus 7, 8 anos, aí sim! Haja mato e arquinho, peixinho e caça de bicho pequenino; passarinho e árvore para subir e rio para nadar e o mundo para conhecer! Principalmente se você for menino, com menos atribuições domésticas que suas irmãs... A vida das crianças acontece num cenário "de verdade". [...] De verdade e não de "mentirinha". Cozinham mesmo, caçam mesmo, coletam mesmo, transportam mesmo os produtos colhidos na roça. [...]. Texto de SILVA, Aracy Lopes da. Índios . São Paulo: Ática, 1998. p. 23-24.
LIVRO 5, p. 100	Em algumas sociedades, e principalmente para a mulher, a vida adulta começava muito cedo.
LIVRO 5, p. 100	Aracy Lopes da Silva.
LIVRO 5, p. 105	Valeria Maria A. Adissi.
LIVRO 5, p. 160	Mulheres na política - Representação feminina no poder não acompanha emancipação observada em outras áreas da sociedade. Apesar do cargo máximo da República ser ocupado por uma mulher, a participação feminina brasileira nas esferas do poder ainda é baixa. [...] Embora representem 51,7% dos eleitores brasileiros, a participação das mulheres na Câmara dos Deputados é de 9%, número semelhante aos 10% registrados no Senado. São Paulo, a maior cidade do País, possui os mesmos 9% de vereadoras na Câmara Municipal. No Poder Executivo, a situação não é diferente: das 26 capitais, somente duas têm mulheres como prefeitas. [...] Para o professor [...] José Eustáquio Diniz Alves, o fenômeno [...] decorre [...] do modo como os partidos são organizados: "Eles são controlados por homens, que dão pouco espaço para as mulheres estruturarem suas campanhas", diz. PORTAL Brasil. Mulheres na política. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica >. Acesso em: 12 dez. 2014.
LIVRO 5, p. 244	Zélia Cavalcanti.
LIVRO 5, p. 291	[...] historiadora Maria Luiza Corassin, da Universidade de São Paulo.
LIVRO 6, p. 78	Margareth Menezes (Salvador, 13 de outubro de 1962) é cantora, compositora e produtora musical. Autora de momentos marcantes para a música popular brasileira, Margareth, nos seus mais de 20 anos de carreira,

	tornou-se popular pela potente voz. Viajou a todos os continentes, contabilizando 20 turnês mundiais e 12 álbuns lançados. Os álbuns Eligibô e Kindala alcançaram, respectivamente, a 1ª e 2ª posição da <i>Billboard World Albums</i> .
LIVRO 6, p. 89	A entrevista a seguir foi concedida por Nathane, uma menina de 14 anos. Não tenho vergonha de ser quem eu sou: negra. Meninas Black Power - Como foi que você percebeu que precisava mudar a forma como lidava com seus cabelos? Nathane - Sempre alisei mas não tinha satisfação. Um dia faltei a aula para ir ao salão alisar o cabelo e soube pelos meus amigos que vocês (Meninas Black Power) tinham ido à escola. Fiquei triste por não ter encontrado vocês mas fiquei curiosa pra saber do que falavam. MBP - Qual foi a sua sensação quando viu tantas mulheres crespas juntas? N - Me senti enganada. Sempre ouvi que meu cabelo era feio e vi em vocês que era mentira. Vi que eu não precisava ter vergonha do meu cabelo. MBP - Como foi conversar com seus pais sobre a transição e a sua vontade de usar os cabelos crespos? N - Minha mãe aceitou bem, mas meu pai teve muito receio porque eu já fui muito triste por causa do meu cabelo. Eu tinha um "complexo", não queria sair de casa e ele ficou preocupado que esse "complexo" voltasse. [...] MBP - Quais os desafios você acha que vai enfrentar usando seu cabelo natural? N - Críticas, preconceitos, vou ter que enfrentar as pessoas que acham que eu tenho que ter cachos. Tenho primas que têm cachos, isso é visto com bons olhos, e as pessoas não conseguem entender [...]. Acho que preferem não me ouvir. Não quero relaxar, nem cachinhos feitos no salão, quero meu cabelo natural como ele é. Não tenho vergonha de ser quem eu sou: negra. Texto de MELQUIADES, Jaciana. Quem é a menina Black Power? Meninas Mack Power, 1º ago. 2014. Disponível em: < http://meninasblackpower.blogspot.com.br/2014/10/guem-e-a-menina-black-power.html >. Acesso em: 28 maio 2015. Fonte citada no original.
LIVRO 6, p. 90	Legenda de imagem – [...] judoca Sarah Menezes, do Brasil, competindo nos Jogos Olímpicos de 2012.
LIVRO 6, p. 239	Cada casa era habitada não apenas por pai, mãe e filhos, mas também avós, avôs, primos, sobrinhos, netos e outros membros da família (família extensa).
LIVRO 6, p. 276	Segundo, porque, como ensinou Manuela Carneiro da Cunha, as doenças se manifestavam na forma de epidemia, atingindo muitos índios da mesma aldeia de uma só vez; os doentes ficavam sem ter quem os socorresse ou alimentasse e morriam de fome ou sede.
LIVRO 6, p. 290	Morreram primeiro uma criança, depois a mãe do chefe, uma velha mulher.
LIVRO 6, p. 299	O texto a seguir é da professora Sheila de Castro Faria.
LIVRO 6, p. 300	Legenda de imagem – Johann Moritz Rugendas. Negro e negra numa fazenda, 1835.
LIVRO 6, p. 302	Outros usavam o casamento como "escada": casavam-se com as filhas de famílias senhoriais e, com isso, conseguiam ingressar no mundo dos senhores de engenho.
LIVRO 6, p. 302	Os domésticos (a cozinheira, a faxineira, a arrumadeira etc.) e os artesãos (o oleiro, o carpinteiro, o ferreiro etc.), juntos, compunham os outros 10%.
LIVRO 6, p. 302	Nos engenhos coloniais eram, geralmente, as mulheres que trabalhavam na moagem da cana. Quando a situação exigia, o trabalho de moagem se

	estendia noite adentro. Exaustas, elas corriam o risco de ter um braço esmagado na moenda. Por que será que os senhores preferiam que as mulheres realizassem esse tipo de serviço?
LIVRO 6, p. 309	[...] a jovem mameluca está rodeada de elementos da fauna e da flora brasileiras [...].
LIVRO 7, p. 13	Segundo a professora Leila Hernandez, nas sociedades tradicionais africanas o principal motivo que levava um indivíduo a ser escravizado era a guerra entre diferentes povos.
LIVRO 7, p. 16	Um homem adulto valia o dobro de uma mulher e, geralmente, três vezes mais que uma criança ou um idoso.
LIVRO 7, p. 17	A mulher cultivava a terra, cuidava dos doentes, colhia e moía a cana, lavava, passava, fazia partos, vendia doces e salgados etc.
LIVRO 7, p. 19	A negra Anastácia: mito e religiosidade - Contam que, no século XVIII, teria vivido no interior mineiro uma escrava por nome Anastácia, uma negra de olhos azuis, altiva e muito bonita. Por sua rara beleza, Anastácia teria despertado ciúmes na mulher de seu senhor que, por isso, obrigou-a a usar a máscara de flandres. Vítima de perseguição e maus-tratos, Anastácia teria morrido relativamente jovem. Muito tempo depois, em 1968, durante a comemoração dos 80 anos da abolição da escravatura, na igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, Anastácia foi homenageada e descrita como santa pelos milagres que teria realizado. Na verdade, Anastácia é um mito da nossa História; não há provas materiais da sua existência; mas as histórias que se contam sobre ela fazem parte da memória sobre a escravidão e continuam inspirando atitudes de devoção e respeito entre as gentes de Minas Gerais.
LIVRO 7, p. 19	Legenda de imagem - Integrantes da banda feminina Didá durante apresentação no Pelourinho, Salvador. No primeiro plano da imagem, mulher usa réplica da máscara de flandres.
LIVRO 7, p. 19	A máscara no rosto da personagem é a que teria sido usada por Anastácia. Gravura de 1839.
LIVRO 7, p. 20	Antônio morava no Maranhão e precisava de trabalho. Até que ficou sabendo que uma proprietária estava recrutando peões. Ele se interessou e foi com mais 41 trabalhadores para o local do serviço.
LIVRO 7, p. 22	A Irmandade dos Homens Pretos de Salvador foi fundada, em 1685, por mulheres e homens originários da região onde hoje é Angola; além da assistência dada a seus associados na doença, na velhice e na morte, a irmandade se empenhava também em conseguir dinheiro para a compra de cartas de alforria.
LIVRO 7, p. 23	Lilia Moritz Schwarcz.
LIVRO 7, p. 28	As mulheres mostradas na foto são irmãs e donas de uma empresa que faz e vende "bonecas étnicas".
LIVRO 7, p. 30	O desempenho da mulher negra, ama de leite e criadeira, foi tão marcante no seio da casa senhorial que até hoje chamamos o filho mais jovem pelo termo angolano caçula em lugar de "benjamim", como se diz em Portugal.
LIVRO 7, p. 30	Yeda Pessoa Castro.
LIVRO 7, p. 31	Texto: As mulheres de tabuleiro de ontem e de hoje - A comercialização do acarajé tem início ainda no período da escravidão com as chamadas escravas de ganho que trabalhavam nas mas, para as suas senhoras [...].I desempenhando diversas atividades, dentre elas, a venda de quitutes nos seus tabuleiros. Ainda na costa ocidental da África as mulheres já

	<p>praticavam um comércio ambulante de produtos comestíveis, o que lhes conferia autonomia em relação aos homens e muitas vezes o papel de provedoras de suas famílias. O comércio de rua nas cidades brasileiras permitiu às mulheres escravas ir além da prestação de serviços aos seus senhores: elas garantiam, muitas vezes, o sustento de suas próprias famílias [...] A venda do acarajé permaneceu como uma atividade econômica relevante para muitas mulheres mesmo com o fim da escravidão. Hoje, atrás das baianas existem famílias inteiras dependendo dos seus tabuleiros: 70% das mulheres pertencentes à Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia são chefes de família. [...] "Às vezes nos sentimos órfãs porque trabalhamos sozinhas com nosso tabuleiro, de sol a sol, expostas ao frio, ao calor e mesmo à violência. Mas somos mulheres negras e perseverantes: se não vendemos hoje, venderemos amanhã. Somos um símbolo de resistência desde a escravidão", lembra Maria Lêda Marques [...]. Fonte citada no original no Quadro</p>
LIVRO 7, p. 43	A Guerra do Açu, estudada por Maria Idalina Pires, ocorreu no território compreendido por Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba, entre 1680 e 1720.
LIVRO 7, p. 49	Sheila de Castro Faria.
LIVRO 7, p. 50	O texto a seguir foi escrito pela historiadora Maria Leônia Chaves Resende.
LIVRO 7, p. 53	O outro caso foi registrado em 1978 por Zelito Viana no filme Terra de Índio. Ele gravou dona Maria Rosa, que vivia no Posto Indígena Icatu (SP) e era ali a única falante da língua Ofaié Xavante. Quando a fez escutar o que ela mesma havia dito, dona Maria Rosa estabeleceu um diálogo com o gravador, a quem perguntou por seu pai, por sua mãe e no final se despediu do aparelho dizendo: "Até logo, agora não falo mais porque estou rouca, viu?".
LIVRO 7, p. 55	Legenda de imagem - Obra de Johann Moritz Rugendas (1802-1858), intitulada Habitantes das Minas, 1835. Perceba que os homens vão à frente e a mulher atrás; repare também que ela está montada de lado.
LIVRO 7, p. 57	Veja como uma historiadora explicou o funcionamento da roda do rosário: "Uma grande roda d'água aciona um rosário para tirar a água da cata no nível do rio, os escravos apanham o cascalho aurífero na cata para ser lavado na canoa" RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). História de Minas Gerais: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 2. p. 199. Fonte citada no original.
LIVRO 7, p. 58	Quanto maior a opressão fiscal, mais a população reagia, praticando o contrabando. Escondia ouro entre os dedos dos pés, nos saltos e solas das botas, entre doces e salgados que as quitandeiras carregavam em seus tabuleiros, dentro das estátuas de santos.
LIVRO 7, p. 59	[...] um desses contratadores, João Fernandes de Oliveira, ficou conhecido por ter acumulado fortuna e por ter vivido maritalmente com sua escrava, Chica da Silva.
LIVRO 7, p. 63	Por não terem ocupação nem posição social definida, foram chamados pela historiadora Laura de Mello e Souza de "desclassificados".
LIVRO 7, p. 63	Abandonados à própria sorte moravam em casebres que dividiam com outros marginalizados ou com mulheres igualmente pobres.
LIVRO 7, p. 64	Legenda de imagem - Carlos Julião. Negras vendedoras, c. 1776. Repare

	que ela está descalça, que é como podiam andar as pessoas escravizadas; na época, estar calçado era um sinal de distinção social. Muitas delas eram originárias de regiões da África onde era comum a mulher praticar o comércio.
LIVRO 7, p. 71	Acima, foto de Maria da Penha na tarde de autógrafos do livro Sobrevivi... posso contar, de sua autoria, na sede da OAB em Recife, PE, 2013. À esquerda, manifestação no Dia Internacional da Mulher, São Paulo, 2010.
LIVRO 7, p. 71	Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 conhecida como Lei Maria da Penha - Art. 1º - Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Art. 22 - Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Art. 32 - Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. [...]
LIVRO 7, p. 150	Legenda de imagem - [...] as lutas dos indígenas e das mulheres do campo pelo direito à terra.
LIVRO 7, p. 151	Trabalhadoras rurais participam da Marcha das Margaridas, na Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF), 2011.
LIVRO 7, p. 168	Dessa maneira, Maria Quitéria de Jesus, a jovem baiana que "ardia de amor pela pátria" ganha uma perspectiva diversa [...] deixando de ser uma exceção absoluta, para ser pensada dentro de um quadro mais amplo de participação das mulheres nesses movimentos.
LIVRO 7, p. 168	O texto a seguir é da historiadora Maria Lígia Prado, professora de História da América Latina, da USP.
LIVRO 7, p. 168	Maria Quitéria de Jesus. Destacou-se nas lutas pela independência da Bahia.
LIVRO 7, p. 175	A rainha de Portugal, D. Maria I, ordenou a abertura de dois processos, um no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais.
LIVRO 7, p. 175	A intenção da rainha era lembrar a todos o que poderia resultar de uma rebelião contra a Monarquia portuguesa.
LIVRO 7, p. 175	Durante muito tempo os livros de história afirmaram que Tiradentes era um pobretão; e, por isso, somente ele pagou com a vida a "traição" à rainha de Portugal.
LIVRO 7, p. 176	Legenda de imagem - Enterro de uma mulher negra, obra de J. B. Debret, século XIX. Debret representou diversos aspectos do dia a dia dos afrodescendentes. Repare que as vendedoras à esquerda comparecem ao "enterro de uma mulher negra" carregando seus tabuleiros e com trajes típicos de seus povos de origem.
LIVRO 7, p. 179	Essas relações sociais e mercantis com a elite do Centro-Sul levou ao enraizamento da Corte portuguesa e ao seu desejo de permanecer no Brasil, fenômeno que a historiadora Maria Odila Dias chamou de interiorização da metrópole.
LIVRO 7, p. 181	No ano seguinte, com a morte da mãe, dona Maria I, tornou-se rei, com o título de D. João VI.

LIVRO 7, p. 184	Monica Duarte Dantas.
LIVRO 7, p. 187	O segundo é o trecho de uma entrevista com Cecília Helena de Saltes Oliveira, historiadora do Museu Paulista, que pertence à Universidade de São Paulo (USP).
LIVRO 7, p. 189	Maria Efigênia Lage de Resende.
LIVRO 7, p. 190	Iara Lis C. Souza.
LIVRO 7, p. 191	Emília Viotti da Costa.
LIVRO 7, p. 192	Mary Del Priore.
LIVRO 7, p. 192	Maria de Fátima das Neves.
LIVRO 7, p. 192	O texto a seguir foi escrito pela historiadora Patrícia Valim.
LIVRO 7, p. 193	Patrícia Valim.
LIVRO 7, p. 194	Estes versos de Cecília Meireles, em <i>Romanceiro da Inconfidência</i> , lembram os acontecimentos de 1789 em Minas Gerais.
LIVRO 7, p. 195	O texto a seguir é o trecho de uma entrevista dada pela historiadora Emília Viotti da Costa.
LIVRO 7, p. 195	Emília Viotti da Costa - Devemos, sim, comemorar a Independência, mas cientes das limitações dela, pois, no mundo "globalizado", o Brasil continua tremendamente dependente dos países mais desenvolvidos.
LIVRO 7, p. 198	Muitas mulheres trocaram suas joias por armas e também se engajaram na guerra pela independência.
LIVRO 7, p. 204	Quando D. João VI morreu, em 1826, deixou o trono português para seu filho D. Pedro I. Esse, no entanto, renunciou a ser rei de Portugal em favor de sua filha, D. Maria da Glória.
LIVRO 7, p. 206	Os libertos (ex-escravos), mesmo tendo renda suficiente, não podiam votar nem ser votados. Portanto, ficavam excluídos da cidadania plena todas as mulheres, muitos homens, os escravizados e os libertos.
LIVRO 7, p. 207	Mary Del Priore.
LIVRO 7, p. 207	Manifesto das mulheres de Goyana. Queridas Compatriotas [...] O imperador que soube de tal arte iludir-nos, que chegamos a adoralo como Fundador, e Defensor da Liberdade, e Independencia do Brazil, trahindo nossa confiansa [...] tirou finalmente a mascara hypocrita com que se disfarsava, e fez ver em toda a claridade, que se nos embalava com a Independencia, hera para mais facilmente nos adormecer sobre as suas verdadeiras intenções de nos escravizar [...]. A dissolução da Augusta Assembléa Nacional á força de artilheria, e bayonetas, e a prizão do nosso immortal Compatriota o Snr. Barata, são atentados [...] que nenhuma duvida deixão [...]. Todos os seos actos posteriores o confirmão, e tendem ao mesmo fim, o de escravizar-nos. [...] Alguem poderá tachar-nos de nos entrometermos em politica, por ser materia alheia do nosso sexo: a isso responderemos [...] não somos nós mãis e espozas? E queremos acazo ser mãis e espozas de escravos! [...] Compatriotas, que as Brasileiras disprezando os objectos [...] ridiculos que em geral occupão a atenção do nosso sexo [...] são sensíveis [...] á honra [...] e á glória de concorrerem para a liberdade, e salvação da Patria, pelas quais não duvidão arriscar as proprias vidas, preferindo a morte à escravidão.
LIVRO 7, p. 208	Monica Duarte Dantas.
LIVRO 7, p. 209	Monica Duarte Dantas.
LIVRO 7, p. 210	Monica Duarte Dantas.
LIVRO 7, p. 210	Instituições e seus representantes, a exemplo da polícia, encarregada de

	cuidar da segurança das pessoas, costumam dispensar tratamento diferenciado para com os cidadãos e cidadãs conforme a sua cor/raça e classe social.
LIVRO 7, p. 212	Legenda de imagem - Pedro de Alcântara e suas irmãs, Dona Francisca e Dona Januária; litografia do artista Félix Émile Taunay (1795-1881).
LIVRO 7, p. 221	Anita Garibaldi - De origem humilde, Anita nasceu em 1821, em Morrinhos, perto de Laguna, Santa Catarina. Com 15 anos quando exercia a profissão de costureira, casou-se e viveu com o seu marido até conhecer o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, por quem se apaixonou imediatamente. Fugiu de casa para viver e lutar ao lado dele. Na época, ele estava refugiado no Brasil e lutava ao lado dos farroupilhas. No Brasil, Anita lutou pela República e, na Itália, pela unificação do país. Criou-se uma verdadeira lenda em torno de seu nome. Há quem a considere a "Joana d'Arc brasileira".
LIVRO 7, p. 221	Legenda de imagem - Retrato de Anita Garibaldi (1821-1849), companheira de Giuseppe Garibaldi (1807-1882).
LIVRO 7, p. 224	A historiadora Claudete Dias reuniu documentos que comprovam a participação do Piauí na Balaiada [...].
LIVRO 7, p. 231	Maria de Lourdes Mônaco Janotti.
LIVRO 7, p. 232	Iara C. Bittencourt Neves.
LIVRO 7, p. 239	Legenda de imagem - Repare que as crianças negras estão sentadas ajudando as mulheres no trabalho; já o menino loiro que se vê no canto direito está num triciclo, bem vestido, tendo ao lado uma escrava grávida que se dedica a cuidar dele.
LIVRO 7, p. 244	Legenda de imagem - Esta cativa de olhar altivo foi fotografada por Christiano Jr., importante fotógrafo dos tempos do Império, 1865.
LIVRO 7, p. 246	Segundo uma historiadora "racismo [...] é uma doutrina que afirma [...] que algumas raças são, por natureza, superiores a outras" (CARNEIRO, Maria Luza Tucci. O racismo na história do Brasil. São Paulo: Ática, 1994. p. 6). Fonte citada no original.
LIVRO 7, p. 247	Zuleika Alvim.
LIVRO 7, p. 247	Mulheres imigrantes. [...] Além de cuidar da casa e da educação dos filhos, as mulheres tinham um papel decisivo no mundo do trabalho.
LIVRO 7, p. 256	Texto de José Murilo de Carvalho e Pedro Paulo Soares. [...] A ideia e o sentimento de Brasil até a metade do século, eram limitados a pequena parcela da população. [...] a guerra pôs em risco a vida de milhares de combatentes, produziu um inimigo concreto e mobilizou sentimentos poderosos. Indiretamente, afetou a vida de boa parte dos brasileiros, homens e mulheres, e todas as classes, e em todas as partes do país. [...] Em Teresina, a cearense Jovita Alves Feitosa, de 18 anos, cortou o cabelo, vestiu roupa de homem e se apresentou como voluntário da pátria para bater-se contra os [...] paraguaios que tantas ofensas tinham feito a suas irmãs do Mato Grosso. Descoberta sua identidade, foi mesmo assim aceita como voluntária no posto de sargento. Nas capitais provinciais em que aportou o navio que a trouxe ao Rio de Janeiro, foi cercada de homenagens oficiais e populares. A retórica patriótica a transformou em heroína, Joana d'Arc nacional. Um negro pobre e uma mulher pobre, de descendência indígena [...] queriam lutar por uma abstração que era a pátria. Algo de novo nascia no mundo dos valores cívicos.
LIVRO 7, p. 257	Anna Rosa C. Bigazzi.

LIVRO 7, p. 257	Zuleika Alvim.
LIVRO 7, p. 262	Veja o que a historiadora Hebe M. Mattos fala sobre alguns importantes abolicionistas.
LIVRO 7, p. 262	André Rebouças (1838-1898). Filho do conselheiro Antônio Pereira Rebouças, político e advogado [...], e de Carolina Pinto Rebouças [...].
LIVRO 7, p. 262	José do Patrocínio (1854-1905). Filho [...] do dono de escravos João Carlos Monteiro e de sua escrava Justina do Espírito Santo, nasceu em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.
LIVRO 7, p. 263	Luiz Gama (1830-1882). Nasceu em Salvador, filho de um fidalgo português com a negra Luiza Mahin.
LIVRO 7, p. 264	Lei do Ventre Livre, 28 de setembro de 1871: estabelecia que os filhos de mãe escrava, nascidos a partir daquela data, seriam considerados livres.
LIVRO 7, p. 265	Esse quilombo, surgido em Santos nos últimos anos do Império, chegou a reunir cerca de 10 mil quilombolas, entre homens, mulheres e crianças.
LIVRO 7, p. 266	Em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil.
LIVRO 7, p. 270	Analisando a proclamação da República, a historiadora Magali Gouvêia Engel observou [...].
LIVRO 7, p. 270	Legenda de imagem - A República, representada como uma mulher com os louros da vitória.
LIVRO 7, p. 273	Legenda de imagem – As figuras femininas representam os estados da República.
LIVRO 7, p. 276	Mary Del Priore.
LIVRO 7, p. 278	Mary Del Priore.
LIVRO 7, p. 279	Hebe M. Mattos.
LIVRO 7, p. 281	Hebe M. Mattos.
LIVRO 7, p. 281	Ana Lugão Rios.
LIVRO 8, p. 64	Veja o que a historiadora Cláudia Viscardi diz sobre o assunto.
LIVRO 8, p. 65	VISCARDI, Cláudia M. R. Aliança “Café com política”. Nossa história. Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, p. 45, maio 2005. Fonte citada no original.
LIVRO 8, p. 71	Legenda de imagem. À direita, operárias da Tecelagem Mariângela, das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, década de 1920, em São Paulo.
LIVRO 8, p. 76	Margarida de Souza Neves.
LIVRO 8, p. 76	Alda Heizer.
LIVRO 8, p. 83	O texto a seguir foi escrito pela professora Ana de Sena especialmente para essa coleção.
LIVRO 8, p. 84	Com o ingresso de Maria Bonita, quebrou-se um costume antigo dos bandos de cangaceiros: o de serem formados somente homens.
LIVRO 8, p. 90	Abolição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos.
LIVRO 8, p. 91	A exposição contou com trabalhos de pintores, como Di Cavalcanti e Anita Malfatti [...].
LIVRO 8, p. 91	Legenda de imagem – Oswald de Andrade (1890-1954), em obra de Tarsila do Amaral.
LIVRO 8, p. 92	Legenda de imagem – [...] Abaporu, 1928, obra de Tarsila do Amaral [...].
LIVRO 8, p. 94-95	O texto a seguir foi escrito pelos historiadores Hudson de Oliveira e Silva e Renato Dias Prado especialmente para esta coleção. Santa Dica - A sertaneja Benedita Cipriano Gomes, mais conhecida como Santa Dica, nasceu em 1903, na fazenda Mozondó, no povoado de Lagoa, distrito de Pirenópolis (GO), e faleceu em 1970, sendo sepultada em Lagolândia.

	<p>Ainda jovem, começou a atender as pessoas do povoado que iam até ela em busca de uma bênção, um conselho, uma cura. E logo se tornou conhecida como milagreira, profetiza e santa. Sua casa, conhecida como Casa de Cura, passou a atrair cada vez mais pessoas e, com isso, o pequeno povoado de Lagoa chegou a abrigar 500 famílias. A comunidade que se formou em torno de Dica começou a incomodar os coronéis das vizinhanças, que se viam perdendo trabalhadores e poder sobre a população local; já as rezas e curas de Dica, e o fato de ela realizar batizados e casamentos à sua moda, contrariavam autoridades da Igreja Católica. Alguns jornais, reproduzindo voz dos grupos dominantes locais, passaram a chamar Dona Dica de "Antônio Conselheiro de saias" e a defender a destruição do seu reduto, visto por eles como um outro Canudos. Em 1924 ela recebeu do governo estadual, liderado à época pela família Caiado, o convite para combater a Coluna Prestes. Dica colocou à disposição dele seu "Exército dos anjos", com cerca de 400 homens armados sob seu comando. O conflito não aconteceu, mas Dica - uma mulher capaz de liderar homens armados - ganhou prestígio e fama. Fortalecida, passou a incentivar seus seguidores a não pagarem impostos e a criticarem abertamente as normas da Igreja Católica e o mandonismo dos coronéis. Diante disto, assim como aconteceu em Canudos, as autoridades enviaram soldados para destruir o reduto. Seus seguidores resistiram à voz de prisão, mas foram vencidos. Dica foi presa e vários de seus seguidores foram mortos. O conflito, ocorrido em 14 de outubro de 1925, ficou conhecido como o "Dia do fogo". Pouco tempo depois, por pressão popular, ela foi solta. Após sua soltura, ela se desfez de seu exército de homens armados, mas continuou a acolher os romeiros vindos de longe, a pedir aos anjos por eles, e a usar ervas extraídas do cerrado para curar os doentes, em sua casa em Lagolândia. Para alguns estudiosos, ela foi uma mulher à frente de seu tempo, para muitas pessoas comuns, uma mulher dotada de poderes sobrenaturais, a Santa Dica. Sua história continua suscitando interesse e debate.</p>
LIVRO 8, p. 95	A fama de Dica rompeu fronteiras: ela foi tema de artigos, poemas e deste desenho, de c. 1939, da pintora modernista Tarsila do Amaral (1886-1973).
LIVRO 8, p. 136	Legenda de imagem [...] mulher chora em frente ao caixão com o corpo do presidente Getúlio Vargas, durante velório, 24 de agosto de 1954.
LIVRO 8, p. 142	Na Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1934, via-se, entre os homens, uma única mulher. Seu nome era Carlota Pereira de Queirós. Foi ela a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada no Brasil. Sua eleição foi fruto da luta das mulheres pelo voto feminino durante a Primeira República. Nessas lutas se destacou a líder feminista Bertha Lutz (1894-1976).
LIVRO 8, p. 142	A líder feminista Bertha Lutz - Zoóloga de profissão, Bertha Maria Júlia Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas. Nascida em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista [...] Adolfo Lutz, Bertha foi educada na Europa, formou-se em Biologia [...] e tomou contato com a campanha sufragista inglesa. Voltou ao Brasil em 1918 e ingressou por concurso público como

	<p>bióloga no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Ao lado de outras pioneiras, empenhou-se na luta pelo voto feminino e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher [...]. Em 1922, Bertha representou as brasileiras na assembleia-geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Somente dez anos depois do ingresso das brasileiras na Liga das Mulheres Eleitoras, em 1932, por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido o direito de voto feminino. Sucessora de Leolinda Daltro, fundadora da primeira escola de enfermeiras do Brasil, Bertha Lutz organizou o primeiro congresso feminista do país e, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho da mulher. [...]</p> <p>Texto de: PONTUAL, Helena Daltro. Bertha Lutz. Senado Notícias. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 12 de maio 2015. Fonte citada no original.</p>
LIVRO 8, p. 143	Voto feminino: ganhando o direito de voto, as mulheres passaram a ter importância cada vez maior na política.
LIVRO 8, p. 143	Direitos trabalhistas: foram reconhecidos direitos, como jornada de trabalho de 8 horas, descanso semanal remunerado, indenização por dispensa sem justa causa, proteção ao trabalho do menor e da mulher, férias anuais remuneradas, estabilidade à gestante etc.
LIVRO 8, p. 144	Legenda de imagem - Repare que o integralismo procurava recrutar mulheres e crianças, envolvendo, assim, toda a família, fato que contribuiu para a rápida expansão do movimento.
LIVRO 8, p. 145	Reunião das ativistas que participaram do Congresso da Federação da Juventude Comunista da União Feminina do Brasil. Rio de Janeiro (DF), 1934.
LIVRO 8, p. 145	Indicação de filme – Olga, de Jayme Monjardim.
LIVRO 8, p. 146	Sônia Regina de Mendonça.
LIVRO 8, p. 148	Maria H. R. Capelato.
LIVRO 8, p. 152	Sônia Regina de Mendonça.
LIVRO 8, p. 152	Maria Yedda Linhares.
LIVRO 8, p. 153	Maria H. R. Capelato.
LIVRO 8, p. 153	Sônia de Deus Rodrigues Bercito.
LIVRO 8, p. 154	Manifestação no Dia Internacional da Mulher, na Praça Ramos de Azevedo, São Paulo (SP), 2008.
LIVRO 8, p. 215	Veja o que uma historiadora diz sobre o esporte no Brasil da época [...]. Regina da Luz Moreira.
LIVRO 8, p. 215	Foi o momento de torcer por Eder Jofre, no boxe, por Maria Ester Bueno, no tênis, pelas seleções feminina de basquete e de vôlei e masculina de basquete.
LIVRO 8, p. 219	Maria Yedda Linhares.
LIVRO 8, p. 220	Presidente da República, João Goulart, conhecido como Jango, acompanhado da primeira-dama Maria Thereza Goulart e do antropólogo Darcy Ribeiro, durante o comício das reformas de base, na Praça Cristiano Ottoni, conhecida como Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Rio de Janeiro (RJ).
LIVRO 8, p. 222	Ângela de Castro Gomes.
LIVRO 8, p. 223	Na foto veem-se várias pessoas participando da Marcha da Família com

	Deus pela Liberdade na cidade de Santos, no litoral de São Paulo. Note que há uma moça com um cartaz em defesa da legalidade, 30 de março de 1964.
LIVRO 8, p. 229	No I Festival de MPB, ocorrido em 1965, a vitória coube à música Arrastão, de Edu Lobo e Vinicius de Moraes, interpretada por Elis Regina.
LIVRO 8, p. 230	[...] o maior deles foi a Passeata dos Cem Mil, na qual estudantes, políticos, artistas, trabalhadores e um grande número de mulheres saíram às ruas do Rio de Janeiro em protesto contra o Regime Militar.
LIVRO 8, p. 230	Nesse contexto, o deputado do MDB, Márcio Moreira Alves, fez um discurso, em 1968, no qual conclamava a população a não comparecer à parada militar para comemorar o 7 de setembro e pedia às mulheres para não namorarem oficiais que participavam da repressão.
LIVRO 8, p. 239	Rompendo o silêncio imposto pelo Regime Militar, em 1977 o movimento estudantil apoiou a Campanha da Anistia, que vinha sendo promovida por mulheres e mães de exilados com o famoso slogan "anistia ampla, geral e irrestrita".
LIVRO 8, p. 246	Maria Yedda Linhares.
LIVRO 8, p. 270	Legenda de imagem – [...] menina tirando uma <i>selfie</i> com a estátua do poeta Carlos Drummond de Andrade.
LIVRO 8, p. 304	Legenda de imagem - Manifestação pró- <i>impeachment</i> de Collor em São Paulo, em 1992. Manifestações como esta ocorreram em todo o país. Entre os manifestantes havia um grande número de caras-pintadas, como a moça acima.
LIVRO 8, p. 311	Ao tomar posse, em 2003, o presidente Lula prometeu manter um diálogo amplo com a sociedade. Além dos ministérios já existentes, criou outros, como o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e secretarias, como a Secretaria Especial de Política para as Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
LIVRO 8, p. 311	As consideradas pobres, com renda per capita mensal de até 154 reais. Ou as que são pobres ou extremamente pobres, compostas de gestantes, nutrizes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.
LIVRO 8, p. 316	Os resultados obtidos pelo governo Lula na economia, na área social e na política externa contribuíram para elevar sua popularidade; ele terminou seu mandato com 80% de aprovação, conseguindo com isso influenciar as eleições presidenciais de 2010, que deram a vitória à candidata apoiada por ele, Dilma Rousseff, do PT. Ela obteve 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% dados a José Serra, do PSDB.
LIVRO 8, p. 317	Legenda de imagem - A presidente Dilma Rousseff, em solenidade de posse em Brasília, em 1º de janeiro de 2011. Pela primeira vez na história, uma mulher assumia o posto mais alto da República no Brasil. Brasília (DF).
LIVRO 8, p. 317	No seu discurso de posse, em janeiro de 2011, a presidenta prometeu lutar para eliminar a pobreza extrema e fazer o Brasil continuar crescendo e gerando empregos.
LIVRO 8, p. 318	No primeiro ano do mandato da presidente Dilma, vários ministros de Estado foram acusados de praticar ilegalidades (como enriquecimento ilícito e recepção de propina para favorecer determinadas empresas). E até o final do primeiro ano de seu mandato sete deles tinham deixado o governo.

LIVRO 8, p. 318	O terceiro ano da presidente Dilma se iniciou com queda na atividade econômica. E, apesar de o governo lançar novos estímulos fiscais e financeiros para animar a economia, a desaceleração econômica persistiu e cresceu a insatisfação popular.
LIVRO 8, p. 319	Em julho de 2013, Dilma lançou o Programa Mais Médicos que, entre outras ações, facilitou a chegada de médicos estrangeiros para trabalhar em postos de saúde de cidades pequenas durante três anos. Em setembro de 2013, após aprovação do Parlamento, Dilma assinou a importante Lei que destina 75% dos royalties da exploração do petróleo e do gás natural para a Educação e os 25% restantes para a Saúde. Em junho de 2013, o Brasil sediou a Copa das Confederações e, no ano seguinte, a Copa do Mundo, um evento no qual o governo Dilma empenhou dinheiro e esforço.
LIVRO 8, p. 320	Enquanto transcorria a Copa, a presidenta Dilma aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual estabeleceu que no prazo de 10 anos o governo deve aplicar ao menos 10% do PIB em Educação, sendo 7% até o 5º ano (pouco mais que o investimento atual que é de 6,4%).
LIVRO 8, p. 320	A disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do Povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil, foi acirrada, com acusações de lado a lado. Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves.
LIVRO 8, p. 322	Katsue H. Zenun.
LIVRO 8, p. 322	Valeria Maria Adissi.
LIVRO 8, p. 328	O texto a seguir é de uma entrevista com a pesquisadora Miriam Abramovay.

Fonte: O autor.